

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS- UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARIA SANTANA SILVA SANTOS

O LETRAMENTO POLÍTICO E AS REPRESENTAÇÕES DAS  
JUVENTUDES NO PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM DE  
MINAS

Montes Claros - MG  
Outubro de 2021

MARIA SANTANA SILVA SANTOS

**O LETRAMENTO POLÍTICO E AS REPRESENTAÇÕES DAS  
JUVENTUDES NO PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM DE MINAS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado

Montes Claros – MG  
Outubro de 2021

S2371 Santos, Maria Santana Silva.  
O letramento político e as representações das juventudes no Programa Parlamento Jovem de Minas [manuscrito] / Maria Santana Silva Santos. – Montes Claros, 2021. 114 f. : il.

Bibliografia: f. 109-114.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado.

1. Juventude. 2. Programa Parlamento Jovem de Minas. 3. Representações sociais. 4. Participação política. I. Machado, Giancarlo Marques Carraro. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

MARIA SANTANA SILVA SANTOS

**O LETRAMENTO POLÍTICO E AS REPRESENTAÇÕES DAS  
JUVENTUDES NO PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM DE MINAS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

MEMBROS DA BANCA:

---

Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado (Orientador)  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

---

Prof. Dr. Ildenilson Meireles Barbosa  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

---

Profª. Dra. Maria Alda de Sousa Alves  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Montes Claros – MG  
Outubro de 2021

A Lucas, por ser meu maior incentivador enquanto pesquisadora.

À vovó Aracy, que mesmo após sua partida continua me inspirando a ser uma pessoa melhor.

Ao meu anjinho Tomás, por ter sido fonte de força e coragem durante o curto período de tempo em que estive comigo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser minha fortaleza nos momentos de cansaço, meu refúgio nos momentos de angústia e minha certeza nos momentos de felicidade.

Ao meu esposo, Lucas, pelas doses diárias de ânimo e por todo amor e dedicação que, com toda certeza, me ajudaram a chegar até aqui.

À minha mãe, Marly, por jamais duvidar do meu potencial enquanto pesquisadora e por ser a minha maior fonte de inspiração enquanto pessoa. Ao meu pai, Antônio Augusto, por alegrar os meus dias e por colaborar com a realização dos meus sonhos. Ao meu irmão Júnior, pela amizade e pela contribuição como leitor deste trabalho e ao meu irmão Neto, pelo companheirismo que tanto me fortalece.

Aos familiares e amigos que me incentivaram a continuar e que trouxeram leveza para a minha vida durante esse período do mestrado. Agradeço especialmente à minha sogra Mariluce, por ter me lembrado, em certa ocasião, do fato de que eu já havia me dedicado muito aos estudos e de que não era hora de desanimar.

Ao professor Giancarlo, ou simplesmente Gian, pela sua competência profissional, por sua dedicação durante o processo de orientação e por ter compreendido as minhas fases de crise acadêmica, mostrando-se respeitoso, cuidadoso e solidário.

Aos professores Ildenilson e Maria Alda, pelas valiosas colaborações que deram a este trabalho durante a banca de qualificação e por terem aceito o convite para participar da banca de defesa da dissertação.

Aos jovens, coordenadores, monitores e demais pessoas ligadas ao Parlamento Jovem de Minas e aos parlamentos jovens de Montes Claros e Guaxupé, por terem colaborado com a construção das reflexões estabelecidas nesta pesquisa.

Ao meu querido amigo Luiz, pelos momentos de alegria, medo, angústia e vitória que compartilhamos, especialmente no período do mestrado. À Thais, por estar ao meu lado desde a graduação e pela escuta carinhosa de sempre. À minha colega da turma de 2019, Fernanda, pelas ideias trocadas, pelos trabalhos compartilhados e pelos momentos nos quais as nossas conversas me fizeram esquecer as angústias e recordar o valor das amizades. À Jaqueline, por sua forma serena de levar a vida e por ter contribuído como leitora do meu texto. À Luciana Lenoir, pelas mensagens de incentivo e músicas de ânimo enviadas no WhatsApp no período em que mais precisei.

Aos professores e colegas da Revista Desenvolvimento Social, equipe de 2019/2020 e do grupo de pesquisa “Profissionais e Mercado de Trabalho: Acompanhamento de Egressos do Curso de Mestrado e Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes”, pelas experiências e conhecimentos que construímos juntos.

Aos acadêmicos da disciplina “Antropologia Urbana”, do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros, pelas imensas colaborações que me deram durante a realização do meu estágio de docência.

Aos professores, colegas da turma de 2019 e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, que direta ou indiretamente contribuíram com os meus estudos e reflexões.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio concedido através da bolsa que possibilitou a realização da presente pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado busca compreender as representações sociais da juventude no contexto do Parlamento Jovem de Minas, programa de formação política vinculado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O estudo tem como foco de análise os parlamentos jovens das cidades de Montes Claros e de Guaxupé. Utiliza-se uma abordagem sobre a juventude que leva em consideração as múltiplas relações e condições sociais que afetam essa fase da vida, o que corrobora o entendimento de que as juventudes são diversas. Para o estabelecimento das discussões, são acionadas também as categorias representações sociais e letramento político. A primeira possibilita uma compreensão acerca dos efeitos das representações que se constroem sobre determinados grupos sociais, a exemplo das percepções do senso comum que representam a juventude nas perceptivas do “desinteresse” pela política. A segunda permite o desenvolvimento de uma leitura sobre o processo educativo desenvolvido no âmbito do Parlamento Jovem de Minas. A pesquisa é desenvolvida a partir da metodologia qualitativa, sendo que a pesquisa documental e o trabalho de campo através das redes sociais virtuais foram adotados para a coleta dos dados. A educação cidadã oferecida pelo programa é encarada como ferramenta essencial para que as juventudes compreendam suas possibilidades de participação política e para que possam colaborar com a vida em comunidade. No contexto do Parlamento Jovem de Minas, os jovens são visualizados como sujeitos preocupados com assuntos de cunho social e interessados em participar da política.

**Palavras-chave:** Parlamento Jovem; Juventude; Representações Sociais; Participação Política.



## ABSTRACT

This master's dissertation seeks to understand the social representations of youth in the context of the Youth Parliament of Minas, a political training program linked to the Legislative Assembly of Minas Gerais (ALMG). The study focuses on the analysis of young parliaments in the cities of Montes Claros and Guaxupé. It uses an approach to youth that takes into account the multiple relationships and social conditions that affect this stage of life, which corroborate the understanding that youths are diverse. For the establishment of the discussions, the categories social representations and political literacy are also used. The first enables an understanding of the effects of the representations that are built on certain social groups, such as the common sense perceptions that represent youth in the perceptions of “disinterest” in politics. The second allows the development of reading on the educational process developed within the Youth Parliament of Minas. The research is developed from a qualitative methodology, and document research and fieldwork through virtual social networks were adopted for data collection. Citizen education offered by the program is seen as an essential tool for young people to understand their possibilities for political participation and them to collaborate with community life. In the context of the Youth Parliament of Minas, young people are seen as people concerned with social issues and interested in participating in politics.

**Keywords:** Youth Parliament; Youth; Social Representations; Political Participation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - O Parlamento Jovem de Guaxupé em destaque.....	74
<b>Figura 2</b> - Oficinas de Formação do Parlamento Jovem de Guaxupé.....	76
<b>Figura 3</b> - Opiniões de Júlia.....	78
<b>Figura 4</b> - Outra forma de interagir.....	79
<b>Figura 5</b> - Anúncio das jovens escolhidas para representar o PJ de Montes Claros na Plenária Estadual de 2016.....	90

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Frentes de atuação da Escola do Legislativo de Minas Gerais .....	56
<b>Quadro 2</b> – Oficinas do PJ de Montes Claros em 2020.....	97
<b>Quadro 3</b> – Oficinas do PJ de Guaxupé em 2020.....	98

## LISTA DE SIGLAS

ABEL - Associação Brasileira das Escolas do Legislativo  
ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais  
ASSPROM - Associação Profissionalizante do Menor  
CF - Constituição Federal  
CODANORTE- Consórcio de Desenvolvimento Ambiental do Norte de Minas  
COVID - *Corona Virus Disease*  
CPP – Comissão de Participação Popular  
DCE - Diretório Central dos Estudantes  
ELE – Escola do Legislativo  
ELE-MG - Escola do Legislativo de Minas Gerais  
ESPII - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas  
NEPEL - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola do Legislativo  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde  
PJ – Parlamento Jovem  
PJ de Minas – Parlamento Jovem de Minas  
PJB - Parlamento Jovem Brasileiro  
PUC-Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<b>CAPÍTULO 1</b>	
REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	26
1.1 - A juventude como uma fase da vida “em destaque” .....	26
1.2 – A construção da juventude como categoria social.....	31
1.3 – As juventudes são diversas: novos campos de análise .....	36
1.4. – Alguns apontamentos sobre jovens e representações sociais .....	40
<b>CAPÍTULO 2</b>	
O LEGISLATIVO SE MOVIMENTA EM DIREÇÃO AO POVO: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM DE MINAS .....	48
2.1 - Escola do Legislativo de Minas Gerais: o aperfeiçoamento do trabalho dos servidores e a educação política como campos de atuação .....	49
2.2 – Parlamento Jovem de Minas: objetivos e panorama institucional.....	57
2.3 - O plano estrutural do Parlamento Jovem de Minas: dos espaços de discussão à elaboração de propostas de intervenção social .....	65
2.4 – O Parlamento Jovem de 2020 e os efeitos da dinâmica virtual .....	71
<b>CAPÍTULO 3</b>	
AS REPRESENTAÇÕES DAS JUVENTUDES NOS PARLAMENTOS JOVENS DE MONTES CLAROS E GUAXUPÉ .....	81
3.1 – Reflexões sobre <i>habitus</i> : subjetividade e socialização .....	81
3.2 – “ <i>Eu comecei a criar muita empatia pelas pessoas</i> ”: os sentidos da educação política...	85
3.3 - “ <i>Eu estava ali para me defender, para representar a minha classe</i> ”: o Parlamento Jovem como possibilidade de atuação política .....	90
3.4 - Representações sociais das juventudes pelos coordenadores: interesse, educação e participação política.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	104
REFERÊNCIAS .....	109

## INTRODUÇÃO

### Interesse pelo tema

Desde a minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Montes Claros<sup>1</sup>, a participação política da juventude é um tema que me instiga. Em tal contexto, preocupava-me em compreender uma dita “falta de interesse” da juventude pela política, sem levar em conta que a participação política pode ocorrer para além dos espaços tradicionais de poder. Por conta da afinidade com a Ciência Política, cheguei a ministrar um minicurso no âmbito do projeto Biotemas na Educação Básica (2015)<sup>2</sup>, cujo objetivo era apresentar os principais conceitos relacionados à cidadania política para alguns alunos do ensino médio de escolas públicas de Montes Claros-MG.

Ainda no âmbito da graduação, na disciplina intitulada “Projetos em Ciências Sociais”, elaborei um projeto de monografia que pretendia levantar quantitativamente as variáveis que poderiam interferir no baixo índice de participação política dos jovens na cidade de Montes Claros. Por questões práticas, este tema acabou não sendo abordado no meu trabalho de conclusão de curso. Já nos períodos finais do curso de Ciências Sociais, tive a oportunidade de participar de uma disciplina optativa intitulada “Antropologia da Juventude”, ministrada pelo professor Giancarlo Machado. Nesta disciplina, passei a compreender a juventude a partir de uma outra dimensão, que se distanciava, em grande medida, das percepções apontadas pelo senso comum.

O contato com textos de autores como Helena Abramo (1997), Juarez Dayrell (2005), Luís Antonio Groppo (2004), dentre outros, permitiram-me desenvolver uma compreensão da juventude tendo como ponto de partida o que tais sujeitos constroem em seus grupos de amigos, família, escola, etc. Nesse caso, tornou-se essencial entender que, por exemplo, os jovens não necessariamente vão fazer ou vivenciar a política de maneira semelhante ao que vivenciado pela geração mais velha.

---

<sup>1</sup> O curso de Ciências Sociais da UNIMONTES é direcionado para a formação de bacharéis, por esse motivo, os alunos podem inserir-se em diversos projetos que visam contribuir com a formação de pesquisadores e profissionais da área. No decorrer do curso (2013-2017), tive a oportunidade de participar como bolsista de um projeto de pesquisa sobre políticas sociais na cidade de Montes Claros-MG (2015-2016). Também atuei como diretora presidente da Empresa Júnior do curso (gestão 2016), na qual foram realizadas atividades de pesquisa quantitativa tanto para a comunidade acadêmica quanto para os demais interessados.

<sup>2</sup> O Projeto Biotemas na Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, tem o objetivo de integrar a Universidade e demais instituições de ensino superior com a rede básica de ensino. As atividades destinam-se aos alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas parceiras do projeto.

Com a finalização da graduação, comecei a trabalhar em uma área totalmente distinta da minha formação. Mesmo nesse contexto, eu ainda tinha uma certa necessidade de aprofundar minhas reflexões sobre juventude e política. Essa necessidade não tinha relação apenas com os meus anseios acadêmicos, mas também com as questões que eu, enquanto uma jovem que não entendia seu papel político e que não se sentia efetivamente participando da política, precisava compreender.

A inserção no mestrado em Desenvolvimento Social tornou-se a oportunidade para abordar juventude e política de uma forma interdisciplinar. Assim, foi possível elaborar uma discussão ancorada nas formas através das quais a juventude é representada em nossas sociedades, ultrapassando, portanto, aquela dimensão apriorística que tende a considerá-la apenas na perspectiva da “apatia política”.

### **Delimitação da pesquisa e procedimentos metodológicos**

O Parlamento Jovem de Minas (PJ de Minas), concebido no ano de 2004, é um programa vinculado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que busca promover ações de formação política para estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas do estado de Minas Gerais. Os principais objetivos do PJ de Minas são propiciar uma maior proximidade entre população e Legislativo e formar sujeitos autônomos e capazes de intervir em suas respectivas realidades sociais, utilizando-se dos mecanismos de participação popular disponíveis no Legislativo e dos aprendizados acerca de assuntos de relevância social que são construídos ao longo do projeto. Há alguns anos, o PJ de Minas acontece de maneira descentralizada, por isso, as ações ocorrem nos âmbitos municipal, regional e estadual, envolvendo uma rede complexa de sujeitos e instituições que integram o programa.

É importante salientar que a construção da pesquisa em torno do PJ de Minas passou por alguns importantes processos de modificação teórica e metodológica até que os objetivos atuais fossem delimitados. Dessa forma, as novas configurações sociais causadas pela pandemia do novo coronavírus merecem destaque.

De acordo com a *Folha Informativa* (2020) da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) Brasil<sup>3</sup>, foram relatados no mês de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, casos de uma pneumonia com causas ainda desconhecidas. Neste período, ainda não se tinha o entendimento de que a doença era causada pelo novo coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020, o

---

<sup>3</sup> Organização vinculada à Organização Mundial da Saúde.

surto causado pelo novo coronavírus passou a constituir uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), evidenciando o agravamento da doença, conforme o entendimento da Organização Mundial de Saúde (OMS). No dia 11 de fevereiro, a Organização batizou a doença pelo nome de COVID-19 (*Corona Virus Disease*<sup>4</sup>, 2019), mesmo dia em que o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus anunciou o SARS-CoV-2 como o nome do vírus que causa a infecção denominada COVID-19.

Tendo em vista o aumento de pessoas contagiadas pelo vírus em diversas partes do mundo, a OMS declarou pandemia da COVID-19 em 11 de março de 2020. O reconhecimento dos riscos da doença e da facilidade de contágio foram determinantes para que autoridades de diversos setores, preocupadas com a disseminação do vírus, passassem a orientar a população com relação às práticas capazes de diminuir os riscos de contágio. Dessa maneira, algumas medidas de proteção – como higienizar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool em gel e o uso máscaras – foram adotadas em várias localidades. Para além disso, o distanciamento e o isolamento social foram algumas condutas que modificaram, em grande medida, as relações sociais.

Com relação ao isolamento social, trata-se basicamente do incentivo para que as pessoas evitem sair de casa. Então, a suspensão das atividades escolares de modo presencial e o *home office* são exemplos de ações adotadas no intuito de fomentar o isolamento social e, por consequência, diminuir a disseminação da COVID-19. O PJ de Minas é um programa que executa grande parte de suas atividades de forma presencial, por esse motivo, vários momentos previstos no planejamento inicial do PJ referente ao ano de 2020 não puderam ocorrer, sendo redesenhados para o ano de 2021.

Ainda assim, adequando-se aos novos arranjos sociais, as atividades do PJ de Minas de 2020 começaram a ocorrer através da modalidade virtual. Para isso, os parlamentos jovens das diversas partes de Minas Gerais passaram a fazer um uso mais acentuado de redes sociais como *Facebook* e *Instagram* e do aplicativo de mensagens para smartphones denominado WhatsApp. Das principais atividades que ocorreram por meio das plataformas digitais, destacam-se as oficinas, que são momentos para a transmissão de conhecimentos relacionados tanto ao Poder Legislativo quanto ao tema da edição. O YouTube foi a principal plataforma utilizada pelos parlamentos jovens das cidades de Montes Claros<sup>5</sup> e de Guaxupé<sup>6</sup> para a realização das oficinas.

---

<sup>4</sup> Em português: Doença do coronavírus.

<sup>5</sup> Cidade localizada no norte de Minas Gerais, com população estimada em 2020 de 413.487 habitantes (IBGE, 2020).

<sup>6</sup> Cidade localizada no sudoeste de Minas Gerais, com população estimada em 2020 de 52.078 habitantes. (IBGE, 2020).



No caso da primeira cidade, foi adotado o método de transmissão ao vivo, ao passo que na segunda, a gravação e edição de vídeos foi a técnica adotada.

Aqui é pertinente mencionar um importante aspecto no que se refere à definição dos objetos desta pesquisa. Anteriormente, a pretensão era realizar uma discussão tendo como base apenas o Parlamento Jovem de Montes Claros. Porém, a pandemia levou à necessidade de uma atuação mais voltada para as redes sociais, por esse motivo, passei a acompanhar a página do PJ de Minas no *Instagram* (@pjdeminas). A partir disso, tomei conhecimento sobre como as oficinas do PJ de Guaxupé vinham se destacando no que diz respeito à elaboração de vídeos bem roteirizados e bastante informativos. Por conseguinte, a fim de dar complementaridade à pesquisa, comecei a estabelecer uma relação mais próxima com os responsáveis pelo PJ de Guaxupé, o que ampliou o escopo da pesquisa para um outro contexto de execução do PJ de Minas. Cabe dizer que, no cenário inicial da pesquisa, os objetivos giravam em torno de compreender *como os debates construídos entre os jovens impactavam nos rumos do Parlamento Jovem e como as atividades desenvolvidas pelo Parlamento Jovem impactavam na atuação política dos jovens*. Para tanto, em abril de 2020, comecei a realizar entrevistas e observações de *lives*, oficinas de formação e interações nos grupos de WhatsApp.

Contudo, em meados do mês de julho de 2020, as atividades do PJ das cidades de Montes Claros e Guaxupé foram interrompidas. No caso do PJ de Guaxupé<sup>7</sup>, a pausa foi marcada por uma *live* transmitida pelo YouTube, na qual os coordenadores estavam bastante emocionados com a decisão que tiveram que tomar. Nesta oportunidade, ressaltou-se em diversos momentos que a pausa seria por tempo indeterminado e que se justificava pelo fato de que algumas atividades de suma importância para o programa, como as plenárias de discussão que ocorrem nas câmaras municipais, não poderiam acontecer diante das conjunturas impostas pela pandemia. Já no que diz respeito ao PJ de Montes Claros, a pausa das atividades foi anunciada ao final de uma oficina transmitida pelo YouTube e depois reforçada por meio de mensagem enviada no grupo de WhatsApp, através da qual foi informado que o retorno seria no mês de agosto do mesmo ano.

Diante de tais circunstâncias, prosseguir com os objetivos iniciais da pesquisa seria uma escolha permeada por incertezas, isso porque as interações entre os alunos e coordenadores tornaram-se praticamente inexistentes com a pausa das atividades. Entretanto, a *live* de

---

<sup>7</sup> Aqui é válido ressaltar que a *live* foi conduzida pelo Pedro Alves, representante do PJ de Guaxupé, mas as atividades foram interrompidas em todas as cidades do Polo Sudoeste nesta ocasião. Na estrutura do PJ de Minas, existe uma divisão entre polos regionais, neste caso, o PJ de Guaxupé coordena o Polo Regional Sudoeste, que é composto também pelas cidades de Botelhos, Caldas, Itaú de Minas, Passos, Poços de Caldas e São Sebastião do Paraíso.

encerramento das atividades do PJ de Guaxupé desencadeou o surgimento de um importante questionamento que veio a dar novos rumos à pesquisa. Notando-se a ênfase que os coordenadores deram ao papel social da juventude, surgiu o interesse em compreender *como a juventude é representada no âmbito do Parlamento Jovem de Minas, especificamente em Montes Claros e em Guaxupé*. Assim, leva-se em consideração tanto as representações construídas por pessoas que atuam (ou atuaram) no programa, quanto as construídas pelos próprios jovens. Vale dizer que este problema de pesquisa não surgiu simplesmente ao acaso, mas tem total vinculação com as diversas leituras da Sociologia da Juventude e da Antropologia da Juventude, através das quais observei que as percepções que se têm sobre a juventude são, em grande medida, resultado de uma representação social que se constrói sobre os jovens (PERALVA, 1997; DAYRELL, 2005).

No intuito de debater sobre essas questões apresentadas, o objetivo geral deste trabalho é compreender como a juventude é representada na conjuntura do Programa Parlamento Jovem de Minas, tendo como contextos específicos as cidades de Montes Claros e de Guaxupé. No que tange aos objetivos específicos, pretende-se analisar como a juventude é concebida a partir dos coordenadores, monitores, jovens e demais pessoas que atuaram e/ou atuam nos parlamentos jovens de Montes Claros e de Guaxupé; apontar as principais características do PJ de Minas no que diz respeito ao letramento político, dando ênfase aos mecanismos de educação política adotados pelo programa e refletir sobre as expectativas dos responsáveis pelo PJ de Minas com relação à juventude.

Para a construção desta dissertação, a discussão acerca da categoria juventude parte do pressuposto de que a condição juvenil é dinâmica. Nesse sentido, opta-se por uma abordagem que leva em consideração como a condição social da juventude é afetada pelas relações sociais de gênero, raça, classe social, regionalidade e outros marcadores sociais da diferença que evidenciam a pluralidade de vivência destes sujeitos (PAIS, 1990; FEIXA, 1998; GROppo, 2004; DAYRELL, 2005).

Outras categorias acionadas a fim estabelecer as discussões em torno das imagens que se tem sobre a juventude e da questão da educação política são: representações sociais e letramento político. O primeiro engloba uma discussão que permite compreender os processos que configuram nosso olhar sobre determinadas pessoas e grupos (MOSCOVICI, 2015; MINAYO, 2013; GUARESCHI, 2013; JOFFE, 2013). Já por meio das discussões que partem da categoria letramento político (COSSON, 2008; 2010; 2011; 2018), torna-se possível aprofundar na compreensão sobre programas e projetos que se baseiam na educação política

como mecanismo para a formação de cidadãos politicamente ativos. Cabe ainda pontuar que a categoria *habitus*, baseada nas definições de Bourdieu (1983; 1989; 2004), permeou algumas reflexões do texto no que diz respeito aos processos de socialização dos interlocutores e suas vivências no PJ de Minas.

Embora esteja mais fortemente ligado ao campo da Psicologia Social, principalmente por meio dos apontamentos de Serge Moscovici (2015), o estudo das representações sociais fornece um importante aporte teórico e metodológico para as análises sociológicas. A esse respeito, Minayo, ao fazer um resgate dos clássicos da Sociologia (Marx, Durkheim e Weber) e seu papel no estudo das representações sociais, demonstra que “(...) as *Representações Sociais*, enquanto imagens construídas sobre o real, são um material importante para a pesquisa no interior das Ciências Sociais” (2013, p.90). Percebe-se que ao localizar o estudo das representações sociais na Sociologia, o fato de maior relevância é o poder das construções coletivas sobre a vida dos sujeitos, principalmente porque estas são importantes ferramentas para se compreender os contornos de uma determinada realidade social (MINAYO, 2013).

Moscovici (2015) aponta que sua compreensão sobre as representações sociais teve como ponto de partida as reflexões em torno das representações coletivas que foram trabalhadas por Durkheim, tema especialmente presente na obra *As formas elementares da vida religiosa* (2002). Ademais, o autor pontua que as representações coletivas durkheimianas tinham um caráter mais estático quando pensadas no âmbito da Psicologia Social, ou seja, ainda que se considerasse a existência de fenômenos que se impõem sobre a vida dos indivíduos, a teoria das representações coletivas não levava em consideração as ressignificações e as transformações desses elementos impositivos quando em contato com diferentes sujeitos sociais.

Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2015, p.49).

A partir de Moscovici (2015), entende-se que as representações sociais fornecem os parâmetros para que se possa compreender as realidades sociais e grupais. Cabe salientar que as representações sociais não são sempre as mesmas, isso porque quando circulam na sociedade,

as representações podem assumir novas faces, novas representações podem surgir e as mais antigas tendem a desaparecer. O processo em que diferentes sujeitos se comunicam e cooperam é fundamental para o surgimento de novas representações sociais, o que evidencia que as formas de representar algo ou alguém estão relacionadas às ideias compartilhadas e constantemente recriadas no interior do ambiente social através da comunicação (MOSCOVICI, 2015).

Tratando-se agora do conceito de letramento político, cabe inicialmente ressaltar que este também se relaciona com conceitos como educação política e educação para a democracia tendo em vista a perspectiva de formar cidadãos politicamente ativos. Na conjuntura brasileira, discussões relacionadas à educação para a democracia têm Benevides (1991; 1996) e Cosson (2008; 2010; 2011; 2018) como principais expoentes. No caso de Benevides (1996), os apontamentos são expostos de forma mais generalizada e delineiam sobre a necessidade de que os mecanismos de participação popular (referendo, plebiscito e iniciativa popular), relativos à Constituição de 1988, sejam efetivamente utilizados pelos cidadãos. Já as discussões de Cosson, que são as mais relevantes para os debates que se pretende estabelecer nesta pesquisa, trazem apontamentos teóricos e descritivos sobre a aplicabilidade do letramento político por meio das escolas de governo<sup>8</sup> do Brasil.

Com base nos debates em torno do letramento político construídos por Cosson (2008; 2010; 2011; 2018), entende-se que a educação para a democracia ganha centralidade no âmbito do Poder Legislativo, especificamente no campo das escolas do legislativo. Além disso, verifica-se que grande parte dos programas de letramento político têm os jovens como público-alvo, estejam estes inseridos na educação básica ou superior.

Cosson (2018, p.52) busca definir o letramento político como “(...) o processo de apropriação das práticas sociais relacionadas ao exercício da política”. Nessa dimensão, o letramento político é entendido como um *processo* permanente e não como uma simples habilidade adquirida. A ideia de processo pressupõe a existência de diferentes níveis de aprendizagem, e, por esse motivo, longe de um julgamento que aponte se uma pessoa pode ou não atuar nos espaços públicos conforme seu conhecimento político, preza-se pela percepção de que os sujeitos estão constantemente aprendendo as configurações do mundo social e resignificando sua participação política.

Não há, portanto, um ponto fixo a partir do qual se diga que uma pessoa é ou não politicamente letrada, pois é um aprendizado permanente que se efetiva

---

<sup>8</sup> As escolas de governo são instituições de cunho governamental, previstas na Constituição Federal de 1988, que desempenham, principalmente, atividades direcionadas ao aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos e, em alguns casos, trabalhos voltados para a formação política dos cidadãos.

tanto em termos de crescimento e empoderamento individual quanto de participação social, ainda que se possam estabelecer estágios a serem alcançados por um indivíduo, grupos ou comunidades enquanto requisito básico ou ideal a ser atingido (COSSON, 2018, p.53).

No que se refere à *apropriação*, trata-se da incorporação de novas práticas sociais pelos agentes e da consequente resignificação dessas práticas e dos próprios agentes a partir do momento em que elas são incorporadas. Nesse cenário, não somente as práticas e os agentes são modificados, mas também as comunidades nas quais estes sujeitos se inserem.

O último aspecto para a compreensão do letramento político a partir de Cosson (2018) diz respeito ao *exercício da política*, ou seja, a possibilidade de que os sujeitos atuem socialmente/politicamente nas realidades em que estão inseridos. Por esse ângulo, o exercício da política não se encontra restrito ao âmbito tradicional, a exemplo das atividades executadas por meio dos partidos políticos, mas ocorre também através da participação social referente às relações cotidianas. Nas palavras de Cosson (2018, p.53)

Essencialmente, o exercício da política diz respeito tanto às relações de poder institucionalizadas pelo Estado quanto às relações cotidianas de convivência em casa, no trabalho, no círculo de amigos e daí por diante, isto é, às relações de poder e compartilhamento que se fazem presentes em toda comunidade e aos comportamentos e crenças que são determinadas por elas ao mesmo tempo que as determinam.

Ao localizar a aprendizagem acerca do letramento político na conjuntura da sociedade democrática, Cosson (2018, p.54) salienta que podemos concebê-lo “(...) como *o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia*”. Nesse caso, os *conhecimentos* têm ligação com as estruturas formais de uma sociedade democrática, com especial atenção para o funcionamento das suas instituições políticas e as relações de poder. As *práticas* envolvem a dimensão da coletividade que forma a sociedade democrática e o valor da participação social na vida política. Os *valores* envolvem o campo dos direitos e responsabilidades de cada um com a vida em comunidade. No que se refere às perspectivas de *manutenção e aprimoramento* da democracia, entende-se que a educação de crianças, jovens e adultos é fundamental para a manutenção da sociedade democrática e que a democracia é uma construção cotidiana (COSSON, 2018).

Cabe agora falar do caráter da dissertação, que pode ser definida como de cunho qualitativo. Conforme Godoy (1995), as pesquisas qualitativas pressupõem uma melhor compreensão do fenômeno a ser estudado tendo como base o contexto em que ele ocorre. Nessa

dinâmica, o “ir a campo” significa a busca por compreender tal fenômeno a partir das perspectivas dos sujeitos que o constroem. Nessa lógica, trata-se de uma abordagem na qual o pesquisador está em constante relação com o objeto de pesquisa, sempre aberto para delinear novos caminhos e possibilidades a partir das informações obtidas nos trabalhos de campo.

Para Godoy (1995), a pesquisa documental é um dos caminhos que podem ser percorridos para a construção de trabalhos no eixo das análises qualitativas. A pesquisa documental envolve a interpretação de materiais que não sofreram processos de análise ou ainda que podem ser reinterpretados a partir de um determinado arcabouço teórico (KRIPKA, SCHELLER e BONOTTO, 2015). Dentre os documentos utilizados nesta pesquisa, destacam-se os Relatórios de Atividades da Escola do Legislativo de Minas Gerais - ELE-MG (2010-2018), as Notas Taquigráficas da Sessão Legislativa Ordinária referente à 1ª edição do PJ de Minas e o Regulamento Geral do Parlamento Jovem de Minas 2020. Além destes, as leis e resoluções referentes à criação das escolas do legislativo e dos parlamentos jovens de Montes Claros e de Guaxupé permitiram examinar a conjuntura histórica de criação e as normas de funcionamento dos programas.

Com relação aos dados obtidos juntos aos interlocutores, esta pesquisa se baseia nas dimensões do trabalho antropológico trazidas por Cardoso de Oliveira (1996) quando o autor fala do olhar e do ouvir como práticas indispensáveis no contexto das pesquisas de campo nas Ciências Sociais. O *olhar* é entendido como o primeiro momento do trabalho de campo, ou seja, caracteriza o momento em que o pesquisador adentra nas realidades social e espacial que deseja estudar. O que vale ressaltar é que o olhar é previamente construído, principalmente no que concerne às disciplinas aprendidas na academia. O *ouvir* revela-se parte essencial quando se deseja captar uma mensagem mais profunda das práticas sociais em estudo. É no ouvir que podemos confirmar determinados atos anteriormente observados, ter uma maior percepção sobre as relações interpessoais na comunidade e entender a relação dos sujeitos com a história.

Diante disso, o trabalho de campo é um outro mecanismo da abordagem qualitativa presente nesta pesquisa. Para Godoy (1995), esse tipo de trabalho prevê a inserção do pesquisador em uma experiência *direta e intensa* com o objeto de estudo, o que possibilita uma melhor compreensão sobre as regras e comportamentos que guiam o grupo que está sendo estudado.

Ao considerar o trabalho de campo executado por meio das redes sociais virtuais e outros meios tecnológicos, deve-se trazer à tona os debates acerca do distanciamento espacial entre pesquisador e interlocutor. Polivanov (2013) traz uma importante revisão sobre esse tema

tratando especificamente da etnografia. Dentre os diversos autores preocupados com o trabalho de campo nas redes sociais virtuais, as percepções variam entre aqueles que não consideram a etnografia nas redes como um novo método, mas sim como a própria etnografia sendo realizada nos espaços virtuais (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL; 2011). Não obstante, alguns autores defendem a ideia de que se trata de um novo método, o que pressupõe inclusive a necessidade de utilização de um novo termo que identifique um tipo de etnografia que é feito nas redes. Algumas modificações utilizadas são “netnografia”, mais utilizada por pesquisadores da área de marketing e “etnografia virtual”, mais presente no campo das Ciências Sociais. Nesse caso, entende-se que os trabalhos etnográficos feitos de forma on-line possuem características que os distinguem de um trabalho feito sem a mediação das tecnologias, o que os distanciariam do fazer etnográfico “tradicional” (AMARAL, NATAL e VIANA, 2008).

Ainda que as pesquisas em ambientes virtuais possuam suas singularidades, tais como as constantes transformações inerentes aos ambientes digitais e a ausência de contato físico entre pesquisador e pesquisado, deve-se considerar que elas continuam sendo eficazes no que diz respeito à coleta de dados por meio da interação entre pesquisador e interlocutor. Para Polivanov (2013), não se pode mais considerar as pesquisas feitas em ambientes virtuais como opostas ao “real”. No caso do presente trabalho, a utilização das redes sociais virtuais como meio para realização da pesquisa não apenas permitiu a interação com os interlocutores como ampliou as fontes de coleta de dados. Exemplo disso foi a expansão do campo de pesquisa para o PJ da cidade de Guaxupé, espaço que não seria inicialmente explorado nas observações de campo caso elas fossem presenciais.

A observação participante e a manutenção de um caderno de campo foram algumas técnicas utilizadas para a coleta e sistematização dos dados da pesquisa. A observação participante pressupõe a efetiva inserção do pesquisador na realidade que está sendo estudada, ou seja, ao contrário de ser um sujeito externo aos acontecimentos, o pesquisador observa e participa dos mesmos nos momentos em que ocorrem (BONI e QUARESMA, 2005). Segundo Martins (2004, p. 294), é necessário que o pesquisador seja aceito pelo grupo de pessoas ou comunidade que está sendo pesquisada “(...) para que se coloque na condição ora de partícipe, ora de observador.”

A relação entre pesquisador e pesquisado, principalmente no campo sociológico, envolve atitudes de acolhimento e disponibilidade para falar e escutar. Tanto a comunidade deve acolher o pesquisador quanto o pesquisador deve acolher a comunidade, atentando-se para fatores subjetivos que permeiam as relações sociais e que perpassam o percurso do trabalho de

campo. Também é fundamental que os interlocutores estejam confortáveis para falar sobre suas vivências e que o pesquisador esteja aberto para escutar e estabelecer uma relação dialógica. (MARTINS, 2004; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994). Ainda nessa direção, Martins (2004) pontua que o trabalho do pesquisador também depende da liberdade de observação que é concedida pelo grupo. Nesse caso, relações baseadas no afeto e na confiança tendem a contribuir com todo o processo de pesquisa.

Ainda que o trabalho tenha sido executado com a mediação das telas, a utilização de um caderno de campo foi fundamental para o registro de momentos como as oficinas, as *lives* realizadas nos parlamentos jovens de Montes Claros e Guaxupé em 2020, anotações a partir das entrevistas realizadas com os interlocutores e registros de eventuais ideias referentes à pesquisa. Conforme Magnani (1997), o caderno de campo permite captar informações que os instrumentos mais tradicionais como entrevistas e dados estatísticos não são capazes de demonstrar. Trata-se, portanto, de um instrumento através do qual o pesquisador relaciona importantes observações e reflexões pertinentes ao trabalho de campo com as teorias estudadas na academia.

Em suas reflexões sobre o artesanato intelectual, Mills (2009) aponta a necessidade de que o cientista social elabore um arquivo capaz de conter informações tanto sobre a vida intelectual quanto sobre as suas vivências do cotidiano. Segundo Mills (2009), a elaboração de um arquivo contendo, por exemplo, anotações bibliográficas, reflexões esporádicas sobre a pesquisa, apontamentos sobre fatos do dia a dia, trechos de livros, etc., contribuem para que o pesquisador faça do seu trabalho uma experiência diária. A organização de um arquivo como esse, que permite distintas conexões em torno do objeto de estudo, é capaz de estimular o que o autor define como imaginação sociológica, capacidade que distingue o cientista social de um mero técnico. Na construção do meu trabalho, considero que o “caderno de campo” utilizado possui características semelhantes ao arquivo sugerido por Mills (2009), visto que além de anotar as observações de campo, utilizei o caderno para redesenhar a pesquisa, sistematizar bibliografias e pontuar as modificações estruturais do PJ de Minas no ano de 2020 devido à pandemia.

Para as atividades de campo, as entrevistas abertas e semiestruturadas foram utilizadas como instrumentos de coleta de dados. Associadas a estas, as observações de *lives*, oficinas, interações nos grupos de WhatsApp e das postagens nas redes sociais ligadas ao PJ de Minas, especialmente das cidades de Montes Claros e Guaxupé, foram adotadas como ferramentas para a aquisição de informações variadas sobre o programa e os interlocutores.



A entrevista, enquanto instrumento para a coleta de dados, revela-se um importante mecanismo para se compreender tanto as percepções dos interlocutores acerca do tema que está sendo pesquisado quanto as conexões que estes sujeitos estabelecem entre sua vida e o objeto de estudo. A partir das considerações de Bourdieu (1997), infere-se que as entrevistas possibilitam o acesso a informações que um pesquisador não pode obter apenas, por exemplo, por meio de modelos teóricos ou categorias científicas um tanto abstratas.

As entrevistas foram realizadas através do WhatsApp e do Skype<sup>9</sup> e ocorreram nos meses de maio, junho, julho, novembro e dezembro de 2020 e abril de 2021. Cabe pontuar que os nomes dos interlocutores não foram substituídos por nomes fictícios e que essa dissertação é resultado de projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética da UNIMONTES, CAAE: 38469320.4.0000.5146, parecer número 4.415.752, de 23 de novembro de 2020.

A seleção dos interlocutores se deu de maneira flexível. Em um primeiro momento, busquei estabelecer contato com os coordenadores e responsáveis pelos parlamentos jovens de Montes Claros e Guaxupé de 2020, que aceitaram de imediato colaborar com o meu trabalho. Com o auxílio da então coordenadora do PJ de Montes Claros, consegui estabelecer diálogo com Cristiane, que esteve à frente do programa durante 10 anos. No que diz respeito aos jovens, mantive diálogo com Wesley desde maio de 2020, período em que fui inserida no grupo de WhatsApp do PJ de Guaxupé. Em Montes Claros, após uma oficina realizada em junho de 2020, na qual se discutiu o papel da mulher na política, Júlia começou a expor suas opiniões e a interagir no grupo de WhatsApp, com isso, contatei-a através do aplicativo e ela concordou em contribuir com a construção da pesquisa. A fim de ter uma percepção mais profunda sobre a participação juvenil no PJ de Montes Claros, comecei em março de 2021 a pesquisar, na página do Facebook da Escola do Legislativo de Montes Claros, pessoas que participaram do programa. Nesse processo, encontrei uma postagem referente à participação de Denise e, através de pesquisas na mesma rede social, encontrei o perfil da interlocutora, que também aceitou contribuir com este trabalho.

Ao longo do processo de pesquisa, as entrevistas foram direcionadas para sete interlocutores. Quatro deles foram pessoas que estiveram à frente dos parlamentos jovens de Montes Claros e de Guaxupé, uma dessas pessoas coordenou o PJ de Montes Claros durante um longo período e já não exercia esse trabalho em 2020, quando as entrevistas foram realizadas. Três interlocutores da pesquisa eram jovens, sendo que dois estavam participando da edição do PJ de 2020 e uma participou no ano de 2016.

---

<sup>9</sup> Software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo.

## **Estruturação da dissertação**

A dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo 1, *Reflexões sobre juventude enquanto categoria e representação social*, apresenta uma abordagem teórica em torno da juventude a partir das perspectivas categoria de análise e condição social. Com relação à juventude enquanto categoria analítica, buscou-se apontar alguns caminhos percorridos pela Sociologia e, em certa medida, pela Antropologia, no que diz respeito ao tema. Tais debates foram embasados em autores como Pais (1990), Feixa (1998), Groppo (2004; 2017) e Dayrell (2005). No que diz respeito à juventude enquanto condição social, são evidenciadas algumas formas através das quais a juventude é representada em nossa sociedade, dando ênfase ao fato de que os jovens, em diversos momentos, são caracterizados como desinteressados ou apáticos (ABRAMO, 1997; CASTRO, 2009). O conceito de representações sociais (MOSCOVICI, 2015) subsidiou essa discussão.

O capítulo 2, *O Legislativo se movimenta em direção ao povo: surgimento e estruturação do Parlamento Jovem de Minas*, traz um panorama geral sobre os fatores históricos que levaram ao surgimento do PJ de Minas. Desse modo, realiza-se uma abordagem acerca do contexto histórico de surgimento da Escola do Legislativo de Minas Gerais (EL-EMG), instituição promotora de diversos projetos e programas de formação política, dentre os quais se destaca o Parlamento Jovem. Também neste capítulo são descritos os objetivos do PJ de Minas, sua estrutura de funcionamento e a dinâmica das atividades do programa em sua 17ª edição, realizada no ano de 2020. Os parlamentos jovens de Montes Claros e Guaxupé são enfatizados nos dois últimos tópicos, principalmente por meio dos depoimentos de alguns interlocutores da pesquisa.

Já no capítulo 3, *As representações das juventudes nos parlamentos jovens de Montes Claros e Guaxupé*, os conceitos de *habitus*, representações sociais e letramento político são acionados e relacionados com as falas e vivências dos interlocutores. Neste capítulo, são enfatizadas tanto as percepções dos jovens sobre sua participação no PJ de Minas quanto as noções que os coordenadores têm sobre a juventude. As reflexões permeiam as motivações dos jovens para participar do programa, os sentidos para permanecer e a relação com os coordenadores e monitores. A questão da educação política ganha destaque através dos depoimentos dos coordenadores, principalmente quando se aborda sobre a estrutura de funcionamento do programa e sobre os benefícios dele na vida dos jovens.

Como ficará evidente no decorrer da leitura, a pesquisa não pretende trazer uma definição exata sobre juventude ou apontar os parâmetros que demonstram o interesse ou desinteresse dos jovens pela política. A proposta é o estabelecimento de uma reflexão sobre as representações sociais da juventude na atualidade e em um contexto específico, o PJ de Minas. Esse caminho é percorrido tendo como base as noções dos próprios jovens e de pessoas que contribuíram ou contribuem com o processo de formação política (ou letramento político) desses sujeitos.

# CAPÍTULO 1

## REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A noção de juventude na sociedade moderna ocidental está atrelada à dimensão da transitoriedade para a vida adulta. Por conseguinte, além de ser uma forma de representação da juventude, a ideia de transitoriedade acaba deslegitimando práticas e discursos juvenis na medida em que concebe o jovem como sujeito ainda não integrado ao meio social.

As Ciências Humanas e as Ciências Sociais percorreram um importante caminho no sentido de não tratar a juventude a partir da ideia da homogeneidade. Nessas circunstâncias, fala-se mais da juventude na sua diversidade e tendo em vista a relação desta categoria com outros fatores sociais, como raça, gênero e classe social. Ainda que tais ciências tenham percorrido esse caminho na constituição de novas maneiras de representar a juventude, continua imperando em nossa sociedade a ideia de que os jovens estão em um momento de integração social, nesse sentido, qualquer atitude destes que destoe do que é socialmente esperado é analisada na chave do desvio, delinquência, transgressão etc. Tais constatações reverberam na elaboração de programas e projetos que visam “restabelecer” a coesão social por meio da socialização destes sujeitos.

O intuito deste capítulo é estabelecer um debate crítico em torno das dimensões que reduzem a compreensão das juventudes a noções como fase de transição para a vida adulta e dos problemas de socialização. No primeiro tópico, são apresentadas algumas considerações sobre a juventude enquanto uma fase da vida em destaque na sociedade moderna. Os dois tópicos seguintes trazem discussões em torno do papel das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia e da Antropologia, na construção de debates que ampliaram a compreensão teórica e social acerca da juventude. Por fim, são estabelecidas reflexões sobre algumas representações sociais da juventude em nossa sociedade, com destaque para a ideia de “integração social” que acaba sendo associada a este grupo.

### **1.1 - A juventude como uma fase da vida “em destaque”**

A noção de juventude como uma condição social de destaque tem relação com as transformações socioeconômicas que marcaram o surgimento da sociedade moderna ocidental. Dentre tais mudanças, pode-se destacar a transformação da família e a consolidação da escola

enquanto instituição responsável pela educação formal. Cabe salientar, desde já, que falar da juventude enquanto um grupo de destaque significa refletir sobre a atenção que foi se desenvolvendo com relação aos grupos juvenis ao longo do tempo, principalmente por se tratar de uma fase da vida que não se assemelha à infância (fase que exige constante supervisão e cuidado dos responsáveis) e nem à idade adulta, já que os jovens não necessariamente assumem as responsabilidades características das gerações mais velhas, a exemplo do trabalho formal. Ao ser reconhecida como uma fase da vida distinta das outras anteriormente consolidadas, a juventude ganha destaque social e passa a ser alvo das reflexões de diversos atores políticos e da sociedade em geral.

A partir das discussões estabelecidas por Ariès (1986), verifica-se que, no período medieval, o sentimento de família estava mais associado a uma questão moral do que sentimental. Nesse sentido, era comum que as crianças fossem socializadas com o mundo dos adultos de maneira precoce e distante da família de origem. A esse respeito, Ariès (1986) pontua a ideia de “aprendizagem” a fim de demonstrar o processo através do qual as crianças, desde muito cedo, passavam a realizar serviços domésticos e braçais com o auxílio das gerações mais velhas.

Nessas condições, a criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia. A família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso das famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a “casa” dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa (às vezes nem ao menos tinham uma casa, eram vagabundos sem eira nem eira, verdadeiros mendigos) (ARIÈS, 1986, p.231).

A modificação dessa dinâmica começou a ocorrer por volta do século XV, período no qual a escola passou a ser cada vez mais responsável pela iniciação da vida social. Dentre os fatores que marcaram as mudanças do processo de socialização das crianças, destacam-se uma maior preocupação em manter os mais jovens distantes do “mundo sujo” dos adultos e um maior interesse dos pais em contribuir com a educação dos filhos (ARIÈS, 1986). Nesse sentido, “a substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das

crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados” (ARIÈS, 1986, p.232).

Por volta do século XVII, a estrutura familiar ganhou uma maior centralidade na educação dos filhos, movimento que foi acompanhado pela separação das crianças das atividades produtivas. Com o passar do tempo, o espaço familiar tornou-se cada vez mais privado e a criança passou a estar resguardada a este contexto de socialização. Por essa lógica, pode-se dizer que a atitude dos pais de encaminhar seus filhos para a escola é um dos aspectos relacionados à centralidade que a criança passou a ter na conjuntura da família de origem (ARIÈS, 1986; PERALVA, 1997).

Por conseguinte, ao contrário da realidade do trabalho e da socialização precoce com os adultos, a escola revelou-se o *locus* de sociabilidade das gerações mais novas e uma das instituições responsáveis pela separação destas com relação aos adultos<sup>10</sup>. Ademais, uma análise sobre a forma como a escola foi se configurando até atingir os moldes estabelecidos na modernidade não pode desconsiderar as diferenciações de acesso à educação tendo em vista as desigualdades sociais. Exemplo disso pode ser obtido a partir de Ariès (1986) quando o autor salienta que, até o século XVII, as meninas eram excluídas dos processos de escolarização e desenvolviam apenas atividades domésticas; neste mesmo período, os meninos já frequentavam os colégios. Tal fator levou Ariès (1986) a constatar que, no século XVII, a educação era monopólio de um sexo.

Segundo Ariès (1986, p.192), a partir do século XVIII a escola passou a ser caracterizada por um sistema duplo que estava relacionado à condição social, isto é: “(...) o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário).” Nesse caso, o secundário era o ensino longo e que exigia uma total dedicação dos alunos que estivessem inseridos naquele contexto. Dessa forma, “Do momento que o ciclo longo foi estabelecido, não houve mais lugar para aqueles que, por sua condição, pela profissão dos pais ou pela fortuna não podiam segui-lo nem se propor a segui-lo até o fim”. (ARIÈS, 1986, p.192-193). Portanto, a reflexão sobre a forma como a escola foi se estabelecendo nesse período revela importantes questões sobre a exclusão de determinados sujeitos dos espaços educacionais tendo em vista sua condição socioeconômica.

Ao dar ênfase à sociedade francesa do fim do século XIX, Peralva (1997, p.17) salienta que a escolarização das classes populares foi um importante mecanismo que contribui “com sua

---

<sup>10</sup> Vale pontuar que, conforme Ariès (1986), o período medieval foi marcado por uma indiferenciação dos grupos no interior das instituições educacionais, ou seja, era comum que crianças e adultos compartilhassem os mesmos espaços e tivessem acesso aos mesmos conteúdos.

lógica própria para a modulação social das idades da vida”. Nessa perspectiva, observa-se como a intervenção estatal nas esferas educacionais foi fundamental para que a infância e a juventude fossem reconhecidas como fases da vida relevantes, principalmente nas dimensões jurídica e formal da sociedade moderna (PERALVA, 1997). A partir disso, pode-se inferir que tanto a infância quanto a juventude tornaram-se alvos dos mais distintos atores sociais e políticos, agora cientes das especificidades destas fases da vida.

Percebe-se que o surgimento da ideia de juventude como uma fase da vida em “destaque” está relacionado com a inserção dos sujeitos em espaços de educação formal. Nesse caso, a escola surgiu como uma nova forma de preparação das gerações mais novas para a vida adulta. Não obstante, sabe-se que esta constatação não podia ignorar a existência de vários sujeitos que continuavam inseridos nos processos produtivos tendo em vista sua condição social, o que os impedia de viver sua “juventude” nos espaços escolares. Sendo assim, a formação da noção de juventude tem relação com aquelas classes que tinham condições de manter seus filhos na escola, os setores da burguesia e da aristocracia, por outro lado, as classes menos favorecidas continuavam entrando muito cedo na vida adulta quando se leva em consideração a experiência precoce com o setor produtivo (ARIÈS, 1986; ABRAMO, 1994).

Nota-se que o “destaque” da juventude enquanto uma fase da vida distinta das outras, possui ligação com a privatização do âmbito familiar e com a importância da escola no processo de ensino. Por esse ângulo, a juventude na sociedade ocidental moderna passa a ser representada como a fase de *transição* para a vida adulta, tal movimento tem relação com o estabelecimento de diferentes fases de ensino empreendido pelas instituições educacionais (ARIÈS, 1986; ABRAMO, 1994; PERALVA, 1997).

A juventude, enquanto condição de transitoriedade, torna-se alvo de distintos modos de socialização que visam realizar a integração destes sujeitos na vida adulta. Nesse aspecto, merecem destaque as discussões de Peralva (1997) acerca do fato de que as fases da vida na sociedade moderna estão em uma relação de *interdependência* e de *hierarquização*. Nas palavras da autora, “o velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida” (PERALVA, 1997, p.18). Nesse viés, desenvolve-se uma noção de que as gerações adultas têm o papel fundamental de educar/preparar as gerações mais novas para o futuro, ademais, é necessário pontuar que esta concepção, em certos momentos, corrobora a deslegitimação da juventude enquanto um grupo passível de ação no contexto social.

Acerca dessa visualização social da juventude enquanto mera condição de transitoriedade, Dayrell (2005)<sup>11</sup> levanta uma importante discussão acerca de como a juventude na sociedade ocidental foi sendo visualizada na perspectiva do “vir a ser”. Para tanto, o autor dá destaque à dimensão do modelo ternário do ciclo da vida que se desenvolveu em nossa sociedade. Tal modelo evidencia que: “(...) na infância brinca-se, na juventude prepara-se, forma-se, e na idade adulta trabalha-se” (DAYRELL, 2005, p.29). A partir desse ponto de vista, as ações daqueles que se encontram na “etapa de formação” acabam por ser desconsideradas, já que estes ainda não chegaram ao ápice do “desenvolvimento” que é a fase adulta. Nesse sentido, a crítica de Dayrell (2005) está ancorada no fato de que, encarar os jovens apenas na dimensão da “preparação” para a vida adulta resulta em concepções distorcidas acerca destes sujeitos.

Ao levantar essa problemática acerca de como a sociedade atual enxerga os jovens, Dayrell (2005) salienta que a noção da transitoriedade é uma das imagens mais marcantes nas formas de compreensão acerca dos grupos juvenis. Tal fator, acaba levando a determinismos como os que consideram a juventude apenas na ótica de ações para o futuro.

Pais (1990) tece importantes reflexões sobre as percepções socialmente construídas em torno da oposição entre juventude e fase adulta. A partir das considerações do autor, infere-se que se a fase adulta é vista como a fase das responsabilidades, relacionadas principalmente ao mundo do trabalho, a juventude é encarada na perspectiva da “irresponsabilidade”, associada às dificuldades destes sujeitos de contornar os “problemas sociais” que a geração mais velha considera como sendo problemas da juventude.

Historicamente e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. Se os jovens não se esforçam por contornar esses “problemas”, correm mesmo riscos de serem apelidados de “irresponsáveis” ou “desinteressados”. Um adulto é “responsável”, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e provisão). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos (PAIS, 1990, p. 141).

Como ficou evidente, a juventude na sociedade ocidental moderna é percebida na perspectiva da transitoriedade, do “vir a ser”, como ressalta Dayrell (2005). Se no plano social formou-se tal concepção, não se pode desconsiderar que as análises científicas sobre os jovens

---

<sup>11</sup> Para o desenvolvimento desta discussão, Dayrell (2005) baseia-se na discussão feita por Peralva (1997) acerca do modelo ternário do ciclo da vida.



também reforçaram o entendimento da juventude enquanto período de transitoriedade, com ênfase nos “problemas” atinentes a essa transição para a vida adulta.

A respeito disso, as Ciências Humanas e Sociais, e a Sociologia de maneira mais específica, tiveram um papel fundamental na formação da ideia do que representa a juventude em sua dimensão atual. Observa-se que havia uma noção inicial que restringia os jovens à dimensão dos “problemas” relacionados a esta fase da vida, ademais, com o passar do tempo, as análises sociais desta categoria começaram a enfatizar o papel social dos jovens enquanto sujeitos diversos, ativos e capazes de gerar transformação social. Tendo em vista que a ciência também tem papel fundamental na formação do entendimento social mais amplo acerca de determinado grupo, é pertinente dar ênfase à juventude em sua dimensão sociológica.

## **1.2 – A construção da juventude como categoria social**

De uma maneira geral, existem duas formas através das quais se desenvolvem os debates sobre a juventude nas Ciências Sociais e Humanas. A primeira, relaciona-se a aspectos como ilegalidade e transgressão, na qual os principais pontos levados em consideração são: faixa etária, direitos e deveres dos sujeitos. Nesse viés, as discussões incluem, por exemplo, estudos mais voltados para a área jurídica, tendo como base possíveis atos ilegais praticados por determinados sujeitos e os mecanismos necessários para a modificação de uma determinada realidade. A outra forma busca relacionar a juventude, enquanto categoria social, com outras categorias sociais. Logo, são diversas as possibilidades de análise, dentre as quais pode-se destacar: juventude e cidade, juventude e escola, juventude e estilos musicais, juventude e política, dentre outras. Acerca dessa perspectiva mais ampla, é necessário destacar que ela é fruto de um debate que as Ciências Sociais, e, de forma mais específica, a Sociologia da Juventude construiu ao longo do tempo, em um movimento de refutação e reformulação das abordagens teóricas que tendiam a estigmatizar a condição social juvenil.

Nas considerações de Pais (1990), a Sociologia da Juventude construiu ao longo do tempo duas tradições para o direcionamento de suas análises. A primeira, de caráter geracional, concebe a juventude como um grupo social homogêneo, com ênfase na fase de vida dos sujeitos. Cabe dizer que as discussões atinentes à fase de vida envolvem a perspectiva de que determinados grupos compartilham condições e problemas em comum, um dos aspectos que definem a pertença de indivíduos a uma determinada fase de vida é a questão da faixa etária (PAIS, 1990). Dessa forma, busca-se analisar as características de uma determinada “cultura

juvenil” tendo como base teorias relacionadas à socialização e às gerações<sup>12</sup>. Por esse ângulo, as análises da corrente geracional costumam considerar as continuidades e descontinuidades entre os jovens e as gerações mais velhas, no intuito de constatar as características que marcam determinada geração juvenil. Considera-se, pois, a existência da cultura juvenil em contraponto com outras gerações, especialmente com a geração adulta. Por isso, os adeptos desta corrente estão preocupados com as relações que surgem a partir das trocas estabelecidas entre os jovens e aquelas pessoas que os antecedem, tendo como pontos para discussão a maneira através da qual a juventude lida com os valores sociais repassados pelos adultos.

Karl Mannheim é um dos maiores expoentes nesta discussão sobre *gerações* e inclusive um dos alvos das críticas feitas por Pais (1990). Nas análises de Mannheim (1982), a geração envolve aspectos históricos, sociais e de compartilhamento de experiências entre determinados indivíduos. Ao levantar essa questão, o autor está preocupado em evidenciar a relação que se estabelece entre as gerações mais novas e as antigas, com destaque para o fato de que, a transição *contínua* entre as gerações representa a diminuição de conflitos na mudança de uma fase da vida para outra. Nos apontamentos do autor, a tendência é que as gerações mais novas se adaptem ao modo de vida das antigas, não obstante, Mannheim (1982) considera o fato de que as dinâmicas sociais atuais conduzem a um processo no qual as gerações mais antigas tornam-se cada vez mais influenciadas pelas gerações mais novas, corroborando uma espécie de troca de experiências entre as gerações. Para o presente trabalho, é pertinente pontuar que, a ênfase sociológica nas diferenças entre as *gerações* pode restringir os estudos às problemáticas atinentes à questão da integração geracional.

O fator de maior evidência no âmbito da corrente geracional é que o jovem aparece como sujeito que deve ser integrado socialmente, e os “problemas” que surgem nesse estágio de integração tornam-se elementos de análise científica e/ou de intervenção social. Infere-se a partir de Pais (1990), que um dos principais prejuízos trazidos pela corrente geracional é que as

---

<sup>12</sup> Os principais alvos das críticas de Pais (1990), no que concerne à questão geracional, são: K. Mannheim e S. N. Eisenstadt. No que diz respeito ao trabalho de Eisenstadt, intitulado *De geração a geração*, observa-se uma discussão centrada em como a integração social da juventude é visualizada como um procedimento importante para a continuidade social. Para tanto, o autor elabora uma discussão que aborda sociedades primitivas e modernas a fim de evidenciar o papel social da família, dos parentes próximos, dos grupos etários (formados entre sujeitos que se encontram em situação de solidariedade), e das organizações e instituições sociais para o processo de integração social da juventude. Nesse viés, o cerne da discussão de Eisenstadt é que a manutenção da estrutura social depende de uma integração na vida em sociedade que não envolve grandes processos de questionamento dos valores e das práticas tradicionais por parte das gerações mais novas. Vale dizer que o autor fala que um dos maiores problemas da sociedade moderna é que os adolescentes não “reproduzem” os papéis dos adultos. Tal fator nos permite visualizar uma abordagem determinista no que se refere à condição juvenil.

discussões acabam se concentrando na questão da faixa etária, desconsiderando-se, portanto, as relações sociais mais complexas atinentes às juventudes.

No quadro desta corrente teórica, o relacionamento entre jovens e adultos pode, por conseguinte, ser de dois tipos: ou um relacionamento aproblemático — o que revela que na definição de *juvenil* prima a noção de fase intermédia, não conflituosa, entre a adolescência e o estado adulto; ou um relacionamento de tipo problemático, que coloca de manifesto que jovens e não jovens se veem mutuamente como *outros*, isto é, situados sob tetos culturais diferentes. Não quer isto dizer que, no primeiro caso — o das expectativas “aprobemáticas” —, não se aceite a existência de uma *cultura juvenil* específica: o que ocorrerá é que esta é vista como integrada no tecido social compartilhado pela cultura adulta: isto é, as pautas culturais dos jovens e dos adultos seriam compatíveis e, inclusivamente, complementares (PAIS, 1990, p.154).

Em suma, a ideia de geração evidencia que, ainda que as gerações mais novas sejam socializadas pelos agentes e instituições sociais que as cercam, isso não necessariamente ocorre de forma passiva, o que revela um movimento em que as gerações mais novas podem ressignificar os valores que lhes são repassados. Logo, se por um lado a corrente geracional evidencia que a juventude acolhe os valores respaldados em um determinado contexto social e atribui a estes novos significados, por outro, essa corrente considera as gerações mais velhas como o padrão, o que reverbera em análises sobre a juventude na perspectiva das práticas desviantes.

A corrente classista é uma outra dimensão apontada por Pais (1990) acerca dos debates desenvolvidos pela Sociologia da Juventude. Nesse viés, as culturas juvenis são compreendidas a partir das diferenças estabelecidas pelas classes sociais de origem dos sujeitos. Diante disso, as culturas juvenis e as práticas juvenis, a exemplo do vestuário ou estilos musicais, são consideradas a chave da *reprodução* de resistências dos jovens às imposições das classes dominantes. Por isso, “as culturas juvenis (culturas de classe) teriam sempre um significado ‘político’. Os rituais dessas culturas acabariam sempre por manifestar uma capacidade de ‘resistência’, ganhando e criando espaços culturais” (PAIS, 1990, p.158-159).

Se na corrente geracional as análises baseiam-se em aspectos relacionados à fase de vida dos sujeitos e sua relação com as gerações mais velhas, a corrente classista entende que as ações juvenis devem ser enxergadas sempre a partir de sua relação com uma determinada classe social, ou seja, as culturas juvenis nada mais são do que o resultado de uma luta travada contra os valores dominantes no intuito de resistir a eles. Pais (1990) indica que essa percepção de que as culturas juvenis são sempre produtos das resistências de classe corrobora discussões

deterministas, restritas às condições de vida e práticas ensejadas pelas classes sociais. Nas considerações do autor, mesmo quando pertencem a uma mesma classe social, os jovens constroem suas práticas a partir de relações sociais mais específicas, ultrapassando uma pretensa dimensão de homogeneidade dada pela classe a que pertence o sujeito.

Cabe, neste momento, ressaltar as críticas feitas por Feixa (1998) à sociologia estrutural funcionalista, especialmente à Talcott Parsons<sup>13</sup>, visto que tal autor desenvolveu abordagens um tanto deterministas que, em síntese, enquadram a juventude apenas na chave do consumo e a partir de um contexto específico, qual seja, a escola. As críticas empreendidas por Feixa evidenciam que as análises sobre juventude, como, por exemplo, as empreendidas pela sociologia estrutural funcionalista, acabaram por ignorar as heterogeneidades sociais que poderiam revelar diferentes maneiras de ser jovem. Na compreensão de Feixa (1998), ao analisar a juventude pertencente à classe média, Parsons acabava desconsiderando, por exemplo, as diferenças de classe e como este fator reverberava sobre questões relacionadas ao consumo.

Por meio da crítica feita por Feixa (1998), percebe-se que as análises da juventude a partir de sujeitos com padrões de vida semelhantes e pouco representativos do contexto social mais amplo, acabam limitando a compreensão das múltiplas existências juvenis. Exemplo disso é que, ao desenvolver análises pretensamente gerais de um grupo bastante específico, Parsons acabou concebendo a juventude na chave do consumo, desconsiderando um arcabouço de outras relações materiais e simbólicas atinentes a outros jovens. A crítica direcionada à sociologia estrutural-funcionalista é apenas um dos exemplos daquilo que Feixa (1998) considera como análise da juventude na perspectiva da homogeneidade<sup>14</sup>, que resulta no estabelecimento de categorias de debate que almejam um caráter de universalidade, mas que pouco evidenciam as próprias diferenças estruturais que delineiam distintas condições juvenis.

Ao criticar o estrutural-funcionalismo de Parsons e suas repercussões na compreensão sobre juventude, Groppo (2017) salienta que tal corrente - definida como uma teoria tradicional sobre a juventude - encara as estruturas sociais como um “simples dado” que direciona a vida dos sujeitos, fator que corrobora concepções que desconsideram as possibilidades de grandes transformações no contexto da sociedade moderna. Logo, “Decorre daí a concepção de ser a

---

<sup>13</sup> Os trabalhos de Parsons ressaltados por Feixa no desenvolvimento de sua crítica ao autor são: *Age and sex in the social structure of USA*, 1942 e *Youth in the context of American Society*, 1963.

<sup>14</sup> Nas discussões ensejadas por Feixa (1998), percebe-se que as análises focadas em um determinado contexto histórico e em um ambiente específico, a exemplo da escola, tendiam a universalizar a noção de juventude sem considerar as disparidades sociais que tornam a compreensão dessa categoria repleta de heterogeneidades.

socialização secundária a principal característica ou função da categoria etária juventude.” (GROPPO, 2017, p.10).

Quando aborda a categoria socialização secundária, Groppo (2017) busca demonstrar como a juventude, no campo do estrutural-funcionalismo, é encarada como um momento em que os sujeitos completam a socialização primária (vivenciada na infância, principalmente nos âmbitos familiar e escolar) e são inseridos no mundo dos adultos, por meio do acesso a valores e espaços que transcendem o âmbito familiar (socialização secundária). Nesse campo de reflexões no qual os sujeitos são percebidos com uma certa conotação de linearidade, no qual estes apenas reproduzem os comportamentos esperados para cada fase da vida conforme sua faixa etária, o desenvolvimento de análises sociológicas atentas às particularidades sociais vivenciadas pelos diferentes grupos fica limitado, o que enseja análises mais preocupadas em pontuar se os padrões sociais esperados para cada fase da vida estão sendo plenamente respeitados.

Para Groppo (2004), o funcionalismo<sup>15</sup> tende a enquadrar a juventude no viés da *integração* social, e, a partir disso, as práticas que notadamente evidenciam uma não passividade nesse período de integração tornam-se alvos das críticas que delineiam a condição juvenil enquanto fase dos *problemas sociais*. Vale pontuar que segundo o autor, a ideia de transição entre a infância e a vida adulta faz com que a juventude perca importância em si mesma, assim, “(...) a juventude interessa menos pelo que ela é, e mais pelo que será ou deveria ser quando seus membros se tornarem adultos.” (GROPPO, 2017, p.10).

Diante do fato de que as juventudes são vistas na dimensão da reprodução dos comportamentos já assinalados e esperados, qualquer afastamento do que está pré-disposto é visto na chave do “desvio”, fator relacionado às disfunções que surgem no sistema social diante da falta de integração por parte de determinados sujeitos (GROPPO, 2004). Verifica-se, portanto, uma sociologia mais voltada para as dimensões da juventude enquanto “problema social”, ao invés de estar preocupada com os problemas presentes no contexto histórico-social e seus efeitos sobre as vivências dos jovens.

Pais (1990), Feixa (1998) e Groppo (2004, 2017) revelam-se críticos a uma Sociologia da Juventude que se desenvolveu apoiada em constatações que conceberam os jovens na perspectiva da homogeneidade das práticas e das condições de vida, que deram grande evidência à juventude enquanto eminentemente problemática e que se contentaram em analisá-

---

<sup>15</sup> Assim como se pôde observar nas críticas feitas por Pais (1990), Groppo (2004) também aponta que Eisenstadt apresenta uma visão funcionalista sobre a juventude.

la na chave do *desvio*. Trata-se de uma Sociologia da Juventude que, baseada em práticas e valores necessários para o “bom funcionamento” da sociedade, desconsidera a pertinência daqueles comportamentos que se distanciam do que é esperado, encarando-os na chave da transgressão.

Tais críticas permitem compreender que a juventude não é apenas um dado universal, isso porque os valores sociais e os diferentes contextos históricos evidenciam diferentes formas de representação dos grupos juvenis. É nesse sentido que as análises da juventude no campo sociológico ganham novos rumos, indo de encontro às diversidades dos grupos juvenis e às diferentes formas de ser jovem, tendo em vista as questões relacionadas às condições sociais.

### **1.3 – As juventudes são diversas: novos campos de análise**

O campo de debates sociológicos relacionados à juventude tem se afastado cada vez mais das abordagens deterministas, generalizantes e estereotipadas acerca dos jovens. Dessa maneira, observa-se o surgimento de discussões voltadas para a juventude em sua diversidade, nas quais tornam-se evidentes as existências de sujeitos com realidades socioeconômicas variadas, dentre as quais pode-se destacar as diferenças estabelecidas pelas relações de classe, raça, gênero, região etc. Em suma, para além de falar da juventude enquanto uma geração em estágio de integração social, fala-se dos significados das práticas juvenis relacionando-as com as demais questões sociais que configuram a vida destes sujeitos.

Diante dos limites que as teorias geracionais e classistas colocam para as análises da juventude, Pais (1990) entende que as discussões em torno desta categoria devem ter como base os *contextos vivenciais* nos quais os sujeitos constroem uma determinada maneira de ser jovem. Nas percepções do autor, é necessário ultrapassar os direcionamentos geracional e classista que colocam a cultura juvenil sempre em relação dicotômica com as culturas dominantes, quais sejam, as gerações mais velhas e as próprias classes dominantes. Dessa forma, mais do que conceber o lugar da juventude em uma certa posição de inferioridade, é necessário relacionar essas correntes teóricas com as vivências cotidianas dos jovens a fim de não ignorar as especificidades que marcam seus diferentes modos de vida.

Portanto, ao contrário de preconizar uma anulação das correntes geracional e classista, Pais (1990) considera que as análises que levam em consideração as heterogeneidades presentes no cotidiano podem contribuir com elaborações teóricas menos deterministas e mais explicativas acerca da juventude, isso porque não se parte apenas das estruturas externas que se

impõem aos sujeitos, mas também das condições sociais mais específicas que incidem sobre a trajetória de vida deles. Desta maneira, “é esta forma de olhar a sociedade, através do quotidiano dos jovens, uma condição necessária para uma correta abordagem de alguns dos *paradoxos da juventude*, embora não suficiente” (PAIS, 1990, p.164).

Feixa (1998) evidencia que a juventude é uma construção cultural, que ganha diferentes conotações com base no tempo e no espaço. A fim de exemplificar como a transição da infância para vida adulta se deu em distintos momentos históricos, Feixa (1998) elenca cinco modelos referentes à essa transição, quais sejam, os *púberes*, das sociedades primitivas, os *efebos*, dos Estados antigos, os *mozos*, das sociedades camponesas pré-industriais, os *muchachos*, da primeira industrialização e os jovens, das modernas sociedades pós-industriais. Nessa dimensão, o autor evidencia como os contextos históricos específicos, as condições materiais, sociais e políticas também são pontos importantes nas concepções sobre a transição da infância para a vida adulta. Ademais, a juventude como compreendemos na sociedade ocidental, em termos relacionados a uma imagem cultural diferenciada das demais gerações de idade, torna-se mais evidente no século XX e com os acontecimentos que marcaram o surgimento do capitalismo, como se verificou em Ariès (1986) e Peralva (1997).

Percebe-se que a contribuição da Antropologia para a compreensão da juventude está no fato de que, ainda que determinadas características biológicas, a exemplo dos sinais da puberdade, sejam marcadores universais que indicam a transição da infância para uma outra fase da vida, a forma como cada sociedade encara este momento é variada, dependendo, portanto, de como as estruturas sociais representam a condição juvenil. Ao levantar a questão da transição da infância para a vida adulta, Feixa (1998) concentra-se em aspectos históricos que não se restringem às percepções que temos sobre a juventude na sociedade moderna. Através do esforço do autor em apontar como os contextos históricos reverberam em diferentes concepções sobre determinados grupos de indivíduos, torna-se possível entender sobre como distintos fatores sociais devem ser acionados quando se pretende analisar as juventudes.

Buscando ampliar a esfera de análises acerca da juventude na contemporaneidade, Feixa (1998) salienta a importância de correlacionar tal categoria com outras categorias sociais. Alguns pontos para o debate ressaltados pelo autor são: *geração*, tendo em vista que os sujeitos pertencentes a uma faixa etária semelhante estão inseridos em estruturas históricas e sociais que os colocam em um ambiente de compartilhamento de valores em comum; *gênero*, diante do fato de que a juventude para homens e mulheres é vivida de maneiras distintas; *classe*, pois a situação de classe social diz muito sobre como os jovens lidam com seus familiares, com as

instituições socializadoras, com outros jovens e com o cotidiano de uma maneira geral; *etnicidade*, a esse respeito, é necessário considerar como a identidade étnica reverbera em determinadas formas de ser jovem; *território*, ao enfatizar o contexto da cidade, o autor evidencia que os espaços urbanos possuem significativo valor para determinados grupos juvenis; e *estilo*, que trata essencialmente das maneiras (materiais e simbólicas) utilizadas pelos jovens para evidenciar sua identidade de grupo, exemplos disso são gírias, música e estética.

Groppo (2004) salienta que, se por um lado a puberdade é um dado universal que informa a similitude de características físicas de sujeitos pertencentes a uma determinada fase da vida, por outro, a juventude é uma condição social que, conseqüentemente, envolve o arcabouço sociocultural construído em cada sociedade. Portanto, assim como Feixa (1998), o autor entende a necessidade de que a juventude, enquanto categoria social, seja analisada em correlação com outras variáveis sociais e condicionantes históricos.

Em posição bastante semelhante às considerações de Feixa (1998) e Groppo (2004), e tendo como base as discussões feitas por Peralva (1997)<sup>16</sup>, Dayrell (2005) ressalta que a juventude pode ser entendida a partir de dois aspectos, uma *condição social* e um tipo de *representação*. Ao trazer essas duas dimensões, Dayrell (2005) busca evidenciar que, ainda que as transformações físicas e psicológicas atinentes a sujeitos de uma determinada faixa etária tenham certo caráter universal, a forma como cada sociedade representa a juventude é variável, dependendo inclusive de fatores históricos. Nessa lógica, questões como classe social são determinantes quando se pensa nas formas através das quais as juventudes serão compreendidas. Portanto, verifica-se que é necessário refletir sobre a juventude pela ótica da diversidade, ou seja, considerando como o contexto social e as relações sociais cotidianas corroboram diferentes concepções acerca dos grupos juvenis (DAYRELL, 2005).

A partir destas constatações voltadas para o fato de que as análises acerca da juventude, principalmente na sociologia, não devem partir de um único campo de investigação ou de visões estereotipadas em torno de tais sujeitos, entende-se a necessidade de que os debates sejam construídos tendo em vista os âmbitos culturais, sociais e históricos, considerando-se, principalmente, as possibilidades de compreensão a partir das vivências cotidianas. Dayrell (2005) é um dos autores que busca fugir das perspectivas mais deterministas de análises sobre as juventudes, nesse caso, ao tentar compreender as práticas juvenis a partir das trajetórias de

---

<sup>16</sup> Nas discussões de Peralva (1997), observa-se que a infância e a juventude aparecem como fases de destaque nas sociedades modernas tendo em vista fatores como reconfiguração dos valores da família e a universalização da educação, questões que também podem ser observadas em Ariès (1986). Nesse viés, a abordagem de Peralva (1997) evidencia uma representação social da juventude que se distancia de períodos precedentes, corroborando assim novas condições sociais juvenis e novas formas através das quais essa fase da vida é compreendida.



vida de sujeitos ligados ao *rap* e ao *funk*, o autor dá atenção não somente à relação dos jovens com os estilos musicais, mas também às trajetórias de vida e condições sociais que interferem na relação destes sujeitos com os estilos em questão.

Nos debates estabelecidos em torno da relação entre juventude e estilos musicais na periferia de Belo Horizonte, Dayrell (2005) inclui aos fatores classe social e estilos musicais a questão das subjetividades construídas nas relações cotidianas dos interlocutores. Ao adotar essa visão, o autor busca demonstrar que a adesão a um determinado grupo ou estilo musical não esclarece tudo sobre o que é ser jovem de periferia, por esse motivo, Dayrell (2005) desenvolve uma análise que leva em conta outras áreas da vida, como família, trabalho, escola, dentre outras. Em síntese, entende-se que as sociabilidades constituídas no cotidiano dos interlocutores reverberam em diferentes formas de ser jovem, que acabam desmistificando, por exemplo, as imagens negativas atribuídas aos jovens pobres, como aquelas que os concebem tão somente na chave da subversão.

Aspectos como classe social de origem, religião, gênero etc., são essenciais no que tange às representações da juventude nos diferentes contextos sociais. Ao fugir dos determinismos que reduzem a juventude a uma faixa etária ou a uma definição que leva em conta apenas uma maneira de ser jovem, Dayrell (2005, p.34) salienta que “a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesmo”. Por conseguinte, a dimensão que a juventude assume nas discussões do autor revela uma multiplicidade de papéis sociais que tais sujeitos exercem no presente, isto posto, não há necessariamente uma comparação entre as práticas juvenis e sua adequação (ou não) com os padrões de conduta esperados pelas gerações mais velhas.

Diante do exposto, observa-se que os debates em torno da juventude devem estar atrelados a outras dimensões da vida social, tais como gênero e classe social (PAIS, 1990; FEIXA, 1998; GROppo, 2004; DAYRELL, 2005). Nesse sentido, as condições de vida e as relações sociais que se estabelecem no âmbito do cotidiano possibilitam uma compreensão da juventude enquanto uma construção social. Por isso, torna-se pertinente tratar a juventude na dimensão da pluralidade a fim de dar conta das subjetividades que corroboram distintas maneiras de ser jovem (DAYRELL, 2005). Os esforços empreendidos pela Sociologia da Juventude, em seu viés contemporâneo, permitem que o enfoque na faixa etária seja ultrapassado, por consequência disso, as práticas juvenis adquirem significados em si mesmas.

#### 1.4. – Alguns apontamentos sobre jovens e representações sociais

As discussões dos tópicos anteriores evidenciam que a compreensão atual acerca da juventude surgiu com as transformações que a sociedade moderna atravessou, com destaque para a escolarização enquanto mecanismo de separação das fases da vida no processo de aprendizagem (ARIÈS, 1986; ABRAMO, 1994; PERALVA, 1997). Isto posto, verifica-se que uma das noções mais atreladas à juventude é a de socialização, ou seja, os mais novos devem ser socializados pelos mais velhos a fim de que tenham condições de atuar socialmente na vida adulta, fator que situa a juventude no local do “vir a ser” (DAYRELL, 2005).

Neste momento, torna-se relevante associar as análises que vêm sendo desenvolvidas sobre a juventude neste trabalho com a discussão sobre as representações sociais. Conforme os tópicos anteriores, percebe-se que o esforço de autores como Dayrell (2005) e Groppo (2004) foi direcionado para uma crítica e desconstrução sobre certas imagens (ou representações) da juventude que foram sendo construídas em nossa sociedade. Ainda que não estivessem necessariamente preocupados em discorrer sobre uma teoria específica que pudesse explicar como as imagens sobre a juventude são criadas, tais autores sempre estiveram interessados em falar sobre como ideias que associaram e associam a juventude a uma fase problemática da vida foram e continuam sendo fundamentais na consolidação da ideia de que os jovens estão em uma fase de integração social. A esse respeito, pode-se dizer que a noção de integração social evoca vários aspectos negativos para a condição juvenil, nesse caso, a limitação do poder de ação dos jovens na sociedade, tendo em vista essa dita fase de integração social, é um desses aspectos.

Outro fator que se pode inferir a partir dos tópicos precedentes é que as Ciências Sociais (especialmente a Sociologia) foram aos poucos considerando a complexidade que envolve a juventude enquanto categoria de análise, o que reverberou na defesa de estudos menos deterministas e mais voltadas para as múltiplas relações que fazem com que os jovens estabeleçam diferentes maneira de viver a condição juvenil (PAIS, 1990; FEIXA; 1998; GROppo; 2004; DAYRELL, 2005). Nesse sentido, ao levantar aspectos como gênero e classe para que se possa compreender a juventude (FEIXA, 1998; GROppo, 2004), ou defender a tese de que o “fazer cotidiano” dos jovens deve ser observado para que se possa entender as múltiplas identidades desses grupos (PAIS, 1990; DAYRELL, 2005), os estudos sociológicos sobre a juventude contribuem, em grande medida, com a desconstrução dos aspectos negativos comumente associados aos jovens.

Se por um lado a Sociologia alcançou as realidades mais específicas das práticas juvenis a fim de questionar os pretensos discursos de homogeneidade acerca destes grupos, deve-se também questionar os pressupostos que continuam imperando nas sociedades atuais, visto que a juventude continua sendo percebida, em grande medida, na perspectiva da preparação para a vida adulta. O próprio conceito de representações sociais em Moscovici (2015) evoca a ideia de que as representações estão em constante processo de reelaboração, nesse sentido, é comum que novas e velhas formas de representar determinado grupo estejam associadas, a depender dos contextos históricos e das condições sociais. Sendo assim, ainda que o entendimento sociológico sobre a juventude tenha ganhado espaço, entende-se que visões de inferiorização destes grupos continuam existindo.

Diante disso, não se trata apenas de questionar os discursos de atores políticos e sociais que afirmam que os jovens devem ser socializados tendo como base determinados padrões de conduta socialmente estabelecidos, mas de questionar o lugar de mera recepção de práticas e valores que é reservado à juventude. Em razão disso, é interessante refletir, de forma ampla, sobre o lugar dos jovens nas instituições sociais e sobre como as demandas juvenis são levadas em consideração nestes espaços. Tais reflexões possibilitam adentrar em debates mais centrados naquelas perspectivas que encaram os jovens como os sujeitos que *devem ser* socializados, nas quais pouco se leva em consideração como os próprios jovens enxergam as ações socializadoras.

Para que se possa entender a condição dos jovens nas sociedades atuais, é necessário compreender como eles são vistos tanto pelos demais sujeitos quanto pelas instituições sociais, isso porque as representações sociais não são fruto de construções individuais (MOSCOVICI, 2015), mas sim das ideias que se formam a partir das interações coletivas.

Tendo como base as discussões trazidas no tópico 1.3, entende-se que mais do que uma faixa etária, a juventude é uma condição social que é representada de maneiras distintas, a depender de cada sociedade. Aqui é válido salientar que, representar a juventude enquanto momento de *integração* social corrobora uma noção voltada para o que deve ser *transformado* nos jovens. A esse respeito, cabe pontuar a constatação de Abramo (1997), na qual a autora salienta que a maior parte das políticas públicas para as juventudes no Brasil encaram estes grupos na perspectiva do *problema social*, nessa direção, são desenvolvidos mecanismos de intervenção social que visam *(re)integrar* estes sujeitos à ordem socialmente estabelecida.

A crítica de Abramo (1997), nesse âmbito, relaciona-se ao fato de que as políticas públicas para a juventude, no Brasil, possuem uma tradição na qual não existe um empenho em

verificar, com os jovens, a forma como estes vivenciam as *situações problema* que lhes são atribuídas. Nesse caso, ao contrário de serem pensadas com o auxílio dos jovens, tais políticas são geralmente elaboradas pelas gerações mais velhas e, conseqüentemente, impostas para esse público-alvo. Ainda a partir das colocações da autora, observa-se que nem todas as políticas públicas voltadas para as juventudes no Brasil se baseiam na ideia de que tais grupos simbolizam os “problemas sociais”. Nesse caso, Abramo (1997) pontua a existência de programas que se baseiam na noção de protagonismo juvenil<sup>17</sup>, com destaque para as áreas da saúde e da cultura, o que confere maior centralidade aos jovens no contexto desses espaços educativos.

Tendo como base essa crítica de Abramo (1997), torna-se possível acionar a discussão sobre Representações Sociais no que diz respeito ao poder de uma representação sobre um determinado grupo (MOSCOVICI, 2015; JOFFE, 2013). Assim, quando se observa que as gerações mais velhas representam os jovens por meio de discursos que caracterizam a condição juvenil na perspectiva da apatia social e política, configura-se na sociedade a ideia de que cabe aos detentores do conhecimento repassar sua sabedoria, de forma imposta, para as gerações mais novas.

No campo desta discussão sobre o lugar de inferioridade que os discursos e as demandas juvenis possuem em nossas sociedades, Abramo (1997) levanta a questão de que determinados atores políticos reclamam a falta dos jovens nos espaços de ação política. Ademais, segundo a autora, tais sujeitos estão mais preocupados em renovar seus quadros de atuação no interior destas instituições políticas do que necessariamente em incorporar em seus debates os temas de interesse dos jovens. Nesse sentido, percebe-se um esforço mais orientado para a preservação de determinados valores, desconsiderando-se, dessa maneira, as novidades presentes nas novas gerações. Nas palavras da autora:

Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-políticos”. (ABRAMO, 1997, p.27).

---

<sup>17</sup> Vale pontuar que a noção de protagonismo juvenil, que não será desenvolvida neste trabalho, foi amplamente discutida por Regina Magalhães de Souza (2006). Em suas reflexões, a autora pontua que o jovem protagonista é aquele que atua diretamente na solução dos problemas sociais.

Quando se leva em consideração os padrões de conduta consolidados por uma determinada geração (adulta), torna-se evidente que as gerações mais novas passam a ser percebidas como *desviantes*, tendo em vista exatamente os possíveis distanciamentos destas com relação a estes padrões socialmente estabelecidos. Para Abramo (1997), a preocupação dos atores políticos com a juventude permanece no campo da “constatação” de uma denominada apatia política, sem que haja maiores preocupações em estabelecer espaços de diálogo que possibilitem verificar mais de perto os significados da política para estes grupos. Desse modo, observa-se “(...) a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação da democracia” (ABRAMO, 1997, p.28).

A partir das contribuições de Abramo (1997), é possível questionar os discursos que alegam o desinteresse dos jovens pela política. Nesse caso, entende-se que juventude e política são termos demasiadamente amplos e que, conseqüentemente, não se pode associar *apatia política* à juventude como sendo uma relação *natural*. Ou seja, ainda que a participação política da juventude não esteja ocorrendo em determinados espaços tradicionais, ela pode estar transcorrendo em outros contextos<sup>18</sup>. Levando-se em conta os parâmetros tradicionais da política, construídos por gerações mais velhas que, em grande medida, desconsideram os discursos juvenis, torna-se evidente que os rumos desse debate podem ser mais produtivos quando se questiona a falta de abertura dos políticos tradicionais para as diversidades e novidades presentes nas pautas das juventudes.

Uma das questões levantadas por Abramo (1997) e já ressaltada neste trabalho, diz respeito à construção do “senso comum”, dos agentes políticos e sociais e, em certa medida, do mundo acadêmico, que compreende a juventude na chave da transição “problemática” para a vida adulta. Logo, “(...) como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social” (ABRAMO, 1997, p. 29). Dessa

---

<sup>18</sup> Um exemplo que ilustra essa questão pode ser visualizado nas discussões de Augusto (2008), relacionadas ao afastamento dos jovens portugueses das instituições políticas tradicionais. Nas análises do autor, ao optarem pela prática política em espaços mais flexíveis, como as associações voluntárias, os jovens redefinem sua forma de fazer política em espaços que não são necessariamente os partidos políticos, sindicatos e afins. Conforme Augusto, trata-se de um processo de *desinstitucionalização* das instituições políticas tradicionais, já que estas parecem pouco contribuir com a atuação política dos jovens. Assim, os jovens passam a optar por espaços nos quais possam contribuir e atuar coletivamente na construção de novas dinâmicas sociais. Diante disso, o autor constata que “Importa, no fundo, repensar até que ponto serão os jovens a afastar-se da política, ou a máquina política a afastar-se deles”. (p.164)

forma, dada a dimensão da socialização pela qual os jovens devem passar a fim de abandonarem sua condição juvenil, qualquer ato que fuja das regras socialmente esperadas durante esse processo se torna “problema de integração” social. Por conseguinte, as intervenções sociais e políticas sobre os grupos juvenis são entendidas como mecanismos capazes de reestabelecer a *coesão social*, visto que esta se encontra ameaçada por sujeitos que ainda não estão “preparados” para agir em sociedade.

Tendo como base esse debate crítico aos discursos e práticas que consideram os jovens tão somente enquanto sujeitos que devem ser ensinados/socializados a partir de práticas e valores consolidados na sociedade, é pertinente considerar a discussão elaborada por Castro (2009) acerca da relação entre juventude e política. Para o desenvolvimento de suas análises, a autora faz uma crítica à socialização política entendida como mecanismo de preparação dos jovens para que estes se tornem cidadãos capazes de intervir politicamente no futuro, nessa vertente, a condição juvenil seria a fase excepcionalmente dos aprendizados. Conforme a autora,

O exame crítico da noção de socialização política resulta em aproximar os campos da juventude e da Política, não pela via da socialização, mas por outra perspectiva teórica sobre a produção da subjetividade juvenil, que não a pautada pelo desenvolvimento/progresso individual, de modo a poder considerar a contribuição juvenil aos destinos da sociedade como um valor do momento presente (CASTRO, 2009, p.480).

Nos apontamentos de Castro (2009), a dimensão da socialização política, enquanto preparação de um grupo para agir em sociedade apenas no futuro, muitas vezes desconsidera as demandas que partem dos próprios jovens enquanto importantes questões para que se possa pensar a política que se constrói com e a partir da juventude. De modo semelhante à crítica de Abramo (1997), na dimensão de que a juventude é apenas um momento de transição, no sentido de envolver uma adequação dos comportamentos para ações futuras, Castro (2009) ressalta que a ideia da socialização política detecta na juventude a ausência de padrões de condutas formais esperados para a perpetuação dos padrões democráticos.

A partir disso, pode-se inferir que a relação entre juventude e política fica restrita a dois limites principais: o primeiro é aquele que entende a juventude como momento de transitoriedade e que, portanto, desconsidera sua ação política no presente; o segundo, diz respeito ao não questionamento das pautas e condutas presentes na política tradicional, a exemplo daquela que é concebida nos espaços do parlamento, o que contribui com a

conservação de um fazer político que pouco atrai as juventudes, visto que suas pautas, práticas e discursos não são acolhidos nestes espaços.

Nesse panorama da socialização política<sup>19</sup>, destaca-se o fato de que, se por um lado os jovens são visualizados enquanto sujeitos propícios para o recebimento de valores e aprendizados capazes de nortear sua atuação cívica quando adultos, por outro, tais valores não são questionados à luz de suas inconsistências aos novos modos de vida que emergem diante das transformações que marcam as sociedades modernas ou das concepções políticas que partem das gerações mais novas. Nas palavras de Castro, “a noção de socialização responde à preocupação com a manutenção da sociedade cujos fins de integração implicam na evolução do indivíduo rumo ao seu adequado desempenho social” (2009, p.481). Por esse ângulo, a dimensão da socialização política está mais atrelada a um *desenvolvimento individual* dos sujeitos, isto é, espera-se que estes alcancem os resultados previamente postulados.

É pertinente pontuar que, segundo Castro “(...) a socialização indica o processo que tem lugar aquém do domínio público, no privado do lar, onde crianças e jovens se preparam para alcançar sua condição plena de cidadãos” (2009, p.480). Por esse ângulo, desenvolve-se a concepção de que crianças e jovens devem estar restritos aos espaços privados, a exemplo da *escola* e da *família*, visto que o domínio público só pode ser ocupado por quem já alcançou a integralidade da vida adulta. A partir dessa perspectiva, mais do que adentrar em uma discussão que objetiva pontuar o que pode ou não ser considerado um espaço privado, deve-se questionar a não presença das pautas juvenis nos espaços públicos, considerando-se que os próprios jovens não são visualizados como sujeitos passíveis de colaborarem com a construção destes espaços.

Ao delimitar o lugar da nova geração no âmbito do privado (na família e na escola), suas ações ficaram desautorizadas de qualquer alcance coletivo e público porque, de fato, ela não era vista nem como iniciadora de algum processo social importante, nem como quem poderia trazer inovações societárias que devessem ser levadas a sério (CASTRO, 2009, p.484).

Portanto, fica evidente que o que direciona a concepção da socialização política é a preservação de um determinado modo de ser e viver em sociedade. É a geração mais velha impondo seus modos de pensar e agir na política, evitando, tanto quanto possível, a discussão,

---

<sup>19</sup> Para o estabelecimento dessa discussão, Castro (2009) baseia-se tanto em teorias internacionais, a exemplo da sociologia funcionalista que preconiza a internalização das condutas sociais por parte dos indivíduos, quanto nos debates voltados para o Brasil, como aquelas teorias que seguem a perspectiva do capital social, em consonância com a abordagem feita por Putnam. Em todos os casos, os estudos identificam padrões de apatia, desconfiança e “desinteresse” pela política e propõem medidas de socialização política como forma de adequação aos padrões de conduta social.

nos espaços públicos, de pautas políticas e sociais que sejam pensadas com e pelos próprios jovens (CASTRO, 2009). Nesse ponto, tomando os devidos cuidados com a aproximação de diferentes perspectivas teóricas, vale recordar as reflexões de Joffe (2013) quando trata sobre as Representações Sociais da Aids. Segundo o autor, a representação da Aids como uma *praga* que estaria associada a um grupo externo (homossexuais, africanos, drogados etc.) é o mecanismo de defesa adotado pelo grupo interno (a exemplo dos heterossexuais) a fim de torná-la menos ameaçadora para a sua realidade. Voltando agora para as constatações de Castro (2009) sobre a dificuldade de inserção das pautas juvenis nos espaços públicos, entende-se que os discursos dos jovens podem significar pontos mudanças nas formas de fazer política consolidadas pelas gerações mais velhas, nesse caso, tais mudanças são vistas como ameaças que devem ser mantidas longe dos espaços de discussão.

A dimensão da socialização, enquanto ferramenta voltada para a integração do jovem à sociedade adulta, impõe limites à compreensão da política enquanto um espaço de articulação conjunta, que deve levar em conta as práticas e discursos de todos os grupos sociais. Nos apontamentos de Castro (2009), observa-se a necessidade de que os jovens sejam vistos como sujeitos sociais relevantes e ativos, nesse sentido, deve-se abandonar as visões baseadas na imposição de padrões sociais à juventude. Por isso,

Cabe às gerações mais velhas também ‘aprender’ com as gerações mais novas, e aí reside a importância de incluí-las efetivamente no campo interlocutório, tornando efetivas suas formas de participação política. Para tal, seria necessário respeitar a importância de sua voz, não apenas retórica e paternalisticamente, mas de forma radical (CASTRO, 2009, p.484).

Entende-se que o conceito de socialização política, atrelado à essa dimensão de transmissão total dos padrões de conduta social de uma geração para a outra, não dá conta das múltiplas relações que os jovens estabelecem com as diversas questões sociais e materiais que os rodeiam. Nesse viés, Castro (2009) salienta que a construção da subjetividade dos jovens ocorre para além da escola e da família e não necessariamente respeita aos padrões de ação previamente estabelecidos. Desse modo, “ser jovem, hoje, não encerra apenas a preparação para um dia, ser adulto, mas a vivência de possibilidades subjetivas e estruturais condizentes com esse momento da vida” (CASTRO, 2009, p.486).

Diante dos apontamentos de Abramo (1997) e Castro (2009) sobre uma geração mais velha que não acolhe os jovens nos espaços públicos, bem como das reflexões estabelecidas a partir da teoria das representações sociais, que foi acionada com o objetivo de ampliar a



compreensão acerca de como certas representações podem interferir negativamente sobre a condição juvenil, percebe-se que existe, em nossas sociedades, uma forma de representar os jovens enquanto sujeitos incapazes de ação política tendo em vista o momento de *transição* para a vida adulta pelo qual estão passando. A partir dessa percepção, são diversas as instituições políticas e sociais que buscam “resolver” os problemas atinentes ao processo de integração social da juventude. Para além disso, verifica-se que a relação entre juventude e política se baseia, em grande medida, em uma espécie de detecção de “apatia política”, reverberando em debates que pouco questionam como os padrões políticos tradicionais têm se distanciado das formas através das quais os grupos juvenis compreendem a política.

Até este momento, o texto apresentou um panorama geral sobre as múltiplas formas de se viver a juventude na sociedade atual e demonstrou que os jovens ainda são representados, por pessoas e instituições sociais, na perspectiva da transitoriedade e da integração social, o que leva a outras representações como as que apontam que os jovens são desinteressados por política. Nesse viés, emergem discursos como os que afirmam a existência da “apatia política” ou do “desinteresse pela política” enquanto principais justificativas da ausência dos jovens dos espaços públicos.

No próximo capítulo, a discussão será voltada para um programa especialmente dedicado ao público juvenil, o Parlamento Jovem de Minas. Além de possibilitar uma maior compreensão sobre as configurações do programa, o capítulo também trará uma discussão sobre a educação para a democracia enquanto ferramenta de incentivo à participação política.

## CAPÍTULO 2

### O LEGISLATIVO SE MOVIMENTA EM DIREÇÃO AO POVO: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM DE MINAS

Com o fim do regime militar em 1985, começaram a ocorrer diversas discussões e ações voltadas para a restauração da democracia no Brasil. Nessa direção, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) intensificou as reflexões acerca da necessidade de consolidação da democracia no país, com especial atenção para os mecanismos que pudessem propiciar a participação social na política. Nesse contexto, foi realizado em 1986 o *Simpósio Minas Gerais e a Constituinte*, evento que reuniu parlamentares, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil de Minas Gerais e que pretendia construir propostas para serem desenvolvidas no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, que ocorreria no ano seguinte.

A preocupação da ALMG em inserir a população nos espaços de discussão, pós regime militar, tinha como uma das principais motivações a percepção de que a desconfiança do povo com relação aos representantes eleitos, e especificamente com relação ao Legislativo, poderia gerar efeitos negativos no processo de consolidação da democracia. Além disso, o alto índice de renovação do corpo parlamentar no ano de 1986 revelava a insatisfação da população com relação ao trabalho dos atores políticos do estado.

Com a promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais em 1989, tornou-se possível a criação de diversos mecanismos voltados tanto para o aperfeiçoamento dos serviços públicos quanto para a participação social na política. Neste momento, cabe destacar a criação da Escola do Legislativo da ALMG em 1992. Inicialmente, a escola objetivava contribuir com o aprimoramento dos trabalhos executados pelos servidores do Legislativo, ademais, seu escopo de atuação se ampliou ao longo do tempo, passando a incluir a educação para a democracia como uma de suas funções. Por conseguinte, foi no âmbito das ações de educação para a democracia da Escola do Legislativo que surgiu o Parlamento Jovem de Minas em 2004, um programa que já está consolidado na instituição e que envolve uma complexa rede de agentes e instituições que buscam promover a educação política da juventude.

Neste capítulo, busca-se refletir sobre o contexto de surgimento da Escola do Legislativo de Minas Gerais (ELE-MG) e apresentar suas principais frentes de atuação, que vão desde a perspectiva de treinamento e aperfeiçoamento profissional dos servidores até as iniciativas de

educação para a democracia. Realiza-se também uma abordagem sobre o Parlamento Jovem de Minas, prezando-se pela elaboração de descrições, análises e problematizações acerca dos objetivos do programa, seu funcionamento a partir do plano documental e acerca das atividades que ocorreram na 17ª edição do programa, realizado no ano de 2020.

## **2.1 - Escola do Legislativo de Minas Gerais: o aperfeiçoamento do trabalho dos servidores e a educação política como campos de atuação**

É necessário relacionar o surgimento da Escola do Legislativo de Minas Gerais com o processo de reestruturação do Poder Legislativo após o Regime Militar. Ainda que o aprimoramento técnico desse poder tenha começado a se configurar no contexto da ditadura, entende-se que o esvaziamento político causado durante esse período colocou limites ao desenvolvimento do Legislativo em diversos aspectos, especialmente com relação à atuação política dos parlamentares (FARIA, 2005). Nesse sentido, com o fim do regime e com os novos ideais acerca da democracia que pairavam no país, começaram a ocorrer debates acerca da necessidade de adoção de práticas democráticas que pudessem aproximar o parlamento da sociedade.

Tratando-se da realidade mineira, na conjuntura de eventos que possibilitaram debates em torno dos rumos da democracia, temos o exemplo do *Simpósio Minas Gerais e a Constituinte*, realizado pela ALMG no ano de 1986. Tal encontro envolveu entidades da sociedade civil, parlamentares e instituições de ensino superior, propiciando um importante espaço de discussão através do qual se pretendia gerar encaminhamentos para serem discutidos na Assembleia Nacional Constituinte, prevista para o ano seguinte. Nas palavras de Assis (1997, p. 368), “a experiência de convidar e chamar à participação a sociedade mais organizada foi extremamente rica e encorajou a instituição a prosseguir no estreitamento desses contatos, que, afinal, seriam repetidos quando da Constituinte Estadual”.

Em Minas Gerais, dentre os fatores que apontavam para a necessidade de que o Legislativo tivesse maior proximidade com a sociedade, destaca-se o alto índice de renovação dos parlamentares da ALMG, que se aproximou dos 65% no ano de 1986 (ANASTASIA, 1998). Os dados alarmantes revelavam o desgaste do órgão e a insatisfação dos cidadãos mineiros com relação aos políticos daquele período (ASSIS, 1997; ANASTASIA, 1998). Nessa direção,

A leitura feita, à época, pela Casa, foi a de que as baixas taxas de reeleição eram expressivas da crise de legitimidade que atravessava o Legislativo mineiro, que havia se distanciado muito da sociedade – especialmente durante a vigência da ordem autoritária – e cuja imagem encontrava-se bastante desgastada (ANASTASIA, 1998, p.30).

Diante desse cenário de descrédito, medidas passaram a ser tomadas a fim de provocar mudanças na percepção da sociedade com relação ao Poder Legislativo mineiro. Nessa conjuntura, Assis (1997, p.368) diz que “no trabalho cotidiano da Constituinte Estadual, notou-se a urgente necessidade de uma maior profissionalização de todo o corpo técnico, notadamente dos funcionários ligados ao processo legislativo (comissões, consultoria e Plenário)”. Por conseguinte, nota-se que o aperfeiçoamento do processo legislativo, entendido como um conjunto de procedimentos relacionados à elaboração, análise e votação de diversas propostas que exigem atuação dos parlamentares, era condição indispensável para que a ALMG pudesse passar maior credibilidade acerca de suas ações.

Após um longo ciclo de interlocução entre governo e população, a Constituição mineira foi promulgada em 21 de setembro de 1989, quase um ano após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Considerando tanto a busca por dialogar com a sociedade civil quanto as estruturas materiais que precisaram ser acionadas para que a participação social fosse possível, Faria (2005) ressalta que o processo da Constituinte gerou dois efeitos diretos para as atividades da Assembleia: o primeiro diz respeito à democratização da ALMG, propiciada, inicialmente, pela possibilidade de apresentação de emendas populares, o que significava a participação social na política; o segundo está relacionado à modernização dos serviços do órgão, isso porque o processo da Constituinte exigiu dos servidores da ALMG a adoção de procedimentos e técnicas que não eram usuais em seus trabalhos cotidianos. A partir disso, “(...) a Assembleia entrou na década de 1990 com uma nova fisionomia, apta a aprofundar as mudanças que a distinguiam como uma instituição de referência no Brasil” (FARIA, 2005, p.349).

Tendo sido promulgada a Constituição mineira de 1989, mecanismos direcionados para uma melhor atuação da Assembleia junto à população foram criados. As iniciativas tinham como propósito fazer da ALMG um espaço modernizado e capaz de atender às mais diversas demandas da população. Foi no bojo da criação desses mecanismos que pudessem tanto melhorar o trabalho dos servidores da Assembleia quanto propiciar espaços de reflexão sobre as práticas do Legislativo que surgiu a Escola do Legislativo de Minas Gerais.

Conforme os apontamentos de José Hipólito de Moura Faria (1994), ex-diretor da ELEM-G, a partir da Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, relacionada ao estabelecimento

do plano de carreira dos servidores da ALMG, a capacitação e a profissionalização dos servidores passaram a estar atreladas ao desenvolvimento funcional do órgão. No intuito de construir mecanismos mais sólidos direcionados ao desenvolvimento técnico dos profissionais, a Assembleia, com o auxílio do Departamento de Pessoal, criou o *Programa Permanente de Treinamento, Desenvolvimento e Avaliação*, pautado essencialmente em atividades de aperfeiçoamento técnico dos servidores e avaliação de suas atividades.

Em pouco tempo, observou-se a necessidade de que o programa fosse transformando em uma escola, no intuito de que a capacitação dos servidores ocorresse de forma mais pedagógica. Destaca-se o fato de que em 1991 foi formada uma comissão que tinha por finalidade o estabelecimento de metas e objetivos que balizassem a atuação da escola que se planejava criar. Conforme consta na Revista do Legislativo da ALMG de 1992, tal comissão era composta por funcionários e pelo ex-diretor geral da ALMG, Adônias Martins Moreira.

Dada essa conjuntura, a primeira Escola do Legislativo brasileira surgiu em Minas Gerais, no ano de 1992. Importante salientar que as ações iniciais da ELE-MG eram direcionadas tanto para o aperfeiçoamento dos trabalhos dos servidores públicos quanto para uma melhor execução das atividades dos parlamentares. Um dos objetivos principais, nessa perspectiva, era que as atividades atinentes ao processo legislativo fossem realizadas de forma a não deixar dúvidas sobre a legitimidade dos procedimentos adotados pelo Parlamento. A esse respeito, é válido observar os objetivos presentes na Resolução nº 5116 de 10 de julho de 1992, referente à criação da ELE-MG.

Art. 1º - Fica criada a Escola do Legislativo no âmbito da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com os seguintes objetivos:

- I - oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa, doutrinária e política às atividades do Poder Legislativo;
- II - profissionalizar os servidores da Assembleia Legislativa, associando a teoria à prática;
- III - constituir um repertório de informações para subsidiar a elaboração de projetos e demais proposições legislativas;
- IV - oferecer ao parlamentar e ao servidor a oportunidade de melhor se identificarem com a missão do Poder Legislativo.

Ao observar o caráter profissionalizante presente nesses primeiros objetivos da escola, deve-se levar em consideração o contexto político no qual ela foi criada. Isso porque para além de uma pretensa intenção da instituição em melhorar sua atuação administrativa, entende-se que o cenário do reestabelecimento da democracia atrelado ao distanciamento popular da

Assembleia também eram fatores implícitos que motivaram o processo de criação da instituição. Não obstante, verifica-se que a ideia de participação social na política era praticamente ausente quando a escola foi criada, e os objetivos pareciam estar mais vinculados a uma nova imagem do Legislativo que a escola poderia ajudar a construir.

Ainda a respeito deste cenário, deve-se considerar o fato de que os novos ideais de uma nação democrática não impediram a preservação de determinados hábitos atinentes ao governo autoritário precedente e aos anos de práticas populistas no país. Dentre tais condutas, destacam-se o despotismo que continuava imperando nas instituições governamentais e as deficiências dos métodos de fiscalização sobre as atuações dos representantes do Executivo e do Legislativo (MOISÉS, 1995; GOHN, 2011). Esses e outros fatores relacionados à ineficácia da atuação dos políticos não só interferiam negativamente nas percepções de parcela da população com relação à democracia brasileira (MOISÉS, 1995) como também limitavam a participação popular nestes espaços de poder (GOHN, 2011).

Ainda no que diz respeito à criação da ELE-MG, além de ter sido a primeira Escola do Legislativo criada no Brasil, destaca-se o fato de que ela foi criada sem que houvesse aparato jurídico nas Constituições Federal ou Estadual no que se refere especificamente à criação de instituições com esse viés. Conforme exposto, a criação da ELE-MG se deu em 1992, anos antes da Emenda Constitucional N° 19 de 04 de junho de 1998, que trata sobre a criação das escolas do governo tendo em vista a perspectiva da administração gerencial, consoante a redação que se verifica a seguir.

Art. 39 (...)

§ 2º - A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (BRASIL, 1988).

É pertinente pontuar que o trecho constitucional em questão serviu de base para criação de várias escolas do Legislativo nas diversas regiões do Brasil. Nesse ponto, cabe ponderar que a criação da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL)<sup>20</sup>, no ano de 2003, foi fundamental para que pudessem surgir mais escolas. Isso porque a associação passou a contribuir com o assessoramento necessário para a criação das instituições, utilizando-se

---

<sup>20</sup> Segundo Cosson (2008), no contexto de fundação da ABEL, existiam 11 escolas criadas. Os mecanismos de atuação da associação fizeram com que esse número aumentasse ainda mais nos anos seguintes.

principalmente do art. 39 da CF como justificativa legal para os procedimentos (COSSON, 2008).

As *escolas de governo* existem também em outras esferas governamentais, dessa forma, o Executivo e o Judiciário também possuem suas respectivas escolas. Importante salientar ainda que as escolas de governo que são instaladas no contexto do Legislativo, e que por isso passam a ser conhecidas como Escolas do Legislativo, não atuam apenas no sentido de melhorar as atividades executadas pelos servidores públicos e ocupantes de cargos eletivos. Para além disso, trabalham nas frentes diretamente relacionadas com a formação política e a aproximação entre os parlamentares e a população. Nas constatações de Cosson (2008, p.47),

(...) uma escola do legislativo é, essencialmente, uma escola inserida no campo de atuação do Legislativo, seja dentro da função clássica de autodeliberação que todo poder autônomo possui, seja como parte de uma revisão do papel e da importância do Legislativo em nossa sociedade. Nesse caso, ser escola e ser do Legislativo compreende uma singularidade que a simples junção dos dois nomes não deve naturalizar. Uma escola do legislativo é uma escola de governo se entendido que é papel das escolas de governo a formação e a educação continuada de todos os servidores de um setor público, no caso o Poder Legislativo, e não apenas a preparação de dirigentes de determinada área da administração pública. É também uma instituição de pesquisa porque busca se constituir como um *locus* de produção e divulgação de conhecimento para e sobre o Legislativo. É, por fim, uma escola de cidadania política que funciona como um centro de relacionamento entre o Parlamento e os cidadãos, atuando como educador do público escolar e públicos particulares, reforçando e ampliando a legitimidade do Legislativo.

Se em um primeiro momento as escolas do Legislativo tinham como foco a profissionalização dos servidores das assembleias, ao longo do tempo foram surgindo objetivos voltados para o aspecto da participação política dos cidadãos. Nas concepções de Cosson (2008, p.70), “as escolas viriam, pois, cumprir o papel sempre anunciado, mas nunca levado adiante, de promover a educação para a democracia e de desenvolver a cidadania política”.

Em estudo sobre as Escolas do Legislativo, Cosson (2008) salienta que podem ser destacadas três grandes funções que caracterizam as perspectivas pedagógicas de tais instituições. A primeira diz respeito à capacitação dos servidores, aspecto fundamental das escolas de governo; a segunda, relaciona-se à divulgação do Legislativo para a sociedade em geral, por meio de ações que deem visibilidade aos trabalhos realizados nas assembleias; e, a terceira, está ancorada na aproximação entre Parlamento e sociedade. Com relação a esta terceira função, destaca-se o fato de que o PJ de Minas, centro das presentes análises, possui

vinculação com a ELE-MG, atuando no sentido de inserir os jovens mineiros nos espaços ocupados pelos parlamentares.

Se por um lado o impulso para a criação da ELE-MG foi o aperfeiçoamento do corpo técnico, por outro, percebe-se que a instituição ampliou seu escopo de atuação ao longo dos anos. Atualmente, as principais frentes de trabalho da ELE-MG contemplam o fator gerencial, relacionado a uma melhor atuação do corpo técnico da ALMG e à educação para a cidadania. Esta última ocorre tanto por meio de explicações sobre o papel do Poder Legislativo, a exemplo do que ocorre nas *Visitas Orientadas* à ALMG, nas quais estudantes do ensino fundamental, médio e superior têm a oportunidade de conhecer os principais setores da Assembleia, quanto através do incentivo à participação social na política, como é o caso do PJ de Minas.

A respeito dessa ampliação do escopo de atuação da ELE-MG (dos objetivos de profissionalização dos servidores à educação para a democracia) alguns apontamentos se fazem necessários. Por ser uma instituição escolar, a ELE-MG não necessariamente está preocupada em promover espaços de participação política para a população. Apesar de ser uma instituição importante no que diz respeito à interlocução da Assembleia com o público, os projetos e ações da escola evidenciam que a maior preocupação está em fazer o Legislativo ser conhecido pelo público ou, em outra direção, em promover a educação para a democracia a fim de que os sujeitos tenham ciência das ferramentas de participação política que estão à sua disposição. Em síntese, as ações da escola estão mais centradas na *educação* enquanto ferramenta para a promoção da *participação* política e social nos espaços de poder.

A respeito da ideia de educação para a democracia, percebe-se a partir de Benevides (1996) que esse tema tem relação com a seguinte questão: a democracia participativa só tem sentido na medida em que os cidadãos possuem os conhecimentos que os tornam capazes de vivenciá-la de forma ativa. Nas reflexões da autora sobre a participação social na política no Brasil, ela afirma que “(...) a aproximação entre a realidade política e o regime democrático consagrado na Constituição vai depender, essencialmente, do esforço educacional” (BENEVIDES, 1996, p.226). Em síntese, tal dimensão da educação para a democracia revela a educação como um instrumento indispensável para que os cidadãos atuem de maneira ativa e consciente na condução dos assuntos relacionados à política.

Ainda em conformidade com as reflexões de Benevides (1996), percebe-se que a educação para a democracia envolve a formação dos cidadãos tanto para serem governantes, e atuarem conforme os interesses coletivos, quanto para serem governados, tornando-se cientes dos mecanismos de participação política que estão à sua disposição.



Ao avaliar os Relatórios de Atividades da ELE-MG dos períodos de 2010 a 2018, torna-se possível elencar quatro eixos que contemplam as principais frentes de atuação da instituição. São eles: *Cooperação interinstitucional*; *Capacitação Interna*; *Pesquisa e Reflexão e Educação para a cidadania*. Ainda que tais nomenclaturas possam variar em alguns anos, verifica-se que estas categorias elencadas são as que mais aparecem enquanto frentes de atuação que abarcam os programas, projetos e demais ações da escola.

Os trabalhos de *cooperação interinstitucional* destinam-se às câmaras e prefeituras do estado, prezando-se pela capacitação dos servidores e parlamentares no que diz respeito ao processo legislativo; às instituições públicas do estado, com atividades sobre o Poder Legislativo voltadas para servidores e técnicos; e às instituições em geral que tenham interesse nas discussões produzidas pela Assembleia. Portanto, as atividades podem ser desde cursos presenciais e a distância<sup>21</sup> até eventos e palestras sobre temas específicos<sup>22</sup>. Com relação à *capacitação interna*, busca-se propiciar o aprimoramento do trabalho dos parlamentares e seus assessores, servidores da ALMG e a ocupantes de cargos de direção e assessoramento do órgão. Os conteúdos são principalmente sobre processo legislativo e funções técnico-administrativas e os cursos presenciais ou a distância são as principais ferramentas.

As atividades do eixo *pesquisa e reflexão* incluem cursos de especialização e espaços de discussão destinadas aos parlamentares, servidores da ALMG e demais cidadãos que possuem alguma relação com o poder público. Além disso, a escola apoia projetos<sup>23</sup> que se relacionam com as temáticas como democracia, políticas públicas, Poder Legislativo, dentre outras. Vale dizer que este eixo também contempla palestras com especialistas diversos que desenvolvem abordagens sobre política e Poder Legislativo.

No que se refere ao eixo *Educação para a cidadania*<sup>24</sup>, as atividades mais consolidadas são as que se destinam aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior. Nesse caso, os conteúdos sobre o Poder Legislativo e os espaços de debate buscam empreender uma maior proximidade dos estudantes com a ALMG. No quadro a seguir, verifica-se um panorama geral

---

<sup>21</sup> Os cursos a distância são oferecidos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da ALMG.

<sup>22</sup> Um exemplo foi a realização da oficina *Jovem Cidadão: Convívios, Projetos e Escolhas*, que ocorreu em 2017 em parceria com a Associação Profissionalizante do Menor – ASSPROM (entidade filantrópica com sede em Belo Horizonte), direcionada aos adolescentes trabalhadores da associação.

<sup>23</sup> Projetos de estudos e pesquisas desenvolvidas por servidores da ALMG no Núcleo de Estudos e Pesquisa da Escola do Legislativo (NEPEL). O NEPEL também pode ser integrado por pesquisadores de instituições de ensino superior parceiras da Escola do Legislativo de Minas Gerais.

<sup>24</sup> Cabe dizer que as atividades pertinentes a essas frentes podem variar a cada ano, exemplo disso é que o Relatório das atividades da ELE-MG de 2018 aponta a categoria *Formação Política* como uma das atividades do eixo *Educação para a cidadania*, nessa direção, a formação política envolve atividades presenciais e a distância destinadas a públicos diversos, como professores, mulheres que trabalham nas câmaras municipais, etc. Não obstante, as atividades de educação para a cidadania mais consolidadas são as direcionadas aos estudantes.

sobre as frentes de atuação da ELE-MG, com ênfase para programas e projetos mais executados, os públicos aos quais são direcionados e as temáticas que são abordadas em suas conjunturas.

**Quadro 1 – Frentes de atuação da Escola do Legislativo de Minas Gerais**

<b>EIXO DE ATUAÇÃO</b>	<b>PROGRAMAS E PROJETOS*</b>	<b>PÚBLICOS ALVO</b>	<b>TEMÁTICAS</b>
<b>Cooperação Interinstitucional</b>	Apoio aos Municípios; Apoio interinstitucional	Cidadãos, organizações e entidades da sociedade civil; agentes políticos e técnicos de câmaras e prefeituras; servidores e técnicos de instituições públicas estaduais.	Poder Legislativo
<b>Capacitação Interna</b>	Formação introdutória; Formação Continuada; Desenvolvimento Gerencial	Deputados e seus assessores; servidores do quadro permanente da ALMG e das assessorias parlamentares; servidores que ocupam cargos e funções de direção e assessoramento da ALMG.	Poder Legislativo; funções técnico-administrativas; desenvolvimento de competências comportamentais
<b>Pesquisa e Reflexão</b>	Especialização; Pensando em Minas; Projetos de Estudos e Pesquisa	Servidores da ALMG e público em geral.	Poder Legislativo; política e poder público.
<b>Educação para a cidadania</b>	Visitas Orientadas; Conexão Assembleia; Parlamento Jovem de Minas	Estudantes de escolas públicas e particulares e estudantes universitários.	Poder Legislativo; Educação para a cidadania e formação política; exercício de participação no Parlamento

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos relatórios de atividades da ELE-MG (2010-2018).

\*Os programas e projetos apresentados no quadro são aqueles que mais aparecem nos relatórios de atividades da ELE-MG.

Algo fica evidente em uma rápida leitura desse quadro: o eixo educação para a cidadania é voltado para o público mais jovem. Dentre os programas desse eixo está o Parlamento Jovem, objeto de estudo desta dissertação. O fato de que grande parte dos programas que desenvolvem o letramento político no Brasil possuem a juventude como público-alvo, longe de ser uma simples opção técnica para o desenvolvimento dessas ações, pode ter associação com a questão de que, ao serem visualizados na condição de sujeitos em processo de integração social, os jovens tornam-se alvo das mais diversas ações governamentais de disseminação dos padrões de conduta social e política.

Para além de questionar o direcionamento desses programas ao público inserido nas instituições educacionais, é pertinente entender também qual é a compreensão que os responsáveis pela sua execução têm sobre esse processo educativo que é direcionado à juventude. Cristiane é formada em Educação Física e atua como servidora efetiva da Câmara Municipal de Montes Claros a cerca de 17 anos. Além de ter atuado na Escola do Legislativo nos cargos de secretária, coordenadora pedagógica de projetos e diretora, Cristiane também coordenou o Parlamento Jovem de Montes Claros durante 10 anos. Durante a entrevista que realizei com a interlocutora, tive a preocupação de perguntar como ela entendia que o programa colaborava no processo de participação política e social dos jovens.

Os jovens que participavam do projeto naturalmente já tinham o interesse [pela política], só que muitas vezes eles não tinham um direcionamento de como participar de forma efetiva, de forma consciente, de forma consistente. O Parlamento Jovem significa um direcionamento através de estudos, de formação mesmo, política e cidadã. Porque eles têm conhecimento de que formas poder participar como sociedade civil, de que formas participar de várias maneiras né!? Somente como civil, na escola, na sociedade, onde quer que a gente esteja, ou até como políticos futuros caso eles tivessem interesse (Cristiane, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em julho de 2020).

A fala da Cristiane demonstra que a educação para a cidadania é encarada como uma ferramenta essencial para que os jovens possam participar ativamente da política. A interlocutora fez questão de ressaltar o fato de que os jovens que decidiam participar do programa já tinham um interesse nas questões políticas e sociais. Nessa direção, suas colocações evidenciam que o programa cumpre o papel de preencher as lacunas da ausência de formação educacional que poderiam impedir a participação. As percepções da interlocutora acerca de como o programa contribui com a formação dos jovens aproxima-se bastante dos apontamentos de Benevides (1996), isso porque a autora entende a educação para a democracia enquanto mecanismo que possibilita a inserção efetiva dos sujeitos na vida pública.

Diante desse panorama geral sobre o surgimento da ELE-MG, a inclusão da educação para a democracia em seu escopo de atuação e o fato de que as ações e os programas de educação para a cidadania da instituição são focados no público juvenil, torna-se pertinente aprofundar na abordagem sobre o Parlamento Jovem de Minas. O tópico a seguir irá contemplar os objetivos e o cenário institucional do programa, questões importantes para que se possa compreender sua forma de atuação.

## **2.2 – Parlamento Jovem de Minas: objetivos e panorama institucional**

Iniciativas voltadas para a educação política de jovens estão presentes em várias partes do mundo. Embora no contexto internacional<sup>25</sup> alguns eventos de discussão/educação política recebam o nome de parlamento jovem, eles nem sempre estão associados ao campo de discussões voltadas para o Poder Legislativo. Diante disso, existem eventos em que os jovens se reúnem para discutir assuntos de interesse social, sem que isso tenha necessariamente vinculação com as atividades legislativas, caracterizando-os como fóruns de discussão (COSSON, 2008). No caso do Brasil, as atividades de votação e simulação dos trabalhos parlamentares estão fortemente ligadas às atividades do parlamento jovem no âmbito do Poder Legislativo.

Cosson (2008) chama a atenção para uma importante vertente de atividades de educação para a democracia. Trata-se dos programas nos quais os jovens simulam as atividades exercidas pelos parlamentares nos próprios espaços do Parlamento. Nesses casos, o objetivo principal é que os participantes aprendam sobre o funcionamento do Legislativo. A esse respeito, nota-se que grande parte dos parlamentos jovens brasileiros costuma amparar-se na simulação das atividades parlamentares como método de ensino. Um bom exemplo disso é o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), executado anualmente pela Câmara dos Deputados e direcionado para os estudantes de ensino médio de todo o país. Uma das condições para participação no PJB é a elaboração de um projeto de lei por parte do estudante interessado. Em caso de aprovação, o participante tem a oportunidade de ir à Câmara dos Deputados, em Brasília, para vivenciar os trabalhos dos deputados federais durante uma semana.

Existem também parlamentos jovens que, apesar de ocorrerem no âmbito do Poder Legislativo, não se baseiam necessariamente e unicamente na simulação das atividades parlamentares. Exemplo disso é o PJ de Minas. Em tal programa, os estudantes participam de palestras, oficinas, debates e diversos outros momentos que objetivam contribuir para que os jovens possam propor ações e projetos que beneficiem a população.

Cabe pontuar que as atividades dos parlamentos jovens no Brasil podem variar entre aquelas nas quais os jovens participantes se encontram apenas por um curto período de tempo, como ocorreu no Parlamento Jovem Paulista de 2018, no qual foram dois dias de atividades de apresentação, interação e efetiva execução dos trabalhos, até atividades que duram meses, a exemplo do que ocorre no PJ de Minas.

---

<sup>25</sup> A dimensão internacional dos programas de educação para a democracia e dos parlamentos jovens não será aprofundada neste trabalho. Para uma maior compreensão ver Cosson (2008).

Ao contrário do que preconizam os parlamentos jovens de diversas partes do Brasil, o PJ de Minas não se resume à simulação<sup>26</sup> das atividades dos ocupantes de cargos políticos. Para além disso, o programa mineiro adota o modelo de seminários legislativos para a execução de suas atividades, isto é, os estudantes discutem durante alguns meses sobre um determinado tema de relevância social e, ao final disso, ajudam a elaborar um documento que se torna subsídio para a atuação dos representantes eleitos pela população.

A esse respeito, é pertinente pontuar que os participantes do PJ de Minas não estão em um processo totalmente autônomo de participação política. Isso porque apesar de estarem atuando de forma direta na elaboração de propostas de intervenção social, todo o processo é supervisionado e, em certa medida, direcionado, pelos coordenadores e demais responsáveis pela execução do programa. São esses fatores que dão ao programa o status de atividade educativa/formativa, corroborando o processo de letramento político a partir das definições de Cosson (2018).

Para compreender a configuração do PJ de Minas, é preciso ter noção das parcerias que foram estabelecidas e que culminaram em sua criação. A primeira instituição a ser destacada é a própria ELE-MG, enquanto instituição responsável pelo direcionamento das ações do PJ de Minas; é necessário levar em conta também um importante mecanismo de participação popular no Legislativo, trata-se da Comissão de Participação Popular (CPP)<sup>27</sup>, a comissão capaz de colocar em prática as propostas presentes nos documentos finais elaborados no contexto do PJ; por fim, temos a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), através do Instituto de Ciências Sociais e com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da instituição. A PUC Minas foi a primeira instituição parceira da ELE-MG no desenvolvimento das atividades do PJ, por meio do trabalho desenvolvido por alunos e professores da Universidade.

Como foi explicitado no tópico anterior, a ELE-MG possui várias frentes de atuação no que concerne à educação política. Nesse bojo, foi criado em 2003 o programa *Conexão Assembleia*, apresentando como principal objetivo a socialização de estudantes universitários com temáticas relacionadas ao Poder Legislativo e à participação política. Vale salientar que o

---

<sup>26</sup> A experiência de simulação no PJ de Minas Gerais ocorreu apenas em 2004, primeira edição do programa. Conforme Castro, Duarte e Kelles (2012), percebeu-se que não tinha sentido o esforço de um longo processo de aprendizado para que as atividades fossem finalizadas apenas com a mera simulação do que foi absorvido. Diante disso, surgiu o desejo de que os encaminhamentos do programa fossem materializados na Comissão de Participação Popular da ALMG.

<sup>27</sup> No âmbito dos inúmeros instrumentos colocados em prática pela ALMG a fim de aumentar a proximidade do Legislativo com os cidadãos, foi criada em 2003 a Comissão Permanente de Participação Popular da ALMG, por meio da Resolução nº 5.212 de 09 de maio de 2003. A CPP viria a se tornar um mecanismo prático de participação da sociedade civil no Legislativo, fator que ultrapassa o cunho representativo da política parlamentar.

estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior é uma das formas de atuação do programa. O objetivo da ELE-MG, com a criação deste programa, era propiciar um espaço para que os universitários tivessem acesso a um conhecimento prático sobre a democracia e suas instituições, tendo como justificativa o fato de que essas temáticas eram pouco contempladas nos currículos regulares das universidades. Neste mesmo período de criação do *Conexão Assembleia*, representantes da PUC Minas procuraram os responsáveis pela CPP na ALMG a fim de apresentar uma proposta de projeto focado na participação de jovens no parlamento:

Ainda em 2003, a Assembleia Legislativa firmou parceria com a PUC Minas, por meio do recém-criado curso de Ciências Sociais. A demanda trazida pela coordenação do curso à Comissão de Participação Popular da ALMG e à Escola do Legislativo era de criação de possibilidades de vivência das teorias democráticas estudadas pelos alunos na faculdade. Guardava, pois, perfeita sintonia com os objetivos do *Conexão Assembleia*. Ao mesmo tempo que os futuros cientistas sociais teriam contato com as reflexões de importantes autores, estudiosos dos diferentes modelos de democracia, das peculiaridades de cada sociedade e de sua forma de organização e participação política não prescindiriam da prática para a consolidação dessa base teórica (CASTRO, DUARTE e KELLES, 2012, p.20).

Tendo sido estabelecida a parceria entre PUC Minas e ELE-MG, foi desenvolvido um modelo de atuação para a primeira edição do *Conexão Assembleia*. Eram basicamente três momentos para o desenvolvimento das atividades. O primeiro era o momento de *formação*, no qual os universitários da PUC Minas compreendiam as teorias das temáticas que seriam abordadas. O segundo momento era o de *reconhecimento*, no qual os universitários teriam acesso aos processos e procedimentos que eram desenvolvidos no âmbito do Legislativo. O terceiro momento era o de *compartilhamento* dos conhecimentos, no qual os universitários repassariam para os estudantes do ensino médio os aprendizados adquiridos nas fases anteriores, tendo como foco o estabelecimento de diálogos e debates que caracterizam a participação política no âmbito parlamentar (CASTRO; DUARTE e KELLES, 2012).

Um tema de abrangência social encadearia todas as fases e seria objeto de estudo dos participantes, que teriam de ser capazes de, ao final do processo, elaborar propostas de ação para o poder público. Esses foram os princípios que nortearam a criação da primeira edição do *Conexão* em parceria com o curso de Ciências Sociais da PUC Minas e que, pelo potencial do formato elaborado, acabou por se tornar um novo projeto independente: o Parlamento Jovem (CASTRO; DUARTE e KELLES, 2012, p.20-21).

Em vista disso, verifica-se que o PJ de Minas Gerais foi criado tendo como ideal a promoção da participação política dos jovens em âmbito parlamentar. Observa-se ainda que o anseio dos responsáveis pelo curso de Ciências Sociais da PUC Minas (unidade São Gabriel) em proporcionar aos alunos a vivência prática das teorias apresentadas no curso coincidiu com os ideais de educação para a democracia que começavam a fazer parte da ELE-MG. Por esse ângulo, a educação/formação da juventude acerca de valores e práticas consolidadas na sociedade (CASTRO, 2009) foi de encontro à necessidade de inserção do povo no parlamento, fator que passou a guiar a ALMG desde o fim do Regime Militar (FARIA, 2005; ASSIS, 1997; ANASTASIA, 1998).

Em sua primeira edição, no ano de 2004, o PJ de Minas contou com a participação de escolas públicas e particulares da cidade de Belo Horizonte. O tema que norteou as atividades do PJ no ano em questão foi “Direitos Sociais e Coletivos”, sendo que os subtemas foram “Ações afirmativas: políticas e ações afirmativas voltadas para negros e carentes” e “Segurança Social: Droga e Juventude: programa de prevenção de drogas nas escolas”. É válido pontuar que as atividades desenvolvidas no PJ mineiro em seu primeiro ano ocorreram no Plenário da ALMG, tendo como base a simulação de uma audiência pública da CPP. Foi um dia em que estudantes universitários e do ensino médio personificaram sociedade civil, deputados e assessores parlamentares (CASTRO; DUARTE e KELLES, 2012).

Os registros documentais da 1ª edição do PJ de Minas demonstram que havia um importante encontro de interesses que culminou na realização do projeto. O primeiro, diz respeito à tentativa de aproximação entre juventude (povo) e parlamento. Nesse caso, deve-se recordar as questões já citadas no decorrer desse capítulo, ou seja, os esforços da Assembleia em melhorar sua imagem perante a população, o que incluía a inserção dos sujeitos nos espaços da instituição. O segundo interesse, característico dos programas de letramento político, está relacionado à transmissão de conhecimentos que seriam capazes de fomentar a participação social na política. A seguir, verifica-se os discursos<sup>28</sup> de um ator político que apontam as ambições do PJ naquele contexto inicial:

O parlamento é muito importante, na medida em que traz luzes, ideias, sugestões, críticas e opiniões sobre temas que estamos tratando na Casa. Tratamos muitas vezes de assuntos sem ouvir os maiores interessados. O Parlamento Jovem está fazendo isso, nos municiando de opiniões, posturas e informações de vocês próprios (Discurso do deputado André Quintão, então

---

<sup>28</sup> Disponível nas Notas Taquigráficas da Sessão Legislativa Ordinária dedicada à atividade de simulação do Parlamento Jovem de Minas de Gerais, ocorrida em 17/09/2004.

presidente da CPP, na simulação parlamentar da 1º edição do Parlamento Jovem de Minas Gerais, 2004).

É importante também para vocês, porque tomam conhecimento das leis, da dinâmica democrática, do funcionamento do Legislativo e das decisões que dizem respeito à vida de vocês e do processamento político-legislativo dessas decisões. Vocês também ganham instrumentos de exercício da cidadania para influenciar as decisões tomadas, não só nesta Assembleia, nas suas escolas, nos seus bairros, nas associações comunitárias, mas também na livre escolha que vocês já devem fazer nos processos eleitorais. (Discurso do deputado André Quintão, então presidente da CPP, na simulação parlamentar da 1º edição do Parlamento Jovem de Minas Gerais, 2004)

Assim como as falas do Deputado André Quintão na conjuntura de criação do programa evidenciam o papel que o PJ de Minas poderia ter no que diz respeito ao incentivo à participação política de jovens estudantes, a fala de um interlocutor durante uma das entrevistas que realizei revela ideias nessa mesma direção. Pedro começou a trabalhar na Câmara Municipal de Guaxupé em 2016 em um cargo comissionado na área de comunicação. Naquele período, esse setor era vinculado ao Parlamento Jovem, o que, segundo o interlocutor, fez com ele “caísse de paraquedas” no projeto já no ano de 2016. Desde então, Pedro auxilia nas atividades do Parlamento Jovem, atuando como Coordenador de Projetos de Educação Política. Em uma das conversas que estabelecemos pelo WhatsApp, perguntei qual era a percepção dele sobre o papel do programa.

[O Parlamento Jovem] Representa a oportunidade de você dar a educação cidadã, que é a verdadeira educação na minha opinião, porque independente de qual profissão você vai seguir depois, você pode estudar na mesma sala, uma pessoa esforçar, for bom em português, matemática, ela vira advogada e a outra é... caminhoneiro, né!? Os dois tem que entender o papel social deles, independente de serem bons em português, matemática, geografia e história (Pedro, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em julho de 2020).

Ao trazer a ideia de que os sujeitos devem entender o seu papel social para agir no futuro, o interlocutor evidencia esse processo de formação como uma possibilidade de consolidação de valores importantes na vida dos jovens. Nesse caso, vale lembrar os apontamentos de Cosson (2018) quando ressalta que, dentre os fatores que justificam a criação de programas e projetos de letramento político no contexto governamental, pode-se destacar a tentativa de superação das chamadas “crises de representatividade” dos cidadãos com relação aos ocupantes de cargo político e o propósito de consolidação do regime democrático por meio da “educação” direcionada ao povo (COSSON, 2018). As falas do interlocutor podem ser



relacionadas também com os apontamentos de Benevides (1996) quando a autora diz que ninguém nasce governante ou governado, o que tornaria a educação para a democracia um mecanismo necessário para a disseminação dos princípios democráticos na sociedade.

No documento intitulado “Regulamento Geral do Parlamento Jovem de Minas 2020”, observa-se que os objetivos consolidados do programa giram em torno da formação política por meio da teoria e da promoção da vivência prática das teorias apresentadas no decorrer da edição. Além disso, um outro objetivo é estimular o interesse do jovem pela política, como se pode observar a seguir.

Art. 1º – O Parlamento Jovem de Minas – PJ Minas – é um programa realizado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, por meio da Escola do Legislativo, e pelas câmaras municipais parceiras.

Parágrafo único – São objetivos do PJ Minas:

I – estimular a formação política e cidadã de estudantes do ensino médio por meio de atividades que os levem a compreender a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento;

II – propiciar espaços para a vivência em situações de estudos, pesquisas, debates e negociações;

III – estimular o interesse dos jovens pela agenda sociopolítica de seu município e do Estado, e pelo exercício da participação democrática na discussão e na decisão de questões relevantes para a comunidade;

IV – incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de educação para a cidadania.

Tendo em vista os aprendizados que podem ser obtidos por meio da educação para a democracia (BENEVIDES, 1996) ou do letramento político (COSSON, 2008; 2010; 2011; 2018), entende-se que os objetivos do programa abarcam importantes questões para que os sujeitos possam se apropriar das ferramentas de participação política em âmbito governamental. Não obstante, deve-se perceber que o objetivo voltado para o estímulo do interesse dos jovens por questões sociais e políticas pode resguardar noções como aquelas que preconizam que a grande parte dos jovens não tem interesse por política. O caminho contrário a essa perspectiva é o reconhecimento dos interesses políticos e sociais dos jovens para além do campo das práticas políticas tradicionais. Em outras palavras, a inclusão dos jovens nos espaços públicos deve estar associada ao reconhecimento de suas práticas e discursos (CASTRO, 2009), isso sem desconsiderar seu poder de ação social, mesmo que estes sujeitos não tenham passado por um processo formal de educação política.

Observa-se no PJ de Minas um cenário institucional que se aproxima bastante da definição de letramento político ensejada por Cosson (2018), ou seja, trata-se de uma atividade

que, baseada no estabelecimento de um processo de aprendizados, busca propiciar espaços de ensino e discussão que estimulem a participação política dos jovens. Nesse caso, a concepção do *processo*, bastante enfatizada pelo autor em seus debates em torno do letramento político, envolve esse período no qual os jovens são preparados e munidos de informações que poderão ser utilizadas no contexto da Plenária Final do PJ de Minas.

Certamente que a perspectiva de *processo* do letramento político, quando adotada por Cosson (2018), não pretende se restringir aos espaços de um programa específico, mas relaciona-se com o fato de que todos nós estamos em constante processo de aprendizagem com relação à política. Entretanto, tal interpretação pode ser relacionada ao PJ de Minas quando se verifica os aprendizados que os jovens adquirem ao participarem do programa. Em uma conversa com Wesley, jovem que participou do PJ de Guaxupé em 2020, perguntei sobre a contribuição do programa para a vida política e social dele, nas palavras do interlocutor:

A vida é baseada em conceitos né. A partir do momento em que você aprende conceitos, o que o Parlamento Jovem né, o PJ provém muito bem, você ao aplicá-los em outras áreas da sua vida você consegue mudar completamente, né. Por exemplo... o PJ ele prega a compreensão ao outro né, esse conceito. Se você pega esse conceito e aplica em outras áreas da sua vida você se dá bem, né, nesse caso empatia pelos outros, você cria empatia, eu criei muita empatia pelos outros ao aplicar esse conceito né. Outro exemplo de conceito que o Parlamento Jovem prega também é que, aqueles [sujeitos] que, a maioria talvez não acredite, eles têm muito potencial. Por exemplo, minorias, LGBT, negro, pessoa de periferia, tanto faz né, as pessoas têm muito potencial só não são acreditadas pela sociedade no meio no qual habitam né. Então, o Parlamento Jovem ele transmitiu e transmite e continuará transmitindo muito conceitos que, quem tiver o discernimento de absorver esses conceitos e aplicá-los em outras áreas da vida mudará completamente a vida (Wesley, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em novembro de 2020).

Ao analisar a fala do interlocutor, observa-se que o processo de aprendizado foi encarado como algo que poderá ser utilizado para o resto da vida. Nesse caso, a noção de apropriação de *conceitos* foi utilizada pelo mesmo a fim de demonstrar as novas percepções que ele passou a ter das realidades sociais. Trazendo as discussões de Cosson (2018) para essa reflexão, percebe-se que as *práticas*, *conhecimentos* e *valores* aprendidos no decorrer do programa foram capazes de provocar transformações na forma como o interlocutor enxerga a sociedade, o que é um importante aspecto do letramento político no que se refere ao *aprimoramento da democracia*.

### **2.3 - O plano estrutural do Parlamento Jovem de Minas: dos espaços de discussão à elaboração de propostas de intervenção social**

As configurações atuais do PJ de Minas englobam cinco momentos distintos que se conectam durante todo o período do programa, sendo duas fases de organização e três etapas de efetivo desenvolvimento das atividades do programa junto ao público-alvo. Observa-se que a existência dessas diferentes etapas resulta em um ciclo de atividades que tem como ponto culminante a Plenária Estadual do PJ de Minas. A seguir, desenvolve-se uma abordagem mais detida sobre cada uma dessas fases. Cabe pontuar que essas análises terão como base o *Regulamento Geral do Parlamento Jovem de Minas - 2020*.

O primeiro momento atinente à cada edição do PJ é conhecido como a fase de preparação. Tal fase é de responsabilidade da coordenação estadual e envolve desde a escolha de temas e subtemas para a edição seguinte, por meio dos procedimentos de elaboração, discussão e votação das propostas durante a realização da Plenária Final do PJ<sup>29</sup>, até a interlocução com as câmaras interessadas em participar do programa. Além disso, essa fase também envolve questões práticas, como elaboração do regulamento e calendário para a edição que irá ocorrer.

A fase de implantação do PJ, além de compreender a entrega do Termo de Adesão por parte dos representantes das câmaras que pretendem participar da edição, envolve também a mobilização de estudantes para participarem das atividades. Esse momento de mobilização não conta com um método pré-definido e cabe aos coordenadores municipais fazer uso dos recursos que têm à sua disposição. Desse modo, é comum que ocorram visitas nas escolas públicas e privadas e divulgação através dos meios de comunicação e redes sociais digitais.

No ano de 2020, por exemplo, o PJ de Guaxupé fez uso de um formulário de inscrição on-line já que, em respeito às orientações dos entes governamentais, as escolas deveriam permanecer fechadas para que se pudesse combater a disseminação da COVID-19. Bruna, formada na área de publicidade, era funcionária contratada da Câmara Municipal de Guaxupé em 2020 e diretora da Escola do Legislativo. Perguntei a ela sobre quais estavam sendo os principais desafios para a execução do PJ no ano em questão; a interlocutora ressaltou as dificuldades impostas pelas tecnologias.

---

<sup>29</sup> Portanto, a escolha do tema para o ano seguinte ocorre durante as atividades de encerramento de cada edição do programa; esse momento é compreendido como fase de preparação.

Essa pandemia trouxe um grande desafio! A tecnologia (internet) que sempre foi muito bem vista, e usada por muitas pessoas, agora se transformou em uma ferramenta essencial. Tivemos que nos adaptar e estudar ao máximo como conseguiríamos prender a atenção desses jovens, sendo que não teríamos um controle tão rígido de presença como acontece no presencial. Temos um público fiel de alunos que sempre participam dos projetos da Escola do Legislativo de Guaxupé, e com isso utilizamos eles, para propagar essas informações que o PJ este ano seria on-line. Conseguimos os 70 participantes através de divulgações nas redes sociais, onde os interessados entravam em um link e preenchia os dados, (uma ficha de cadastro virtual) e neste cadastro pedimos para eles colocarem o número do WhatsApp, assim criamos o grupo onde todos que estão inserido de fato demonstraram interesse em participar do Parlamento Jovem On-line (Bruna, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em maio de 2020).

Ainda a respeito da seleção dos jovens para participar do programa, torna-se válido salientar que um dos requisitos para participação é que o jovem esteja matriculado no ensino médio. Segundo Benevides (1996), a escola é o principal local para o desenvolvimento da educação para a democracia. Nesse caso, a escola é compreendida como o espaço que pode contemplar desde a educação intelectual até a educação moral (valores republicanos e democráticos). Entretanto, o que se observa na estrutura da educação básica é pouco espaço para as disciplinas que pretendem instigar a reflexão dos estudantes sobre assuntos que ultrapassam a mera recepção e reprodução de aprendizados. Em Minas Gerais, por exemplo, a disciplina de Sociologia, que se dedica à reflexão acerca da sociedade de uma forma mais profunda, possui uma carga horária semanal bastante reduzida<sup>30</sup>, o que conseqüentemente coloca limites ao processo reflexivo que compõe a disciplina. Por essa direção, programas como o Parlamento Jovem acabam sendo compreendidos como um complemento educacional que instiga reflexões que ainda são pouco exploradas na educação básica.

Antes de dar continuidade à descrição dos momentos que compõem o PJ de Minas, é necessário fazer um breve percurso histórico que ajudará a compreender as três fases que restam. Isso porque as etapas seguintes são de efetiva realização das atividades do programa junto aos jovens e sua ampliação ao longo do tempo deve ser ponderada.

Tratando-se acerca do espaço geográfico de atuação do PJ de Minas, verifica-se que entre os anos de 2004 a 2009 as atividades se restringiram à cidade de Belo Horizonte - com

---

<sup>30</sup> Conforme a Resolução N°4.234, de 22 de novembro de 2019, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a disciplina de Sociologia é ofertada durante o ensino médio, sendo que são duas aulas durante o 1º ano do ensino médio e uma aula no 3º ano. No caso da disciplina de Filosofia, são duas aulas no 2º ano e uma aula no 3º. Vale pontuar que, em consonância com a Lei Federal N° 13.415, de 16 fevereiro de 2017, as escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais estão aderindo gradativamente à modalidade de ensino integral. Uma das atividades integradoras da matriz curricular do estado é denominada “Educação Para a Cidadania”, uma atividade que, teoricamente, busca inserir os alunos em discussões que vão além dos conteúdos das disciplinas regulares.

exceção de 2006, no qual ocorreram atividades do programa nas cidades de Arcos e Pains (FELIPPE, 2012). No ano de 2009, os responsáveis pelo PJ começaram a refletir sobre a possibilidade de que o programa se expandisse para outros municípios, tendo como principal justificativa o entendimento de que a ALMG é uma instituição estadual, logo, suas ações precisavam ser ampliadas. Atrelado a isso, havia o desejo de algumas câmaras municipais em implantar o PJ em suas respectivas cidades (CASTRO; DUARTE e KELLES, 2012). A partir de 2010, o projeto ganhou a adesão das câmaras municipais do interior que, por sua vez, passaram a se articular com diversos atores estaduais e locais para desenvolver o PJ em suas regiões.

Desse modo, desde 2010, após seis edições em Belo Horizonte, o projeto tornou-se o Parlamento Jovem de Minas. A Assembleia e a PUC Minas mantiveram a coordenação do projeto, agregando novas e fundamentais parcerias: com as câmaras municipais mineiras. Nesse formato atual, a ALMG, por intermédio da Escola do Legislativo, e a PUC Minas oferecem cursos de capacitação, presenciais e a distância, aos servidores de câmaras que irão assumir a coordenação do projeto no município e aos monitores por eles mobilizados, os quais irão atuar durante a implantação das atividades. Ao longo do projeto, a ALMG e a PUC Minas oferecem também assessoria técnica aos coordenadores, orientando-os na condução das atividades (CASTRO; DUARTE e KELLES, 2012, p.26).

Posto esse contexto, verifica-se um importante movimento que modifica toda a dinâmica de atuação do PJ de Minas: trata-se da descentralização das atividades. Por conseguinte, se antes da descentralização as atividades eram restritas ao plano estadual, a partir de então os trabalhos passaram a se configurar em duas etapas, sendo elas as etapas municipal e estadual (a partir de 2010). Entretanto, a expansão das atividades do programa fez com que mais demandas fossem criadas, o que corroborou na criação de mais uma etapa, sendo esta a etapa regional (efetivada a partir de 2014). Com isso, foi consolidado o atual modelo do PJ de Minas.

Optou-se pela mudança de um modelo de alcance vertical, que garantia a profundidade e uma pretensa unidade de ação, para um modelo de alcance horizontal, que garantisse a mesma qualidade formativa e transformadora numa perspectiva em rede. As escolhas centralizadas seriam reduzidas, priorizando-se aquelas construídas de forma mais coletiva. Criou-se, assim, uma articulação dos municípios, em polos definidos por proximidade geográfica ou identitária, que permitiu um trabalho cooperativo entre os municípios. Uma outra inovação decorrente desse processo é que o município sede do polo também tinha que se qualificar, com o auxílio da coordenação estadual, para processos de planejamento, execução, monitoramento e

avaliação mais ativos, o que demandou uma aprendizagem também organizacional (CASTRO e FREITAS, 2017, p.12-13).

O efetivo trabalho do PJ junto aos alunos tem início com a etapa municipal, promovida pelas câmaras municipais participantes. Nesta etapa, os jovens participam de atividades de formação política conduzidas pelos responsáveis pelo PJ em âmbito municipal, tendo sempre como base o tema e os subtemas de cada edição. Além disso, realizam-se discussões relacionadas ao funcionamento do Poder Legislativo e são elaboradas sugestões de temas para a próxima edição do programa.

A respeito desse momento, observei que as restrições impostas pela COVID-19 contribuíram com uma atuação mais tímida dos jovens na edição de 2020. Nesse caso, destaca-se que muitos jovens estavam participando pela primeira vez e não conheciam os outros participantes ou os próprios coordenadores, o que conseqüentemente gerava limites aos debates. Além disso, a dinâmica on-line parecia colocar os jovens em uma situação de mera recepção dos conteúdos, isso porque os participantes não tinham muitas oportunidades de debater uns com os outros sobre os temas em discussão.

Apesar das dificuldades provenientes da dinâmica virtual, as redes sociais ainda foram espaços para a participação ativa no programa, como foi o caso de Júlia. A jovem tinha 15 anos quando começou a participar do PJ de Montes Claros em 2020. Através das nossas conversas e da observação da atuação da interlocutora no PJ, foi possível verificar sua grande inquietação com questões relacionadas a meio ambiente, gênero e política. Inclusive, alguns relatos de Júlia sobre como esses fatores se relacionavam à sua vida pessoal foram postados nas redes sociais do PJ de Minas em formato de vídeos curtos. Em certo momento, perguntei a ela sobre como estava sendo a experiência no PJ de Montes Claros.

A minha experiência, como eu pude participar foi pelo Instagram principalmente. Pelo YouTube foi um pouquinho difícil porque batia com o horário das minhas aulas então eu tinha que assistir depois, mas eu gostei bastante. Eu senti falta [do presencial] obviamente, eu nunca tinha participado e me falaram que teriam discussões, iríamos lá fazer roda de conversa, enfim. É... obviamente o engajamento geral teria sido muito maior se fosse presencial, geral assim... de todas as pessoas, seria muito maior porque a rede social acaba que é um pouco fria né, nesse sentido. Mas foi muito interessante porque eu pude fazer discussões no Instagram, eu gravei stories, eu discuti lá no grupo também né, (...) inclusive postaram lá no Instagram do Parlamento Jovem de Montes Claros e postaram no de BH também, eu discuti sobre política em si, política e o lugar da mulher na política, política e meio ambiente, foi muito interessante, porque foi um tipo de discussão diferente né, que eu não estava muito acostumada, porque no presencial eu geralmente falo, outras pessoas já tá querendo falar, a gente vai comunicando ali. E aqui não,

eu poste e depois veio outras pessoas me perguntando, fazendo comentários, falando que acharam interessante a discussão... (Júlia, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em dezembro de 2020).

É possível verificar o valor dos encontros físicos em conversas com os interlocutores da pesquisa bem como através dos eventos virtuais que marcaram a edição de 2020 do programa. Tanto no PJ de Montes Claros quanto no de Guaxupé, as inconsistências das atividades (não realização de oficinas e até mesmo pausa nas atividades destas cidades) tiveram relação com o fato de que a impossibilidade de encontros presenciais, de certa maneira, desconfigurou o sentido de existência do programa, que é exatamente o estabelecimento de debates nos espaços do parlamento.

A primeira interlocutora com a qual mantive contato para a realização do trabalho de campo foi Clarissa; nossa primeira conversa foi em abril de 2020 por meio de ligação telefônica. Clarissa possui formação superior em Psicologia, mas seu trabalho na Câmara Municipal de Montes Claros não tem relação com sua área de formação. A interlocutora exerce um cargo comissionado na Câmara a cerca de 3 anos e passou a coordenar o PJ de Montes Claros no ano de 2020. Segundo ela, a função de coordenar o PJ é executada por alguém que trabalha na Câmara Municipal, ao passo que monitores podem ser pessoas que não trabalham na instituição, mas que desejam colaborar com o projeto. Em uma conversa com Clarissa, questionei sobre quais estavam sendo as maiores dificuldades enfrentadas em 2020 no PJ de Montes Claros. A fala da interlocutora evidencia como os alunos tinham dificuldades com as interações on-line.

Então, essa é a dificuldade que eu enfrento né, que a gente tá enfrentando, é não ter esse momento presencial que é necessário até mesmo pra finalizar o projeto e a participação né, dos alunos. Porque grande parte não tem um telefone, não tem internet, ou mesmo “ah, on-line pra mim não é tão bacana, não é tão interessante”, então essa é a dificuldade (Clarissa, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em junho de 2020).

A etapa seguinte do PJ de Minas é a regional, trata-se de um momento que integra as câmaras de um determinado polo regional e a coordenação das atividades fica a cargo da cidade sede; a Plenária Regional ocorre em um dos municípios que compõe o polo. As principais atividades desta etapa são a priorização de um tema – a ser debatido na etapa estadual - para nortear a próxima edição do PJ e o estabelecimento de um documento contendo as propostas para compor o documento-base de proposições legislativas que é formatado durante a etapa estadual.

Finalmente, chega-se à etapa estadual, sob responsabilidade da coordenação estadual. Esta é a oportunidade para que os vários participantes do PJ de Minas (alunos, coordenadores, monitores, etc.) se reúnam na cidade de Belo Horizonte, na sede da ALMG. Aqui é válido pontuar que os alunos que participam da Plenária Estadual são aqueles eleitos no âmbito da Plenária Regional. Procedimento que também ocorre na Plenária Municipal, na qual os alunos são eleitos para participar da etapa regional. Na ocasião da etapa estadual, o documento-base contendo as propostas de ação legislativa priorizadas pelas câmaras municipais, durante a realização da Plenária Regional, é estudado e sistematizado para ser apresentado à CPP. Também é o momento de escolha do tema da próxima edição do PJ. Conforme o Regulamento Geral do PJ Minas 2020,

Art. 27 – A etapa estadual compreenderá:

I – atividade de entrosamento;

II – debate e votação do tema para a próxima edição do PJ Minas;

III – palestras sobre a dinâmica dos trabalhos a serem realizados nos grupos de trabalho – GTs – e na plenária estadual;

IV – reuniões de grupos de trabalho;

V – plenária estadual;

VI – atividade com os coordenadores.

Conforme se observa no plano documental, a etapa estadual prevê amplos espaços de debate e participação dos jovens. Exemplo disso é o momento dos grupos de trabalho, no qual o coordenador e o relator são os jovens eleitos entre os pares. Durante essa etapa é possível verificar a existência de procedimentos comuns ao processo legislativo, a exemplo do que ocorre nas reuniões nos grupos de trabalho, que envolvem debates, votações, pedidos de destaque e supressões em torno do documento-base.

A Plenária Estadual é conduzida pelos jovens (coordenadores e relatores), com assessoramento dos técnicos da ALMG, o que traz, em certa medida, um caráter de simulação às atividades. Nesse cenário, as atividades dos grupos de trabalho são relatadas e as propostas são discutidas e votadas. Por fim, o documento final é sistematizado e entregue ao representante da CPP, com isso, encerra-se a etapa estadual.

A partir de Cosson (2008; 2010; 2011; 2018) entende-se que o letramento político, na conjuntura governamental, está relacionado com a execução de atividades que buscam gerar uma aproximação entre sociedade e parlamento. No caso do PJ de Minas, essa aproximação se inicia quando os jovens têm contato com temáticas relacionadas ao legislativo e se fortifica com a elaboração e entrega do documento final contendo as propostas de ação legislativa.



Cabe pontuar que o programa possui uma estrutura bastante consolidada para a execução de suas ações, o que o distingue, por exemplo, dos movimentos sociais ou de outros espaços em que os jovens discutem sobre política de forma mais aberta. Em vários momentos, os coordenadores se preocuparam em ressaltar que o programa preza pela formação cidadã, excluindo-se, tanto quanto possível, a ideia de que o programa possa ter seus ideais vinculados a uma determinada ideologia política. Nas percepções de Pedro, um dos responsáveis pelo PJ de Guaxupé, “o Parlamento Jovem ele não molda a cabeça de ninguém é... ele desperta o senso crítico, ele desperta o raciocínio crítico no jovem. Pode ser que ele siga, pode ser que não, né?” (entrevista concedida em julho de 2020).

Por fim, vale dizer que as próprias ideias em torno do letramento político e da educação para a democracia evidenciam a existência de uma carga de informações a serem repassadas para o público-alvo. Como notamos no decorrer dessa dissertação, esse público-alvo costuma ser a juventude. Sem desconsiderar a pertinência da apropriação de informações acerca dos instrumentos legislativos que estão à disposição dos cidadãos, é necessário pontuar que a estrutura do programa se revela bastante vinculada aos padrões da educação formal direcionada aos jovens. Ou seja, aquela educação voltada para a socialização política desses sujeitos na perspectiva dos padrões tradicionais de ação política (CASTRO, 2009). Isso porque o que direciona o programa não é necessariamente a subjetividade dos jovens, isto é, aquilo que afeta seu cotidiano de forma direta. Não obstante, o programa se estrutura a partir de temáticas que são apresentadas por algum convidado especialista no assunto, pelos coordenadores ou monitores, e as discussões com os jovens são ensejadas a partir disso.

#### **2.4 – O Parlamento Jovem de 2020 e os efeitos da dinâmica virtual**

Ao realizar um percurso histórico acerca dos temas que foram explorados no PJ de Minas desde 2004, observa-se que as temáticas abordadas incluem: educação, cidadania, direitos e deveres, violência, mobilidade urbana, meio ambiente e sustentabilidade, drogas, inclusão social, segurança pública, criminalidade, discriminação e envelhecimento. Dentro destes assuntos gerais, as questões envolvem, em certos momentos, um maior direcionamento para a juventude e, em outros, uma perspectiva mais ampla da vida em sociedade. A título de exemplo, as questões sobre juventude e violência foram abordadas na edição de 2008, cujo tema foi “Jovem e Violência: Provocador ou Vítima?”. Em outra perspectiva, a temática da violência também foi tratada no PJ de 2018, cujo tema foi “Violência contra a mulher”. Neste caso, a

discussão era mais ampla e previa a elaboração de propostas para o poder público que não necessariamente estavam vinculadas ao público juvenil.

Cabe dizer também que, pelo fato de que cada tema abarca três subtemas, as mesmas questões podem ser o centro da discussão em diferentes edições do programa. Um exemplo disso é que a *Discriminação Étnico-Racial* foi tema central do PJ de 2019, não obstante, o PJ de 2004 tinha as ações afirmativas para negros e pessoas pobres - um dos atuais mecanismos de luta contra a discriminação racial - como um dos subtemas de discussão, pois o tema daquela edição era *Direitos Sociais e Coletivos*.

No ano de 2020, 17º edição do programa, o tema tratado foi “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os subtemas foram: 1) Mudanças Climáticas e Proteção da Biodiversidade; 2) Práticas Sustentáveis e Desenvolvimento Econômico e 3) Recursos Hídricos e Saneamento Básico<sup>31</sup>. A fim de compreender mais de perto o desenvolvimento dessa edição do PJ, realizei observações mais detidas sobre sua execução nas cidades de Montes Claros e de Guaxupé. Aqui vale ressaltar que este trabalho não apresentará uma descrição detalhada sobre como o programa se estruturou nesses locais ou sobre as questões socioeconômicas de tais regiões. Não obstante, a escolha dos parlamentos jovens dessas cidades como objetos de pesquisa envolve a tentativa de refletir acerca das ações do programa desde a sua etapa municipal.

Na cidade de Montes Claros, localizada na região Norte de Minas e com população estimada de 413.487 habitantes (IBGE, 2020), a criação do Parlamento Jovem teve importante vinculação com a Escola do Legislativo da cidade. Por meio da Lei Nº 3880, de 17 de dezembro de 2007, foi criada a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Montes Claros. O PJ de Montes Claros foi criado em 2010, ano marcado pela expansão do PJ de Minas para as cidades do interior.

Em uma conversa com Cristiane, ex-coordenadora do PJ de Montes Claros, ela ressaltou que a existência da Escola do Legislativo foi fundamental para que o PJ da cidade fosse criado. Segundo ela, a Escola do Legislativo de Montes Claros recebeu uma carta na qual a ALMG convidava a escola para participar do programa.

Eu acho que aqui pra Montes Claros o que foi primordial pra acontecer [o Parlamento Jovem] foi já existir a escola do legislativo. Na época que a gente recebeu o convite é..., essa carta foi diretamente encaminhada pra escola, porque tinha a escola né, e essa parte de educação é específica das câmaras

---

<sup>31</sup> Tendo em vista a não realização das etapas Regional e Estadual no ano de 2020, o tema do ano de 2021 (18º edição) também é “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”.

que tem escola. Então o que foi primordial foi a existência da escola, eu creio que se não tivesse a Escola do Legislativo, talvez não teria tido o Parlamento Jovem em Montes Claros, apesar de que várias outras câmaras têm Parlamento Jovem e não tem escola do Legislativo. Mas eu creio que as câmaras que tem escola do Legislativo o Parlamento Jovem acontece de forma mais bem executada, digamos assim (Cristiane, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em julho de 2020).

Guaxupé é uma cidade localizada na região Sudoeste de Minas Gerais e a população estimada da cidade é de 52.078 habitantes (IBGE, 2020). A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Guaxupé foi criada em 2014, através da Resolução Nº 783, de 24 de junho de 2014. Conforme se observa nos tópicos anteriores desse texto, as Escolas do Legislativo possuem como centro de sua atuação a perspectiva de educação para a cidadania. Sendo assim, já em 2015 a Câmara Municipal de Guaxupé aderiu ao PJ de Minas e o projeto começou a ocorrer na cidade.

Tratando-se agora mais especificamente da edição de 2020 do programa, é necessário considerar que as práticas de convivência social adotadas no intuito de diminuir a contaminação pela COVID-19 (a exemplo do distanciamento social), interferiram não somente nas atividades do PJ de Minas como também no desenvolvimento desta pesquisa.

Meu objetivo inicial era realizar um trabalho de campo junto aos participantes do PJ de Montes Claros durante a edição de 2020. Com o prolongamento da COVID-19 e o aumento do número de casos de pessoas contaminadas pela doença, percebi que as redes sociais virtuais seriam os novos espaços para a realização do trabalho de campo. Assim, até o mês de abril de 2020, minhas pesquisas estavam sendo realizadas apenas no PJ da cidade de Montes Claros, período em que eu observava principalmente as interações do grupo de WhatsApp.

Tendo em vista a percepção de que as minhas análises de campo poderiam ser ampliadas já que a pesquisa estava se desenvolvendo através das redes sociais virtuais, passei a dar uma maior atenção para outros parlamentos jovens de Minas. Nesse processo, através de pesquisas no perfil oficial do *Instagram* do PJ de Minas, observei que as ações do PJ de Guaxupé estavam tendo bastante destaque pelo fato de que os coordenadores se adequaram de maneira bastante rápida à dinâmica on-line, principalmente por meio da elaboração de vídeos e interação no grupo de WhatsApp. Nesse sentido, a fim de ampliar o escopo na minha pesquisa e obter dados mais diversificados acerca da execução do PJ de Minas, iniciei um trabalho de observação no PJ de Guaxupé.

**Figura 1 - O Parlamento Jovem de Guaxupé em destaque**



Fonte: Instagram do PJ de Minas, 2020.

Em 2020, os principais meios para a execução das atividades do programa nas cidades que observei foram o WhatsApp, Youtube, Instagram e Facebook. Os grupos de WhatsApp eram tanto espaços de discussão quanto o meio mais fácil para que os coordenadores repassassem as ações que iriam ocorrer. Desde o início da minha pesquisa de campo, solicitei que os coordenadores me colocassem nesses grupos, pois seria a oportunidade de acompanhar mais de perto as atividades e encontrar possíveis interlocutores que pudessem contribuir com a construção da pesquisa.

Por conta das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, as etapas Regional e Estadual do PJ de Minas não puderam ocorrer. Por esse motivo, as observações que serão feitas acerca de tal edição do programa são restritas aos acontecimentos da etapa municipal.

Na etapa municipal, as principais atividades são as oficinas, sendo separadas em: Oficina de Formação Política, Oficina de Formação Temática (dedicadas ao tema da edição) e Oficina de planejamento e execução de diagnóstico local (espécie de trabalho de campo para compreender a relação da população local com o tema em discussão). Em ambas as cidades, foram realizadas no ano de 2020 tanto as oficinas de Formação Política quanto as oficinas de Formação Temática.

Minhas observações no PJ de Montes Claros começaram em abril de 2020, mês em que fiz contato com a coordenadora do programa a fim de entender quando seria o início das

atividades. Logo nesse primeiro contato por telefone, Clarissa, que ainda não me conhecia, começou a desabafar sobre as dificuldades que estava tendo em seguir com o projeto diante da situação de pandemia. Falou sobre as dificuldades de redesenhar as atividades que já estavam planejadas e sobre as incertezas que tinha já que este era apenas seu segundo ano à frente do programa.

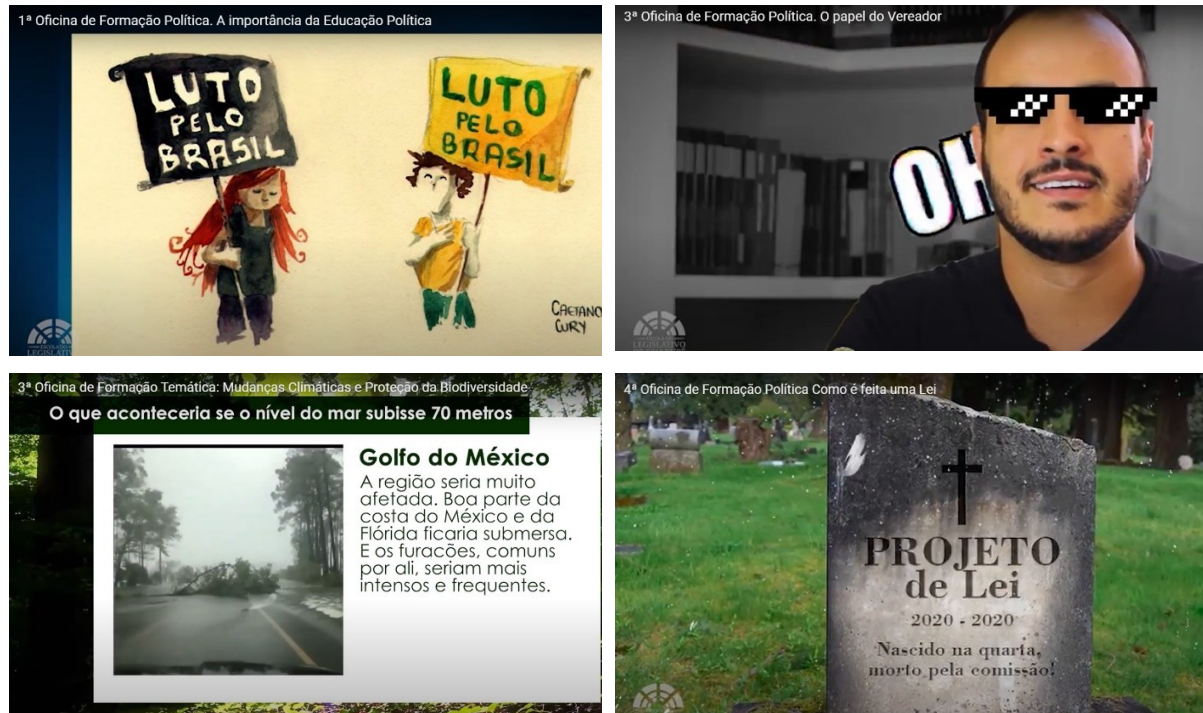
Mesmo em meio às dificuldades, as oficinas de formação do PJ de Montes Claros se iniciaram no mês de abril e foram todas transmitidas ao vivo pelo canal do YouTube denominado “TV Câmara de Montes Claros”. Dentre os palestrantes das oficinas de formação política, incluíam-se vereadores, funcionários e assessores da Câmara, especialistas e um conselheiro tutelar da cidade. As oficinas de formação temática contaram com especialistas em diversas temáticas acerca do meio ambiente, dentre eles um vereador que é referência nessa área e um Secretário Municipal. No YouTube, o chat permanecia aberto para que os alunos pudessem participar, ademais, quase não havia interação dos alunos nesse espaço.

Ainda que as oficinas ficassem salvas para que os alunos pudessem assistir em momento oportuno e enviar suas dúvidas posteriormente, assim como a Júlia relatou que fazia em alguns momentos, pode-se inferir que a dinâmica on-line foi, em certos aspectos, limitante para o processo de letramento político objetivado pelo programa. Ao pensar na dimensão de que o letramento se constrói de forma coletiva, conforme as acepções de Cosson (2018), ficou evidente que as redes sociais digitais, em diversos momentos, não foram espaços de interação ou debate acerca das temáticas propostas pelo programa.

Minhas observações mais detidas sobre o PJ de Guaxupé começaram no mês de maio de 2020, período em que fui inserida no grupo de WhatsApp do programa. Meu contato com o coordenador se deu através do Instagram, oportunidade em que me apresentei e expliquei os objetivos da minha pesquisa. Após essa primeira conversa, Pedro enviou meu contato para a coordenadora da Escola do Legislativo de Guaxupé que, pouco tempo depois, acolheu a minha pesquisa e me inseriu no grupo de WhatsApp.

No caso do PJ de Guaxupé, todas as oficinas foram gravadas, editadas e disponibilizadas através do canal do YouTube da Câmara Municipal de Guaxupé. Para uma maior aproximação com o público-alvo, os vídeos apresentavam o conteúdo de forma bastante dinâmica, nos quais eram adicionados, por exemplo, frases explicativas sobre o tema em discussão, imagens e vídeos da internet. Em algumas oficinas, inclusive, foram utilizadas imagens que remetiam a algum conteúdo humorístico das redes sociais.

**Figura 2 - Oficinas de Formação do Parlamento Jovem de Guaxupé**



**Fonte:** Canal do YouTube da Câmara Municipal de Guaxupé, 2020.

Pedro, coordenador de Projetos de Educação Política, foi quem ministrou todas as oficinas de formação política. No caso das oficinas de formação temática, o conteúdo foi repassado por Bruna, coordenadora da Escola do Legislativo em 2020, alguns especialistas na área ambiental e uma pessoa ligada ao setor de meio ambiente da prefeitura.

No mês de junho, foi realizada uma *live* do Polo Sudoeste, que inclui o PJ de Guaxupé, na qual se discutiu sobre Responsabilidade Ambiental nas Empresas. Foi um momento em que os palestrantes falaram sobre as práticas de sustentabilidade e sobre o empreendedorismo. Nas discussões, os palestrantes sempre buscaram evidenciar a importância de os jovens terem pequenas atitudes sustentáveis, ressaltando que tais práticas seriam importantes para a vida profissional deles enquanto possíveis empreendedores ou como funcionários de uma empresa. Além disso, falaram sobre a necessidade de o poder público ter empatia com a população no que diz respeito à elaboração de políticas públicas que prezassem pelo desenvolvimento sustentável. Ao final dessa *live*, e fazendo associação com a questão da empatia, Pedro ressaltou que era necessário que os jovens fossem mais empáticos com o trabalho da coordenação. Destacou os novos desafios que o PJ de Guaxupé estava enfrentando por conta da pandemia e pediu que os jovens pudessem se empenhar em assistir as oficinas. Segundo ele, a coordenação

estava sentindo falta de um retorno dos jovens acerca das atividades que estavam sendo realizadas.

O discurso de Pedro ao final dessa *live*, que foi realizada em julho de 2020, direcionava-se para a conversa que tive com Bruna em um período anterior, na qual pude perceber que a baixa interação dos alunos era algo que incomodava a coordenação do programa. Apesar dessa dinâmica de busca por maior interação que ocorreu no PJ de Guaxupé, a impossibilidade de perceber como os jovens estavam de fato recebendo os conteúdos gerou questionamentos acerca do desenvolvimento do programa na edição de 2020.

Toda essa transformação de rotina, teve impactos negativos, pois algumas atividades são difíceis de serem feitas virtualmente, como por exemplo: debate, criação de propostas em grupos, tirar dúvidas (por mais que sempre instigamos eles a perguntarem, nem todos participam), observar se estão de fato entendendo o conteúdo... Mas também tivemos os pontos positivos que nos surpreendemos, como a força que o Projeto tem em relação a um se apoiar no outro, todos os municípios estão se ajudando compartilhando materiais, ideias, sugestões, essas oficinas que produzimos aqui em Guaxupé é um exemplo disso, compartilhamos esse material com mais de 60 cidades. E apesar de ser um ano atípico o projeto vem mostrando que podemos nos reinventar, e que esse público jovem sempre está aberto a novas ideias (Bruna, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em maio de 2020).

No intuito de ampliar minha compreensão sobre a vivência das dinâmicas on-line pelo público-alvo no ano de 2020, acompanhei mais de perto a participação de dois jovens. O primeiro foi Wesley, que entrou em contato comigo na mesma hora em que me apresentei no grupo de WhatsApp do PJ de Guaxupé. Wesley estava no 2º ano do ensino médio quando participou pela 1ª vez do programa no ano de 2019, na dinâmica presencial. No ano de 2020, diante do cenário de atividades virtuais, Wesley me relatou em diversos momentos que sentia falta de estar debatendo presencialmente, pois, segundo ele, a dinâmica on-line muitas vezes se resumia a “perguntas e respostas”. Já no cenário presencial, ele e os outros participantes podiam discutir sobre os temas que lhes interessavam na política de forma mais profunda.

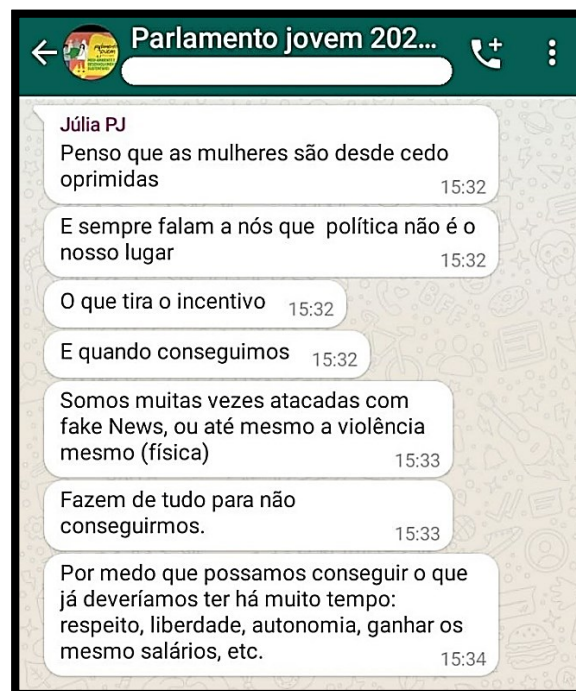
O incômodo do interlocutor diante da falta de diálogos mais profundos na dinâmica on-line revela, em certa medida, uma vontade de expor suas opiniões e ter com quem as debater. Isso, de uma maneira geral, coloca em questão a noção de que o jovem seria desinteressado por política ou apático com relação aos temas de interesse social (ABRAMO, 1997; CASTRO, 2009) e direciona nosso olhar para questões subjetivas acerca das formas como os jovens se comportam a partir de suas distintas realidades sociais (DAYRELL, 2005).

Júlia foi a outra jovem que acompanhei mais de perto. Ela estava cursando o 1º ano do ensino médio no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus Montes Claros em 2020, quando começou a participar do PJ de Montes Claros. Busquei me aproximar da interlocutora ao perceber que ela era a jovem que mais colocava suas opiniões no grupo de WhatsApp. Em certo momento, ela revelou que a discussão sobre temas diversos já era um costume em sua escola.

Eu estudo na Instituto Federal né, aí em Montes Claros, faço o curso técnico em Química integrado ao ensino médio e sim, lá há um incentivo muito grande, é... inclusive, eu fiquei muito surpresa quando eu fui pra lá e a moça do Parlamento foi nos convidar, apareceram muitos alunos querendo mesmo participar de debates e eu achei aquilo muito interessante. E lá os professores priorizam bastante a questão da discussão. (...) A gente discute as matérias, a gente faz uma roda de conversa sobre assuntos de química, assuntos de matemática, assuntos de língua portuguesa, filosofia, e lá há um incentivo muito grande sim para nos incentivar a questionar, não aceitar tudo de primeira sem saber o porquê daquilo, (...) qual o porquê daquela lei, enfim, há uma preocupação muito grande com essa questão de nós questionarmos, de nós discutirmos bastante porque... isso nos ajuda a ter um senso crítico, né! (Júlia, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em dezembro de 2020).

Após a realização de uma oficina acerca do papel da mulher na política, pedi aos jovens que dessem sua opinião sobre o tema. Na *Figura 3*, estão algumas considerações de Júlia.

**Figura 3 – Opiniões de Júlia**

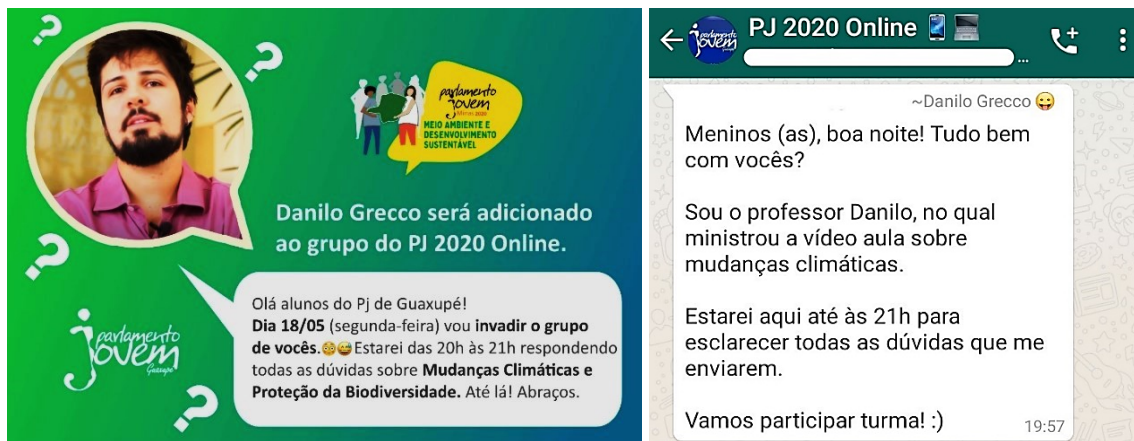


Fonte: Grupo de WhatsApp do PJ de Montes Claros, 2020.



A etapa municipal do PJ no ano de 2020 foi um período importante para a apresentação do tema da edição, elaboração de algumas reflexões em torno do programa e construção de apontamentos sobre outros aspectos relacionados à política (como se pôde observar nas falas de Júlia, na *Figura 3*). Ainda que os momentos de reflexões coletivas entre os jovens fossem limitados, os grupos de WhatsApp eram importantes ferramentas no que diz respeito à interação entre os participantes. No PJ de Guaxupé, por exemplo, os coordenadores sempre reservavam um dia e horário específico para que os participantes pudessem tirar dúvidas acerca das oficinas que estavam sendo disponibilizadas. Tais dúvidas eram direcionadas para a pessoa que foi responsável pela oficina, que era inserida no grupo de WhatsApp a fim de estabelecer discussões com os participantes. Uma dessas pessoas foi Danilo Grecco, graduado em Ciências Biológicas, que ministrou uma oficina sobre “Mudanças Climáticas e Proteção da Biodiversidade”.

**Figura 4 - Outra forma de interagir**



Fonte: Grupo de WhatsApp do PJ de Guaxupé, 2020.

Para Benevides (1996), a educação para a democracia é um processo de longa duração. Em direção semelhante, Cosson (2018) ressalta que o letramento político é um processo contínuo. Como ficou evidente, somente o PJ (principalmente quando se leva em consideração a dinâmica on-line de 2020) não é capaz de fomentar a educação para a cidadania de forma aprofundada. Nessa perspectiva, entende-se que a discussão de temas de relevância social deve envolver a interlocução de várias instituições e saberes para que os sujeitos possam se apropriar dos conhecimentos. A esse respeito, a família, as instituições educacionais e políticas e os atores sociais diversos mostram-se relevantes quando se pensa na educação cidadã para além de projetos como o Parlamento Jovem.

As atividades on-line tiveram um certo caráter de transmissão de conteúdos tendo em vista os poucos espaços de debate que marcaram as dinâmicas através das redes sociais. Contudo, ao pensar o letramento político enquanto um processo educativo (COSSON, 2018), pode-se considerar que na edição de 2020 foram desenvolvidas importantes atividades nesse sentido. Isso porque houve constante incentivo para que os jovens pensassem sobre temas de cunho político e social, o que remete à ideia de apropriação de *conhecimentos* que caracteriza o letramento político.

Tendo sido apresentado o plano estrutural do PJ de Minas e algumas descrições sobre como ocorreu a edição de 2020, verifica-se que o programa não se restringe à formação política, ou seja, existe um direcionamento para que os jovens possam discutir e encaminhar suas proposições em um processo de efetiva participação. Ademais, surgem alguns questionamentos após essa exposição acerca da estrutura de funcionamento do programa. Nessa direção, cabe indagar: Como os coordenadores e monitores representam essa juventude? Quais são as percepções das juventudes acerca do PJ de Minas? Tais questões serão desenvolvidas no capítulo seguinte, no qual as reflexões sobre representação social e letramento político da juventude serão associadas às percepções dos interlocutores, o que ajudará a compreender o PJ de Minas para além do plano documental.

### CAPÍTULO 3

## AS REPRESENTAÇÕES DAS JUVENTUDES NOS PARLAMENTOS JOVENS DE MONTES CLAROS E GUAXUPÉ

Desde o início deste trabalho, busquei construir debates acerca das representações sociais do desinteresse pela política que são atribuídas às juventudes em nossa sociedade. No decorrer do capítulo 2, foram apresentados alguns interlocutores desta pesquisa bem como foram explicitadas as dinâmicas de funcionamento do PJ de Minas, especificamente através das relações que se estabeleceram nos parlamentos jovens de Montes Claros e de Guaxupé no ano de 2020. No presente capítulo, o objetivo é refletir sobre a dinâmica socializadora dos parlamentos jovens de Montes Claros e de Guaxupé a partir das perspectivas dos jovens e dos coordenadores (ou demais responsáveis). Neste caso, as conversas foram estabelecidas tanto com interlocutores que participaram do PJ de Minas no ano de 2020 quanto com pessoas que participaram do programa em outras edições.

No primeiro tópico, desenvolve-se uma discussão sobre o conceito de *habitus* a partir de Pierre Bourdieu (1983; 1989; 2004), oportunidade em que se discute a relação entre estruturas externas e realidades subjetivas que formam o *habitus* de cada agente, o que conseqüentemente informa a maneira como os sujeitos agem em determinados contextos de socialização. Nos dois tópicos seguintes, são apresentadas as vivências de dois jovens, Wesley, que participou do PJ de Guaxupé em 2019 e 2020 e Denise, que participou do PJ de Montes Claros em 2016. Pretende-se apontar as percepções de ambos sobre o PJ tendo como base as motivações para participar e os estímulos para a permanência no programa. Por fim, o tópico 3.4 apresenta as percepções e representações sobre a juventude dos coordenadores ou pessoas responsáveis pelos programas em ambas as cidades. Para tanto, a discussão baseia-se na ideia de representações sociais (GUARESCHI, 2013; JOFFE, 2013; MOSCOVICI, 2015) articulada ao olhar que se tem sobre as juventudes no contexto do PJ de Minas.

### **3.1 – Reflexões sobre *habitus*: subjetividade e socialização**

No decorrer desta dissertação, foram tecidas reflexões sobre como as Ciências Sociais passaram a compreender a juventude na perspectiva da diversidade (DAYRELL, 2005) e sobre a importância da inserção dos jovens nos espaços públicos, principalmente porque perdura na sociedade discursos e práticas de desvalorização do público juvenil (ABRAMO, 1997;

CASTRO, 2009). Ainda nessa direção, o conceito de representação social (JOFFE, 2013; MOSCOVICI, 2015) foi acionada no capítulo 1 a fim de trazer alguns debates acerca de como os jovens são representados em nossa sociedade, com destaque para a ideia de que eles estão em um processo de integração social.

Ao relacionar estas discussões que foram estabelecidas até o momento com o objeto desta pesquisa, o Parlamento Jovem de Minas, torna-se possível debater sobre a forma como os jovens participantes do programa visualizam a sua inserção em tal espaço de participação política. Neste viés, pontos como as motivações para participar do PJ, o processo de letramento político e as relações com outros jovens e coordenadores serão levados em consideração. Nesse sentido, a discussão sobre o conceito de *habitus*, a partir de Pierre Bourdieu (1983; 1989; 2004), será ponto de partida para compreensão das práticas que surgem a partir das relações estabelecidas no programa. Além disso, com o auxílio desta perspectiva, espera-se verificar como os jovens interpretam os conteúdos que são repassados no programa tendo como base seus diferentes contextos subjetivos e sociais.

Tratando-se mais especificamente da ideia ensejada pelo conceito de *habitus*, o objetivo de Bourdieu (1989) é contribuir com uma compreensão da sociedade que ultrapasse a simples constatação de que as estruturas definem a vida dos sujeitos ou que os sujeitos são totalmente autônomos frente às estruturas. Desta forma, entende-se que sujeitos e estruturas sociais estão em constante processo de interação, o que conseqüentemente reverbera em novas formas de compreensão do mundo social. Nesse viés, “(...) a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou dos sujeitos) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanismo, etc.” (BOURDIEU, 1989 p.60).

A discussão sobre o *habitus*, na perspectiva bourdieusiana, contribui com uma maior compreensão sobre como os processos de socialização na contemporaneidade se configuram tanto pelas trajetórias de vida dos sujeitos quanto pelo poder das instituições sociais modernas por meio de suas regras de funcionamento (SETTON, 2002). Com efeito, ainda que a sociedade promova ideias e valores que interferem nas formas de agir dos indivíduos, deve-se também considerar como ponto de análise as construções sociais que partem de um contexto mais restrito, a exemplo das vivências no seio familiar. O que está em jogo, portanto, não é a constatação sobre o poder das estruturas ou dos sujeitos enquanto construtores das realidades sociais, mas sim as novas realidades que se estabelecem a partir desta interação.

*Habitus* surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o

diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p.63)

É pertinente ressaltar o fato de que Bourdieu (1983) aponta que existem três formas de conhecimento pelas quais o mundo social pode ser teoricamente compreendido, quais sejam: conhecimento *fenomenológico*, relacionado a análise dos fenômenos de forma imediata, conhecimento *objetivista*, que evidencia o poder das estruturas sociais na vida dos sujeitos e o conhecimento *praxiológico*, perspectiva adotada pelo autor a fim de entender as relações que ocorrem entre os sujeitos e as estruturas sociais.

Conforme as acepções de Bourdieu (1983), o conhecimento praxiológico representa uma tentativa de superação de uma análise focada apenas nas realidades imediatas, na qual a compreensão do social ocorre sem que se produzam maiores questionamentos acerca do que está posto, mas que ao mesmo tempo não se detém a uma discussão que concebe as estruturas sociais como únicos fatores determinantes dos comportamentos individuais. Nesse sentido, o conhecimento praxiológico parte da premissa de que o conhecimento deve ser construído com base no momento em que os sujeitos estruturam em si as estruturas externas que formam o mundo social e na exteriorização dessas estruturas quando os sujeitos agem em sociedade (BOURDIEU, 1983). É por essa razão que o autor salienta que o conhecimento praxiológico

(...) supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação (BOURDIEU, 1983, p.47).

Para Bourdieu (1983, p.48), “conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las.” Por essa direção, entende-se que os sujeitos não são estáticos quando se pensa em sua relação com as estruturas sociais. Assim, ainda que as estruturas ou instituições sociais sejam as grandes produtoras de ideias acerca do mundo social, cada sujeito é capaz de estruturar em si aquilo que lhe é informado, tendo como base a sua realidade mais subjetiva.

A ligação do conhecimento praxiológico com a teoria do *habitus* está exatamente no fato de que a Sociologia não está centrada em um único eixo de análise, isto é, não cabe priorizar o poder das estruturas sociais ou, por outro lado, o papel dos indivíduos enquanto seres autônomos. Assim, o campo ideal para as análises sociológicas está nas relações que surgem a partir das conexões que se estabelecem entre os indivíduos (dotados de *habitus* específicos adquiridos durante os diversos processos de socialização) e sociedade, compreendida como o contexto de manifestação das instituições sociais de uma maneira geral, espaço em que as concepções de *habitus* individuais ganham novas perspectivas tendo em vista as regras e valores socialmente estabelecidos (BOURDIEU, 1995).

A noção de *habitus* evidencia que os sujeitos são resultado de processos históricos que têm, em grande medida, interferências dos costumes familiares e das instituições socializadoras mais próximas a eles (BOURDIEU, 1995). As diferentes constituições do *habitus* informam a existência de trajetórias de vida distintas, fator que se baseia exatamente nos diferentes processos de socialização que marcam a vida de cada indivíduo. São essas aprendizagens pertinentes às trajetórias particulares que informam os comportamentos individuais em determinados contextos sociais.

É pertinente pontuar que a teoria do *habitus* se configura pelas construções culturais que levam os sujeitos a agir de determinadas maneiras e pelas interferências das instituições sociais na vida das pessoas. Tendo como foco a concepção dialética da socialização, é necessário considerar que das inter-relações que se estabelecem entre sujeitos e instituições sociais surgem novas perspectivas acerca das instituições, costumes e valores presentes em uma sociedade. Logo, essas novas formas de enxergar o mundo são objetos fundamentais para o desenvolvimento da sociologia enquanto ciência preocupada com as múltiplas relações sociais. Assim, entende-se que os agentes sociais são produto da história que se formula no campo social bem como da cultura apreendida na trajetória individual (BOURDIEU, 1995).

Em sua conceituação mais clássica, o *habitus* é definido como um sistema de disposições culturais, pertinente a espaços de socialização primários, que condiciona as formas através das quais os sujeitos enxergam o mundo e conseqüentemente como eles agem socialmente. Nas constatações de Bourdieu (1995, p.87), é possível conceber o *habitus* como uma “subjetividade socializada”. Como se pode inferir, a teoria não aponta para uma exaltação das consciências individuais, mas, ao contrário disso, evidencia que os indivíduos só podem agir de determinadas maneiras porque o contexto social primário proporciona aprendizados que direcionam sua interpretação das estruturas “exteriores”.

(...) o conceito de *habitus* não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; ao contrário, a ordem social constitui-se através de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história. (SETTON, 2002, p.65)

Sendo assim, é por meio das disposições para a ação adquiridas no decorrer da vida (*habitus*) que o agente se comporta em determinado campo<sup>32</sup> das relações sociais (BOURDIEU, 2003; 2004). Nessa direção, verifica-se que o *habitus* permite a construção de novas realidades sociais a partir do momento em que cada indivíduo, munido de comportamentos culturalmente aprendidos, interage com o mundo social. Desta maneira, só é possível perceber que os comportamentos de sujeitos e grupos não são rigorosamente reproduzidos quando se leva em consideração os múltiplos estímulos ideológicos que os sujeitos recebem no ambiente social. Nas palavras de Setton, (2002, p.66), “(...) a perspectiva histórica, a interpenetração entre passado, presente (trajetória) e futuro (o devir) são dimensões constitutivas dos *habitus* individuais.”

Ao trazer as considerações de Bourdieu (1983; 1989; 2004) acerca do *habitus*, espera-se ampliar as possibilidades de compreensão acerca das realidades vividas pelos interlocutores desta pesquisa no contexto do Parlamento Jovem de Minas. Isso significa colocar em destaque fatores como percepção sobre o papel do programa, relações com outros participantes e percepção sobre suas trajetórias em tal espaço de participação política.

Nos tópicos seguintes, as análises serão voltadas para as maneiras através das quais os jovens e coordenadores representam o programa, oportunidades em que serão descritas as diferentes percepções dos sujeitos que vivenciaram o PJ de Minas em 2020 e em edições anteriores. Como se poderá observar, as motivações para a participação e a permanência nos parlamentos jovens de Montes Claros e Guaxupé são variáveis. Assim, ainda que o programa tenha como base a educação política, a forma como os jovens encaram sua inserção não necessariamente significa uma busca específica por essa educação. Nessa direção, as trajetórias individuais ganham relevância para os debates que se pretende estabelecer no que se refere à relação entre os interlocutores e o PJ de Minas.

### **3.2 – “Eu comecei a criar muita empatia pelas pessoas”: os sentidos da educação política**

---

<sup>32</sup> A percepção do *campo* é uma abstração de Bourdieu (2003;2004) na tentativa de compreender as relações que se estabelecem em um espaço simbolicamente considerado, isto é, uma espécie de microcosmo social.

Ao correlacionar a noção de letramento político com o PJ de Minas, observei que o programa atua no sentido de fomentar a ideia de que os jovens são capazes de atuar ativamente como cidadãos e como agentes políticos. Neste caso, a formação política é compreendida como o meio através do qual esses sujeitos se tornam capazes de intervir nos espaços públicos.

Wesley tinha 17 anos no período em que começamos a estabelecer contato, em maio de 2020, e foi o interlocutor com o qual mais dialoguei durante a construção desta pesquisa. Vale dizer que, assim que me apresentei no grupo de WhatsApp do PJ de Guaxupé, Wesley imediatamente me procurou a fim de estabelecer uma conversa sobre o meu trabalho. Nesse caso, em meio aos distanciamentos e dificuldades enfrentadas com o trabalho por meio das redes sociais, o interesse do interlocutor em entender mais sobre a minha pesquisa facilitou o processo de coleta de dados. Além do interesse do interlocutor em conversar sobre o PJ, era também importante o fato de que ele estava participando pela segunda vez do PJ de Guaxupé, já que ele vivenciou a dinâmica presencial em 2019. Assim, ter as percepções do interlocutor sobre dois momentos distintos do programa, principalmente em razão da dinâmica virtual de 2020, tornou-se ainda mais interessante para as análises.

Segundo Wesley, a sua primeira participação no PJ de Guaxupé, em 2019 (tema: discriminação étnico-racial), foi motivada pelo seu interesse em compreender mais sobre a política, principalmente porque as eleições que ocorreram em 2018 despertaram nele essa intenção. Durante nossas conversas, ficou evidente que o mais importante para o interlocutor eram os espaços de debate presenciais, pois, na sua percepção, a política significava a discussão de assuntos “face a face”, o que gerava nele um certo desconforto com a dinâmica on-line que estava ocorrendo em 2020 devido à pandemia.

A inserção e permanência de Wesley no PJ estava intimamente relacionada com a possibilidade de adquirir novos aprendizados relacionados à política. Nessa direção, a oportunidade de compreender sobre os processos políticos, os aprendizados relacionados ao funcionamento da democracia (mais enfatizados nas oficinas de formação política), e os espaços de discussão sobre temáticas de relevância social (nas oficinas de formação temática) eram vistos como aspectos de maior relevância para o interlocutor. Na *live* de encerramento das atividades do PJ de Guaxupé, que ocorreu em julho de 2020, vários alunos foram convidados a gravar um breve relato sobre a experiência que tiveram no programa, um deles foi Wesley.

Bom, a política ela existe desde a Grécia antiga né, mas de lá a até alguns tempos, (...) algumas décadas, as pessoas ditas comuns, elas não tinham o direito pleno de exercer sua influência na política. Hoje, não temos somente o direito, pelo menos no Brasil, de influenciar na política, mas também de



receber a educação política. Esse é o propósito do Parlamento Jovem, educar politicamente seus membros. Eu aprendi, com essa educação política que recebi, a respeitar os outros plenamente, a expressar a minha opinião sem precisar passar por cima do ponto de vista de outras pessoas que estou debatendo, estou conversando. Isso é o mínimo que todos deveriam aprender, saber, para aí sim, de fato, influenciar na política. A dica que deixo aqui é, aproveite esse momento de quarentena, que estamos em casa, muitos sem fazer nada, para aprender o que é esquerda, direita, centro, socialismo, capitalismo, entendeu? Tudo relacionado à política e tal. Para aprender também a discutir, ressaltar, discutir nunca significará brigar. Aproveite a proposta do Parlamento Jovem para podermos mudar esse país juntos, em geral o mundo (Wesley, PJ de Guaxupé, em live de encerramento das atividades realizada em julho de 2020).

Cosson (2018) diz que o letramento político se relaciona à apropriação de práticas e valores relacionadas ao exercício da política. “(...) como se trata de práticas sociais, o processo de letramento político é também aprendizagem de conhecimentos e valores que se encontram inseridos nessas práticas (COSSON, 2018, p.53).” As percepções de Wesley sobre o programa se aproximam muito dessa definição. Isso porque, para ele, a educação dos cidadãos (jovens) com relação à política é vista como o principal objetivo do PJ.

Wesley me relatou em uma das nossas conversas que sentia falta de ter estudado de forma mais profunda disciplinas como Sociologia e Filosofia durante o ensino médio, visto que, segundo ele, estas o ajudariam a compreender melhor sobre o que era dito no programa. O que se observa é que sua participação, tanto em 2019 quanto em 2020, estava mais associada à possibilidade de adquirir novos conhecimentos, ter domínios das questões políticas como direitos e deveres dos cidadãos e expor suas opiniões, escutando as opiniões dos demais participantes a fim de acumular aprendizados para uma melhor compreensão das relações políticas e sociais.

O Parlamento Jovem né, o PJ, pra mim, representa uma tentativa de educar os cidadãos né, porque os cidadãos são a base de um município, então se eles são bem educados, o município consequentemente se torna eficiente (Wesley, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em novembro de 2020).

Ainda com relação ao papel do programa enquanto um espaço de acesso à uma educação mais profunda sobre a política e demais questões de cunho social, Wesley chegou a ressaltar que o PJ é um meio através do qual muitos jovens podem mudar suas vidas:

(...) pra mim, descrever o Parlamento Jovem a partir da minha experiência, descreveria ele como algo... inovador, né. Apesar de ser uma coisa básica né, que todos os estados, todo o Brasil deveria ter né, todos os municípios, mas, é uma coisa básica, porém que muda muitas vidas né, muda muito a vida

daquela pessoa que vem, por exemplo, vamos dizer assim, da ralé né, termo que muitas pessoas costumam usar pra se referir pejorativamente, vem da ralé, vem da periferia né. Muda muito a vida dessas pessoas, elas começam a ficar conscientes, começam a tornar-se mais presentes na política do seu município e eu particularmente acabei me tornando esse tipo de pessoa (Wesley, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em novembro de 2020).

Um ponto importante sobre esta fala de Wesley é que, em sua compreensão, programas como o PJ deveriam estar presentes nas mais diversas regiões do país, possibilitando que uma maior quantidade de pessoas tivesse acesso à essa educação para a democracia. Na entrevista que realizei com Denise, jovem que participou do PJ de Montes Claros mais efetivamente em 2016, também foi ressaltado algo nesse sentido. Para ela: “(...) todos os alunos deveriam estar naquele lugar [PJ], deveriam viver aquilo uma vez” (em entrevista concedida em abril de 2021). Torna-se pertinente observar que os dois interlocutores guardavam essa percepção de que o PJ deveria ser acessado por outros cidadãos ou, de forma mais específica, outros jovens. Pensando nas percepções de ambos sobre a importância da participação no programa, entende-se que, na correlação entre diferentes trajetórias de vida com uma estrutura mais organizada de socialização (BOURDIEU, 1995), desenvolveram-se concepções em torno do fato de que a educação política deveria ser algo disponibilizado para todas as pessoas, o que poderia representar maior participação social na política.

Com relação à forma como o interlocutor percebia sua inserção no programa, observa-se que, para ele, o PJ foi um espaço de acolhimento, espaço no qual sua condição de jovem foi valorizada. Quando questionei sobre como ele poderia definir a relação dos coordenadores com ele e com os outros jovens, Wesley enfatizou que sempre sentiu uma abertura no que diz respeito à sua participação no programa, fator que também pude perceber em nossas conversas, nas quais ele constantemente revelava sentir falta dos debates que eram comumente estabelecidos no PJ de Guaxupé.

[os coordenadores] tiveram assim, o compromisso de acreditar em todos nós que estávamos lá, claro com desconfiança de uns que... desconfiança no sentido de não acreditar né, porque uns simplesmente empurravam com a barriga, mas aqueles que demonstravam o mínimo de esforço pra aprender algo novo a respeito da política no Parlamento Jovem, eles não trataram com indiferença alguma, sempre estiveram dispostos, abertos a responder qualquer dúvida, qualquer pergunta, questão. Então na prática eles não tiveram, e acredito eu que não têm, nenhuma injustiça em relação a acreditar que a juventude... que as juventudes são capazes, né (Wesley, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em novembro de 2020).

A abordagem sobre a questão de como ele se sentia no programa, principalmente com relação aos coordenadores, foi um ponto importante para que se pudesse observar as percepções do interlocutor com relação à abertura que ele tinha para, dentro das condições oferecidas no PJ de Guaxupé, vivenciar as atividades propostas conforme seus conhecimentos com relação à política e sua trajetória de vida. Vale pontuar que, ainda que o programa seja permeado por um processo educativo, o que pressupõe a transmissão de conhecimentos de um grupo para o outro, percebe-se também certa abertura para a interlocução dos jovens. A exposição de opiniões e o levantamento de questionamentos por parte dos jovens são, inclusive, alguns dos meios através dos quais os coordenadores conseguem observar os níveis de participação no programa. Exemplo disso é que, em conversas tanto com a coordenadora do PJ de Montes Claros (Clarissa), quanto com uma das responsáveis pelo PJ de Guaxupé em 2020 (Bruna), ambas ressaltaram a importância da participação on-line dos jovens para que elas pudessem verificar o andamento do programa.

Para Wesley, participar do programa significou ter domínio de outras realidades sociais e o desenvolvimento de uma nova visão da sociedade a partir do que ele definiu como “conceitos”. Nesse sentido, os aprendizados adquiridos no decorrer da participação no PJ de Guaxupé, para o interlocutor, colaboraram com a ampliação da sua compreensão sobre a política, possibilitando uma mudança de vida associada às novas formas de enxergar o mundo.

**Maria:** Em que você acha que o PJ contribuiu com sua vida na política e em outras áreas da sua vida?

**Wesley:** (...) eu comecei a criar muita empatia pelas pessoas e abrir a minha mente em relação à política, o mundo não é baseado em esquerda e direita, muito menos em apenas economia, se fosse assim, seria fácil né, então, conceito... conceitos, conceitos, conceitos. Eles transmitiram conceitos, eu absorvi os conceitos e consegui mudar a minha vida (em entrevista concedida em novembro de 2020).

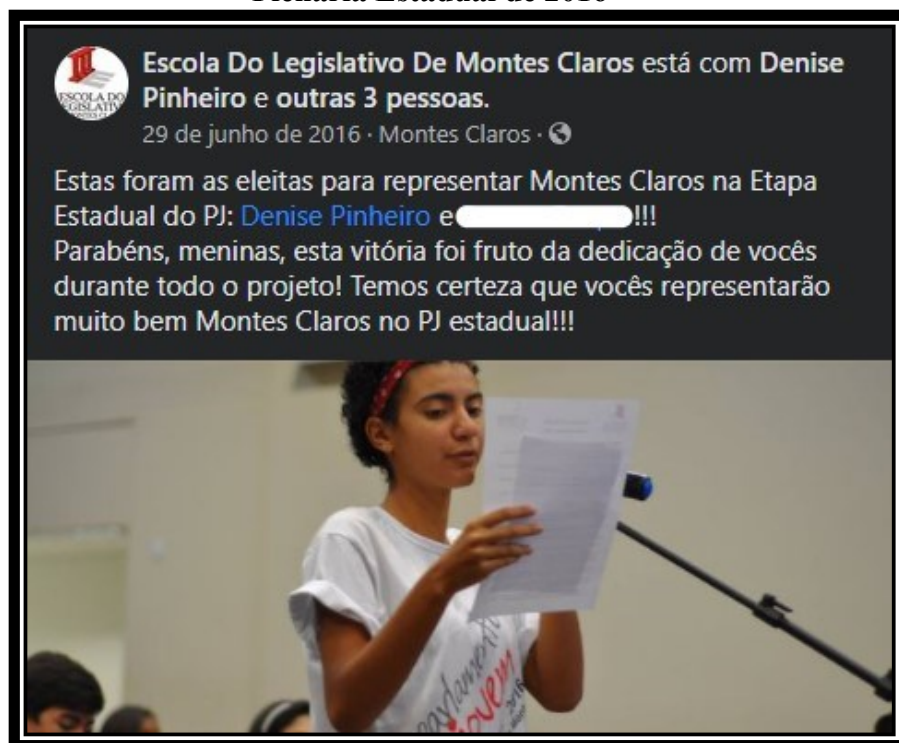
Na perspectiva de Wesley, o PJ de Guaxupé não significa apenas a possibilidade de aquisição de novos conhecimentos, mas também a possibilidade de mudança de vida. Para o interlocutor, as descobertas em torno do fato de que a política é complexa e de que não envolve apenas direita e esquerda, representaram novas maneiras de enxergar as relações sociais, a política e de viver em sociedade. Ao acionar Bourdieu (1995) para esta reflexão, observa-se que a trajetória individual de Wesley associada aos ideais apresentados no PJ de Guaxupé fomentaram o estabelecimento de diferentes concepções do interlocutor sobre os valores e

práticas presentes na sociedade, principalmente com relação à política. Nessa esteira, os conhecimentos repassados no âmbito do programa não foram apenas absorvidos, mas ressignificados a partir da sua trajetória pessoal.

### 3.3 - “*Eu estava ali para me defender, para representar a minha classe*”: o Parlamento Jovem como possibilidade de atuação política

Outra jovem com a qual mantive contato durante o processo de pesquisa foi Denise. Na busca por alguém que havia participado do PJ de Montes Claros, comecei a procurar possíveis interlocutores através das postagens da página do Facebook da Escola do Legislativo de Montes Claros. Em uma das postagens mais antigas, verifiquei a apresentação das jovens que foram escolhidas para representar o PJ de Montes Claros na Plenária Estadual do PJ de Minas de 2016, e uma destas representantes era Denise. A partir deste dado, entrei em contato com a interlocutora e começamos a conversar inicialmente através do Facebook e posteriormente via WhatsApp, meio mais fácil para a marcação de uma entrevista.

**Figura 5: Anúncio das jovens escolhidas para representar o PJ de Montes Claros na Plenária Estadual de 2016**



Fonte: Página do Facebook da Escola do Legislativo de Montes Claros, 2020.

Denise, atualmente com 23 anos, participou efetivamente do programa durante dois anos, sendo que sua participação foi mais “engajada” em 2016. Na outra oportunidade em que participou, ela já estava na condição de monitora, atividade voluntária de auxílio na execução das atividades do programa. Vale dizer que no ano de 2016, o tema de discussão do PJ de Minas foi *Mobilidade Urbana*, temática que chamou a atenção de Denise em diversos aspectos. Dentre as reflexões que a interlocutora pôde estabelecer ao lembrar deste período, foi ressaltado o fato de que ela morava na periferia e, na sua observação, a maioria dos jovens participantes do PJ de Montes Claros naquele ano estudavam em escolas centrais e moravam em bairros mais próximos do centro, e isso fez com que Denise desse ainda mais importância para o assunto que estava sendo abordado.

Antes mesmo de participar do PJ de Montes Claros, Denise já havia começado a se inserir em alguns movimentos sociais. Segundo a interlocutora, a inserção só foi possível porque ela “estrategicamente” saiu da escola de periferia e foi estudar em uma escola central. Em sua visão, a dificuldade de acesso ao Centro da cidade era um dos fatores que afastava pessoas iguais a ela de uma maior participação na política.

(...) por estratégia, por uma questão estratégica mesmo, eu resolvi mudar pra uma escola central, porque talvez assim, pela escola central, eu conseguiria ter mais acesso. E infelizmente ou felizmente né, eu estava certa né. E aí a partir disso eu conheci alguns movimentos políticos, movimentos estudantis, eu participava de alguns protestos que tinham, manifestações, mas eu não estava ligada a nenhum deles, assim, até o momento né. E era uma época também que eu não tinha internet em casa, mas eu queria muito participar, engajar nesses movimentos né. (Denise, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em abril de 2021).

Um dos pontos que mais me chamou a atenção na conversa que estabeleci com a interlocutora foi a forma como ela começou a participar do PJ de Montes Claros. Como ressaltai no capítulo 2, a estrutura do PJ de Minas envolve o envio de convites por parte do PJ de cada cidade para as escolas da respectiva região. A partir do momento em que a direção da escola aceita o convite, existe um processo mais facilitado para que os alunos possam participar do programa. Pensando por esse ângulo, a sua estrutura está mais voltada para alunos matriculados no ensino médio das escolas das quais a direção aceita participar.

Segundo Cristiane, as formas de chamar a atenção das escolas eram diversas, a exemplo da utilização das redes sociais e visitas nas instituições. O intuito era que a maior quantidade possível de instituições educacionais tivesse conhecimento sobre a execução do PJ na cidade.

No primeiro momento a gente começou, eu comecei indo nas escolas, por conta própria né, no meu carro, não tinha muita estrutura não (...). É, e não deu certo porque tinha muitas escolas em Montes Claros e eu não daria conta de visitar todas, então, é, no primeiro ano a gente acolheu as escolas que eu dei conta de visitar e no segundo ano eu já aderi o convite através de uma carta também e as escolas interessadas é... na carta já tinha o dia da reunião, elas entravam em contato e vinham participar da reunião e naturalmente já eram selecionadas porque o critério de seleção de escola também era interesse (...) tinha divulgação às vezes pela internet né, Facebook, a gente usava Facebook, e-mail é... e as cartas que a gente enviava para as escolas, era essa a forma de divulgação, mas eu sempre tive o cuidado de enviar para todas as escolas de Montes Claros (Cristiane, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em julho de 2020).

Denise tomou conhecimento da existência do PJ de Montes Claros através das redes sociais. Tendo em vista o seu anseio por participar mais da política e por ter conhecimento das discussões de maior relevância que estavam ocorrendo, ela tinha o costume de acompanhar os perfis institucionais da cidade, principalmente as páginas de órgãos ligados à prefeitura. Segundo ela, mesmo sem acesso à internet em casa, ela tinha um “celularzinho” através do qual acompanhava eventos de cunho político da região.

(...) eu seguia a página da Câmara Municipal, eu seguia do Centro Cultural, eu já seguia essas páginas e perfis na internet né, dos...como é que fala... institucionais da cidade, né. E aí uma das coisas que eu fiquei sabendo né, que eu vi pela internet, do perfil da Câmara Municipal, foi sobre o Parlamento Jovem que ia ser lançado, e eu nunca tinha participado né, nunca tinha visto. E eu falei assim: eu vou lá (Denise, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em abril de 2021).

Para a interlocutora, o primeiro impacto ao chegar no dia do lançamento do PJ de Montes Claros foi observar que a maioria dos jovens que estavam lá eram de escolas centrais, com exceção de uma escola que era mais afastada do centro, mas que não tinha muitos alunos participando. Nessa conjuntura, ela era a única jovem participante que estudava em uma escola que não aderiu ao programa. Ao conversar com a coordenadora, Denise entendeu que apesar de muitas escolas receberem o convite para participar do PJ de Montes Claros, poucas eram as que aceitavam.

**Denise:** (...) E aí eu fiquei meio chocada com isso... nossa, mas por que que uma coisa tão legal assim os diretores das escolas não vão participar né, não vão aceitar esse convite. E aí eu comecei participar, perguntei pra ela se eu poderia participar, mesmo que eu fui de uma escola que não escolheu né, participar, e aí eu tive o aceite dela né

**Maria:** Foi um processo bem autônomo né?!

**Denise:** É... sempre era autônomo assim. Toda participação política numa situação de exclusão demográfica né, e ainda a questão de acesso à informação, tinha que ser estratégico. Então eu tinha que seguir, por exemplo, eu queria saber de alguma coisa, eu seguia a notificação ali pra estar entendendo o que que estava acontecendo. Porque a exclusão assim, é muito grande né, então assim, a única forma de burlar isso era indo atrás (em entrevista concedida em abril de 2021).

Com relação à experiência de Denise mais relacionada ao processo de educação política, torna-se necessário considerar o fato de que sua inserção anterior em movimentos sociais e a visão crítica que ela tinha das relações sociais, a exemplo de sua percepção sobre as diferenças entre centro e periferia, fizeram com que ela tivesse percepções muito específicas sobre o programa, percepções que se diferenciavam, por exemplo, do que o programa representava para Wesley. Nesse caso, os processos de socialização vivenciados pela interlocutora tanto em sua realidade cotidiana quanto através da inserção nos movimentos sociais permearam sua participação no PJ de Montes Claros. Pensando a partir de Bourdieu (1983; 1995), o que interessa no campo de análises sociológicas é exatamente o *habitus* que agrega tanto a trajetória individual quanto as interferências de um determinado espaço de socialização da vida das pessoas. Nesse sentido, a presença de sujeitos com trajetórias distintas no âmbito do PJ evidencia importantes aspectos sobre diferentes formas de compreensão da política e os significados da participação.

Cabe pontuar também que em alguns momentos da nossa conversa, Denise ressaltou o fator estrutural do PJ de Minas como algo que destoava das experiências que ela teve acesso anteriormente. Nesse caso, tratava-se de uma estrutura material e organizacional que se diferenciava das experiências que ela teve tanto nas escolas que estudou quanto nos movimentos sociais

Eu já tinha participado de algumas manifestações e tal, mas a estrutura com que a gente tinha lá, de chegar na Câmara Municipal, ver como é que eram as coisas né, tipo, daquela formalidade toda, que a gente tinha um lanche no final, a gente não ia ficar com fome. Aí tinha água, tinha ar condicionado, isso e aquilo, tinha os monitores, era tudo muito organizado né (Denise, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em abril de 2021).

Com base nessa e em outras falas da interlocutora, percebe-se que sua participação no PJ de Montes Claros estava mais relacionada com a possibilidade de estar em um espaço que, segunda ela, ainda era pouco ocupado por pessoas da sua classe. Assim, ao contrário do que se observa no caso de Wesley, no qual se destaca a possibilidade de aquisição de novos

aprendizados relacionados à política, a inserção no PJ para Denise significava, em grande medida, a ocupação de mais um espaço no qual ela pudesse, enquanto uma jovem de periferia, colocar em discussão pautas que ela considerava relevantes para a sua comunidade.

Entender sobre as subjetividades que marcam as juventudes revela-se um ponto essencial para se refletir sobre as diversas motivações de tais sujeitos com relação aos processos de participação social e política. Para Dayrell (2005, p.33), é necessário compreender a juventude “(...) não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos em seu contexto social.” Nessa direção, observa-se que os diferentes sentidos para a inserção e permanência no PJ de Minas entre Wesley e Denise dizem muito sobre os aspectos subjetivos resultantes da socialização ao longo da vida, sobre as condições sociais e sobre as experiências relacionadas à política que eles tiveram antes de participar do programa.

Por meio da conversa estabelecida com Denise, ficou evidente que participar do PJ de Montes Claros era a oportunidade de representar os seus iguais. Ao perceber que nem todos tinham a oportunidade de participar do programa por diversas questões, que segundo ela iam desde a não adesão das escolas de periferia ao PJ até as dificuldades de alguns alunos em estar presentes nas oficinas, Denise entendeu que tinha a possibilidade de representar aqueles que não poderiam ocupar aquele espaço.

(...) E assim, eu participei bastante, é... tentei ao máximo. Porque assim, poucas pessoas naquele ano que eu participava moravam na periferia, entendeu?! Poucas pessoas. E a maioria já morava lá próximo, era mais fácil de ir também. E eu também sempre chegava atrasada. Eu tinha que sair de casa meio dia mais ou menos, me preparar... e tipo, eu tinha que ir de bicicleta, então quando eu chegava lá eu já chegava cansada, tinha que subir o morrão, e tal. E eu já estava engajada também né (...) E aí assim, como foi uma postura de combate né, eu estava o tempo todo ali, o máximo que eu podia representar a minha classe né, de questionar essas coisas (Denise, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em abril de 2021).

Como ressaltai neste tópico, Denise foi uma das jovens que, por meio de votação, foi selecionada para participar da Plenária Estadual do PJ de Minas em 2016<sup>33</sup>. Na compreensão da interlocutora, o fato de ter uma boa dicção e de ter facilidade para estabelecer discussões

---

<sup>33</sup> Denise relatou ter enfrentado problemas de saúde durante a realização da Plenária Estadual, o que a impossibilitou de participar de forma mais ativa e que gerou nela uma frustração por não ter conseguido contribuir com os principais momentos de tal etapa do Parlamento Jovem.



sobre os temas que estavam sendo tratados contribuiu para que ela fosse votada por parte considerável dos jovens participantes.

Olha, a experiência da Plenária foi na Assembleia Legislativa de Minas. Foi assim, eu cheguei lá e apesar de eu ter muita dessa bagagem política e cultural quando eu cheguei, eu tinha né e ainda tenho muitos problemas de aprendizagem. Então assim, a minha postura estava uma postura combativa, uma postura de pé atrás e uma postura de dificuldades também, por exemplo de realizar cursos ou atividades (...). Eu estava ali para me defender, para representar a minha classe (Denise, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em abril de 2021).

Nas concepções da interlocutora, seu papel, enquanto jovem de periferia, era o de representar sua classe sempre que fosse possível, e o Parlamento Jovem era mais um espaço para que isso ocorresse. Ao notar as diferenças entre centro e periferia, assunto que provavelmente foi tratado no PJ daquele ano, já que o tema era Mobilidade Urbana; as dificuldades que tinha para participar e o acesso que teve a uma estrutura material para a execução das atividades, Denise passou a refletir sobre a ausência de pessoas iguais a ela naquele espaço e, mais que isso, sobre o fato de que essas pessoas dificilmente teriam a oportunidade de participar do programa ou de algo semelhante.

O posicionamento de Denise e as suas pretensões relacionadas à inserção no PJ de Montes Claros permitem debater sobre os novos significados e sentidos de um determinado *campo* de socialização a partir das ideias trazidas pelo agente (BOURDIEU, 2003; 2004). Ainda que a função principal do PJ de Minas seja a educação política, em uma estrutura que se inicia com a transmissão de conteúdos e posterior aplicação prática por parte dos alunos, Denise via e agia em consonância com seus ideais, voltados principalmente para a defesa da sua classe. Nessa relação entre agente e estrutura social, o PJ de Montes Claros se tornou uma possibilidade de exposição de pautas condizentes com as dificuldades que ela enfrentava enquanto uma jovem de escola pública e da periferia.

### **3.4 - Representações sociais das juventudes pelos coordenadores: interesse, educação e participação política**

Grande parte das reflexões desenvolvidas nesta dissertação colocaram em questão o caráter formativo que é atribuído à juventude, especialmente na atualidade. Ou seja, tendo como base as noções sociais de que os jovens devem ser preparados para reproduzir comportamentos

esperados pelas gerações mais velhas, são desenvolvidas em diversas áreas atividades e projetos que buscam ensinar a esse público determinadas regras e formas de se comportar no ambiente social e político.

No caso do PJ de Minas, o letramento político envolve a busca por ensinar a um determinado público sobre as principais práticas relacionadas aos processos políticos. Assim como na maioria dos parlamentos jovens brasileiros, as práticas desenvolvidas em nível estadual estão mais associadas aos espaços tradicionais da ação política, a exemplo daquilo que é feito no âmbito do Poder Legislativo.

Entendendo o aspecto relacionado ao funcionamento do processo político no programa, torna-se pertinente observar e refletir sobre alguns mecanismos que são desenvolvidos no âmbito do PJ de Minas para que seus objetivos formativos sejam alcançados. Ao tecer reflexões nessa direção, espera-se compreender tanto os mecanismos de ação do programa quanto perceber o olhar que se tem sobre a juventude na conjuntura do PJ de Minas.

Como ressaltai no capítulo 2, preocupe-me em acompanhar a maioria das oficinas que foram realizadas nos parlamentos jovens de Montes Claros e de Guaxupé. Verifiquei que os conteúdos repassados em ambas as cidades respeitavam a estrutura proposta no regulamento do programa, qual seja, parte das oficinas eram voltadas para uma formação relacionada à compreensão sobre como os processos políticos se desenvolvem, com ênfase nos papéis executados pelos agentes políticos nas respectivas cidades, ao passo que outros conteúdos eram mais fortemente relacionados ao tema da edição.

No decorrer das atividades de campo, observei que a maioria das pessoas convidadas para ministrar as oficinas eram adultas e com algum nível de especialidade ou ocupante de cargo político. Exemplo disso ocorreu em Montes Claros, onde um vereador marcado por sua luta em relação à defesa do meio ambiente falou sobre o tema em uma das oficinas. Tal fator evidencia a dimensão pedagógica que caracteriza o PJ de Minas, isto é, a presença de pessoas adultas e com níveis de especialidade que repassam seus conhecimentos para a geração mais nova.

**Quadro 2 – Oficinas do PJ de Montes Claros em 2020**

TEMA	RESPONSÁVEL
Política	Assessor Legislativo da Câmara
Papel do prefeito, do vereador e função dos três poderes	Servidora da Câmara
Responsabilidade Fiscal / Processo de elaboração de leis	1º Servidor do setor financeiro da Câmara 2º Advogada especialista em direito público
Sustentabilidade e meio ambiente	Secretário Municipal de Serviços Urbanos
Saneamento Básico e Gerenciamento de resíduos urbanos: avanços necessários	Engenheiro Ambiental
Recursos Hídricos e Saneamento: impactos na saúde e no meio ambiente/ Práticas Sustentáveis e Educação Ambiental	1º Enfermeira especialista em gestão de saúde pública e professora (FUNASA/CODANORTE*) 2º Matemática e estatística e coordenadora da pasta de Educação da CODANORTE
Cuidados com o meio ambiente	Vereador
História da escola do Legislativo de Montes Claros, a importância do PJ	Servidora da Câmara
O dever do cidadão e das famílias na proteção das crianças e adolescentes	Conselheiro Tutelar
A mulher na política	Vereadora
Eleições 2020, principais mudanças e participação popular na política	Assessor Legislativo da Câmara
Eleições	Juiz Eleitoral

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

\*FUNASA - Fundação Nacional de Saúde/ CODANORTE- Consórcio de Desenvolvimento Ambiental do Norte de Minas.

No quadro acima, referente aos temas e responsáveis pelas discussões no PJ de Montes Claros em 2020, observa-se que os responsáveis pelos debates em cada uma das oficinas são pessoas de notável domínio técnico. Nesse sentido, a linguagem técnica na transmissão dos conteúdos, comum em cada uma das especialidades, foi algo que pude perceber em alguns momentos. É pertinente considerar que as dificuldades de participação dos jovens durante a edição de 2020, em Montes Claros, poderiam não estar relacionadas apenas às dificuldades de acesso à internet ou outros fatores relacionados à pandemia, mas também às dificuldades de compreensão de determinadas linguagens que eram transmitidas durante as oficinas.

Vale lembrar das constatações de Abramo (1997) que a detecção da apatia política nos jovens e o discurso que afirma o desinteresse da juventude pela política está associado, em grande medida, ao que a geração mais velha espera da geração mais nova. Nesse caso, leva-se em consideração muito mais a necessidade de formação da juventude do que as maneiras como a política tem se desenvolvido em nossa sociedade.

Com relação às oficinas do PJ de Guaxupé, observei que foi priorizada a elaboração de conteúdos mais condensados e objetivos, o que era possível através da edição dos vídeos e posterior publicação no YouTube.

**Quadro 3 – Oficinas do PJ de Guaxupé em 2020**

TEMA	RESPONSÁVEL
A importância da Educação Política	Pedro Alves (Coordenador de projetos de educação política)
Poder Legislativo	Pedro Alves (Coordenador de projetos de educação política)
O Papel do Vereador	Pedro Alves (Coordenador de projetos de educação política)
Como é feita uma lei	Pedro Alves (Coordenador de projetos de educação política)
Introdução ao tema: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Diretora da Escola do Legislativo de Guaxupé e Coordenador de Projetos de Educação Política
Práticas Sustentáveis e Desenvolvimento Econômico	Profissional Graduada e com especialização em educação ambiental e sustentabilidade.
Mudanças Climáticas e Proteção da Biodiversidade	Profissional Graduado em Ciências Biológicas e técnico em Meio Ambiente
Recursos Hídricos e Saneamento Básico	Mestra em Ciência e Engenharia Ambiental e Diretora de Meio Ambiente da Prefeitura de Guaxupé
Live do polo Sudoeste: Responsabilidade Ambiental nas Empresas	1ºPresidente da ELE - São Sebastião do Paraíso e vereador; 2ºAdministradora e professora Universitária Mediação – Pedro

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Semelhante ao que ocorreu no PJ de Montes Claros, a maioria das oficinas do PJ de Guaxupé era direcionada por especialistas e ou ocupantes de cargos públicos. Ainda assim, o fato de as oficinas terem sido gravadas e editadas contribuiu para que os conteúdos ficassem mais dinâmicos, o que conseqüentemente facilitava a compreensão. Mesmo na *live* que ocorreu, a mediação do Pedro possibilitava o estabelecimento de uma conversa menos técnica, contribuindo para que os jovens compreendessem melhor sobre suas possibilidades de ação política na sociedade. Outro fator interessante das oficinas do PJ de Guaxupé é que elas tinham continuidade no WhatsApp, como ressaltai no capítulo 2. Neste caso, os especialistas que ministravam as oficinas eram inseridos nos grupos para esclarecer possíveis dúvidas dos participantes, o que de certa maneira gerava novas discussões sobre o tema que estava sendo tratado.

Também notei que havia um grande interesse dos coordenadores em verificar como os jovens estavam recebendo os conteúdos que estavam sendo repassados, inclusive porque, mesmo com os mecanismos adotados, a participação ainda não ocorria como eles esperavam. Em certa oportunidade, Bruna, então coordenadora da Escola do Legislativo de Guaxupé, postou no WhatsApp um formulário com algumas questões referentes às oficinas de formação política e deu um prazo para que os participantes respondessem. O formulário era semelhante às provas disponibilizadas em escolas, visto que continha questões em sua maioria de múltipla

escolha e que visavam testar os conhecimentos adquiridos pelos jovens. Ao questionar Bruna acerca do objetivo com a aplicação do questionário, ela revelou que era uma forma de verificar a participação e os aprendizados dos participantes do PJ de Guaxupé.

Em tempos onde temos que nos adaptar para conseguir fazer o Parlamento Jovem acontecer, temos que avaliar de alguma forma o desempenho desses participantes, por isso o questionário foi uma atividade passada para que possamos monitorar quem de fato está acompanhando as oficinas e ter um feedback de como estão os aprendizados deles. Não podemos apenas passar conteúdos sem ter um retorno deles em relação a participação e como esses conteúdos estão chegando para eles (Bruna, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em maio de 2020).

Pensando no âmbito da estrutura geral e nos encaminhamentos regimentais do PJ de Minas, percebe-se que o objetivo é que os jovens tenham acesso a conteúdos repassados por profissionais capacitados e especializados em uma determinada discussão. Esse período de transmissão de conteúdos visa principalmente preparar os sujeitos para o momento ápice do programa que é a Plenária Estadual, na qual os jovens podem efetivamente discutir e votar projetos em benefício da comunidade.

Tendo em vista que os responsáveis por ministrar as oficinas em 2020 eram, em sua maioria, pessoas adultas, entende-se que a participação dos jovens nessa fase do PJ de Minas estava mais associada à elaboração de perguntas sobre os temas tratados ou, em outros casos, a participação se dava quando estes falavam sobre a importância do programa para suas vidas, como ocorreu na oficina de encerramento das atividades do PJ de Guaxupé, momento em que alguns jovens foram convidados a gravar um vídeo relatando sua experiência no programa.

Com relação ao que os coordenadores esperam dos jovens, pode-se destacar que a participação ativa no programa e uma posterior inserção desses sujeitos em espaços políticos foram os pontos de destaque, percebe-se isso principalmente nas falas de Cristiane, que coordenou o PJ de Montes Claros durante 10 anos, e de Pedro, um dos responsáveis pelo PJ de Guaxupé em 2020.

Cristiane, servidora da Câmara Municipal de Montes Claros, começou a atuar no PJ de Montes Claros desde a sua criação na cidade, visto que ela já atuava na Escola do Legislativo criada em 2007. A função de Cristiane como coordenadora do PJ de Montes Claros a partir de 2010 era associada com outras funções que a servidora exercia na Escola do Legislativo. Em conversa estabelecida com a interlocutora, questionei sobre como ela enxergava a contribuição do programa para a vida dos jovens que participaram. Em sua percepção, as contribuições

partiam do ponto de que o programa possibilitava uma estrutura boa de conteúdos e práticas atinentes à participação política, o que, segundo ela, contribuiu para que vários jovens se tornassem ativos na política, principalmente em espaços como escola e universidade e na realização de protestos nas ruas da cidade.

(...) as informações, o material todo disponibilizado, os estudos específicos né, das temáticas, tudo era bem feito, bem elaborado, eles entendiam como que funcionava o processo de elaboração de leis, como que a democracia acontecia na prática né, eles aprendiam a respeitar opiniões, a ouvir o outro, a elaborar propostas, a pesquisar né, então é uma forma de formação política e cidadã muito profunda e muito bem feita! Tanto que a gente vê resultado assim... vários jovens depois abriram grêmios estudantis nas escolas que não tinham, viraram lideranças nas escolas né, participaram de eventos políticos na cidade, comandando, coordenando, liderando eventos nas cidades, nas escolas, nas faculdades. É muito bonito ver o resultado (Cristiane, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em julho de 2020).

A associação que a interlocutora faz entre os aprendizados adquiridos no programa com a atuação dos jovens revela a noção de que o programa é capaz de fomentar os sentimentos de liderança e apropriação dos espaços públicos nos participantes. Nesse caso, ainda que não exista no PJ de Minas uma perspectiva necessariamente avaliativa com vistas a mensuração dos resultados obtidos pelo programa, pode-se inferir que a inserção dos jovens em espaços de participação política é vista como um dos benefícios do PJ na vida dos participantes. Conforme Joffe (2013), as ideias das pessoas sobre determinados grupos sociais são resultado da memória coletiva, das teorias que pairam o campo científico, da comunicação de massa e das relações do dia a dia. Nessa direção, infere-se que ocorre a construção de uma nova representação social da juventude no PJ de Minas, isso porque ao contrário da afirmação de uma juventude desinteressada, os responsáveis entendem que os jovens que passam pelo programa se tornam pessoas socialmente ativas e que ocupam os espaços públicos.

Em conversa que estabeleci com Pedro, perguntei a ele se havia uma perspectiva de mensuração dos efeitos do PJ de Guaxupé na vida dos jovens. Ao levantar esse questionamento, eu buscava compreender quais eram os parâmetros que guiavam a coordenação do programa com relação a suas ações e com relação às representações em torno da juventude.

Então eu tentar mensurar de forma objetiva o benefício do projeto é a mesma coisa de eu ser um reverendo, ser um pastor, um padre, tentando avaliar se a pessoa peca ou não peca, se ela segue o caminho que eu prego ou se ela não segue o caminho que eu prego, né. Talvez, a importância daquele momento, daquela reunião, daquele espírito coletivo no jovem, seja por aquele momento

ou seja a influência que aquilo vai gerar na vida da pessoa futura, seja mais importante do que a pessoa responder [uma prova] naquele momento. Entende o que eu quero dizer ou não? Porque o conceito, ele é muito amplo. Agora, a gente vive numa sociedade que exige uma resposta objetiva, uma avaliação clara, será que aquele cidadão é bom? Será que ele não é? Será que tá funcionando? Será que não tá? Hoje, eu vejo... uma maneira da gente ver também, muitos estudantes do Parlamento Jovem, não só em Guaxupé, mas em toda Minas Gerais, se candidatando a vereador, por exemplo, com 18,19 anos. Eu acho que isso acaba sendo de certa forma, mesmo que indireto, um reflexo do projeto, né. Mas a ideia não é formar políticos, veja bem, é formar cidadão, entende? É, eu acho que nesse aspecto é muito difícil mensurar (Pedro, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em julho de 2020).

Observa-se que as percepções do interlocutor se assemelham bastante às ideias apontadas por Cristiane sobre os efeitos do programa, ou seja, ainda que Pedro tenha ressaltado a impossibilidade de se mensurar os resultados do PJ de Guaxupé na vida dos participantes, a perspectiva está sempre voltada para a possibilidade de formação de cidadãos que possam, de alguma maneira, atuar politicamente no ambiente social, ainda que não necessariamente como ocupantes formais de cargos políticos. A partir disso, nota-se que a representação social da juventude nos parlamentos jovens de Montes Claros e de Guaxupé revelam o jovem enquanto um sujeito interessado pela política, ademais, o letramento político desenvolvido pelo programa é considerado um dos mecanismos para o desenvolvimento desse interesse. Essa nova forma de se representar a juventude permite acionar Guareschi (2013, p.175) quando o autor diz que as representações sociais “(...) são realidades dinâmicas, e não estáticas. Vão sendo reelaboradas e modificadas dia a dia. Vão sendo ampliadas, enriquecidas com novos elementos e relações.”

Conforme Pedro, muitos jovens de escolas públicas que participaram do PJ conseguiram ingressar em Universidades Federais, o que para ele era algo que também tinha relação com a participação no programa, “(...) mostra que estas pessoas que buscam conhecimento extracurricular, elas tendem também a se destacar em outros aspectos” (Pedro, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em julho de 2020). Também para Cristiane, a inserção de jovens que participaram do PJ de Montes Claros nas faculdades e universidades era um ponto interessante, principalmente quando se observava a atuação política destes sujeitos nestes espaços que eles estavam ocupando.

Hoje a gente vê alguns liderando DCE (...) nas faculdades, tanto na UNIMONTES quanto na UFMG, tem jovens do Parlamento Jovem de Montes Claros espalhados, liderando mesmo, é, participando de forma consciente como cidadãos, de forma política, (...) no sentido positivo da palavra política,

que tá tão distorcido atualmente (Cristiane, PJ de Montes Claros, em entrevista concedida em julho de 2020).

Percebe-se que a educação política no PJ de Minas é visualizada como ferramenta fundamental para o protagonismo social e político dos jovens. Nesse âmbito, o desenvolvimento da consciência cidadã é ressaltado como um dos mais importantes objetivos do programa. Assim, a coordenação busca contribuir com a participação política destes sujeitos, independente se essa participação ocorre nas instituições educacionais ou nas ruas das cidades. Por essa direção, essa consciência cidadã que torna a participação política mais efetiva está relacionada com o fato de que, como base no aprofundamento de discussões sobre temáticas políticas e sociais que caracterizam o PJ de Minas, estes sujeitos se inserem nos espaços públicos munidos de uma maior compreensão das realidades.

Para Benevides (1996), a educação para a democracia é um dos aspectos essenciais para que a participação dos cidadãos na política possa ser efetiva. Tratando-se do cenário do PJ de Guaxupé, observei que a educação também é vista, pelos coordenadores, como esse mecanismo indispensável para a participação social na política:

(...) existe uma frase, inclusive eu já usei nas oficinas, se você acompanhou você viu, da Ivone Boechat, que ela fala que a democracia sem educação é anarquia, né. E é bacana a gente analisar essa frase porque é o seguinte: que educação é essa? É matemática, português, geografia, história? Qual que é essa educação que falta pra nós aqui, né? É uma educação do ensino fundamental, ensino médio? É essa educação que vai fazer um cidadão consciente? Você dar uma formação? E aí quando a gente fala de... meritocracia, que é muito usado, a gente fala pô, mas a pessoa é médica é mérito dela ou não é mérito dela. Essa pessoa aí ela não tem as mesmas oportunidades que as outras por isso ela é médica. Tudo bem, nós estamos falando de uma profissão que a pessoa é altamente remunerada pra isso e a gente subtende, por exemplo (...), mas será que o médico ele é um bom cidadão? É essa a pergunta (...), então subtende-se que o médico é educado, então será que o voto do médico é consciente? Será que ele é ponderado? Será que ele age no dia a dia social dele só por causa dessa educação? Então quando a gente começa a pensar que o problema do Brasil é a educação, as vezes não é só a educação de português e matemática, que o médico teve muito bem e por isso que ele se formou, seja ele de origem pobre ou rica. Quando eu penso em educação, a educação que a Ivone Boechat diz nessa frase é a educação política, educação cidadã, que é a educação que falta no Brasil. E isso nem a escola e nem os pais são capazes de dar (Pedro, PJ de Guaxupé, em entrevista concedida em julho de 2020).

Observa-se, a partir das ideias trazidas pelo interlocutor, que o PJ de Minas se encontra em uma posição que ultrapassa os aprendizados oferecidos na realidade escolar bem como contribui com a construção de conhecimentos que os sujeitos teriam dificuldades em obter no



seio familiar. A educação política, no PJ de Minas, é compreendida como um processo necessário para todas as pessoas e demonstra o diferencial do programa com relação a outros espaços educacionais. A partir da fala de Pedro, entende-se que a educação política é considerada um complemento fundamental para a formação cidadã das pessoas, visto que a simples educação tradicional, focada nas disciplinas regulares do ensino médio ou nas formações do ensino superior, são consideradas insuficientes no que se refere ao incentivo à participação política, levando-se em conta o bem-estar de toda a comunidade e não apenas os interesses particulares.

A teoria das representações sociais apresentada por Moscovici (2015) revela que as percepções sociais sobre determinado grupo são resultado de múltiplos fatores, que vão desde as afirmações de cunho científico até as relações de conversação que se estabelecem no cotidiano. Se por um lado permeia na sociedade a ideia de que a juventude é desinteressada pela política, o que se observa no âmbito do PJ de Minas é a concepção de que os jovens que se inserem no programa são pessoas que comumente se interessam por discutir e participar da política. Por conseguinte, ainda que o discurso dos coordenadores evidencie o letramento político como aspecto fundamental para que estes sujeitos consolidem o interesse pela participação social, destaca-se o fato de que novas conotações sobre o papel da juventude no que se refere à política são elaboradas no âmbito do programa, distanciando-se, em certa medida, dos discursos que persistem em correlacionar a juventude a ideias como desinteresse e apatia social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Escrevo as considerações finais dessa dissertação, que evidentemente se encontra inacabada, em um período importante na luta contra a COVID-19 no mundo e especialmente no Brasil. Trata-se de um momento em que boa parcela da população já se vacinou ou está sendo vacinada. São tempos de esperança em meio aos momentos de angústia. Usar máscara e manter o distanciamento social ainda são práticas recomendadas e necessárias, mas aos poucos é possível vislumbrar caminhos que levam à possibilidade dos reencontros.*

*Todo meu processo de pesquisa de campo foi perpassado pela pandemia da COVID-19. Se os resultados das pesquisas no campo sociológico já são imprevisíveis apenas pelo fato de que lidamos com pessoas e suas múltiplas formas de enxergar o mundo, posso dizer que a minha pesquisa produziu uma maior quantidade de questionamentos e incertezas tendo em vista o período em que foi realizada.*

*As mudanças de métodos para a coleta de dados e a relação estabelecida com os interlocutores por meio das redes sociais, longe de serem meras redefinições para a realização da pesquisa, foram adequações necessárias diante da impossibilidade dos encontros físicos. O que quero dizer é que as condições impostas pela pandemia não afetaram apenas o andamento da pesquisa, mas principalmente a minha condição enquanto mulher, jovem e pesquisadora e as vivências dos meus interlocutores. Exemplo disso é que alguns jovens tiveram que aprender a lidar com as atividades remotas que passaram a direcionar o ensino médio, por outro lado, os coordenadores e monitores do PJ de Minas precisaram redefinir as metodologias para dar sequência ao programa de forma virtual. Tudo isso revela a realização de um trabalho que, longe de ser “neutro”, exigiu um maior envolvimento entre pesquisadora e interlocutores a fim de que as conversas não ficassem “vazias de sentido” em meio aos distanciamentos provocados pelas redes sociais.*

*Ao elaborar a escrita final deste trabalho, recordo que em alguns momentos me vi tentando elaborar uma definição sobre juventude. O processo de pesquisa me fez compreender, de forma mais explícita, que estabelecer uma definição sobre juventude é um caminho limitante. As juventudes são múltiplas e os jovens com os quais lidei durante esse período me revelaram as faces dessa multiplicidade. Em meio às respostas e novos questionamentos produzidos nesse trabalho, fica um direcionamento para novas pesquisas: as juventudes e as representações sobre elas são diversas.*

\*\*\*

Os caminhos percorridos nos estudos sociológicos e antropológicos sobre a juventude demonstram que definições deterministas sobre tal categoria perderam espaço para os variados sentidos da juventude a depender da conjuntura histórica e das condições sociais dos sujeitos. Se em discussões iniciais a juventude era compreendida enquanto fase restrita aos aprendizados sobre como se comportar na vida adulta, as atuais percepções evidenciam a existência de novos sentidos sobre o que é ser jovem, especialmente quando se considera a relevância de outras categorias sociais que reverberam em diferentes formas de se viver essa fase da vida.

A presente pesquisa buscou investigar a representação social da juventude tendo como âmbito de estudo o Parlamento Jovem de Minas, um programa da Escola do Legislativo de Minas Gerais voltado para a formação política de jovens. As reflexões em torno da ideia de representação social envolvem os debates sobre como as pessoas compreendem e definem um determinado grupo social. Nessa direção, a construção de uma representação perpassa a junção de ideias formadas por diferentes agentes sociais, que vão desde pessoas comuns até especialistas, visto que a representação envolve tanto aspectos do cotidiano quanto afirmações de cunho científico.

O programa Parlamento Jovem de Minas foi criado no ano de 2004 em meio às tentativas do Poder Legislativo do estado de Minas Gerais de promover a aproximação entre povo e Parlamento. No decorrer de sua existência, o Parlamento Jovem de Minas passou por importantes modificações organizacionais, dentre as quais se destaca a inclusão de cidades do interior em sua estrutura de funcionamento. Os parlamentos jovens de duas dessas cidades compuseram o campo desta pesquisa, foram eles o da cidade de Montes Claros, criado em 2010, e o da cidade de Guaxupé, que começou suas atividades no ano de 2015.

As análises sobre as ações educativas do Parlamento Jovem de Minas foram desenvolvidas tendo como base o conceito de letramento político, que consiste em um debate que leva em conta o desenvolvimento de práticas formativas que sejam capazes de fomentar a participação política de determinados grupos. Com o objetivo de promover uma educação a partir da qual os jovens possam compreender e participar da política, o Parlamento Jovem de Minas possui uma estrutura que inclui teorias e práticas voltadas para a ação política relacionada principalmente ao Poder Legislativo.

Considerando-se a relação da juventude com a política, observa-se noções e discursos do senso comum que tendem a considerar os jovens como apáticos e desinteressados pela política. Atrelado a isso, a ideia de que a juventude é uma fase de transição para a vida adulta parece desconsiderar o poder de ação social dos jovens. Ao ser representada na condição de

transitoriedade, a juventude é encarada como a fase das intervenções educacionais, isto é, momento propício para que as instituições sociais possam atuar no sentido de formar sujeitos propensos a respeitar as regras e a assumir os papéis sociais que se espera de um adulto.

No decorrer das conversas estabelecidas com os interlocutores, tornou-se perceptível que o Parlamento Jovem de Minas é visto como a oportunidade de acesso a um tipo de educação cidadã a qual não é ofertada no contexto familiar ou durante a educação formal. Assim, a formação política é encarada como um diferencial para a vida dos participantes, principalmente porque as informações repassadas na conjuntura do programa são vistas como subsídios capazes de guiar as práticas sociais dos jovens e de embasar sua tomada de decisões no campo da política.

Tendo como base as percepções dos coordenadores e o plano documental, tal como o Regulamento Geral do Parlamento Jovem de Minas 2020, percebe-se que o programa tem o intuito de fomentar o “interesse” da juventude pela política. Para tanto, a estrutura educacional do Parlamento Jovem é complexa, envolvendo fases de formação teórica e prática relacionadas ao processo político; diversas instituições, tais como a Assembleia Legislativa de Minas, as Câmaras Municipais e escolas estaduais e particulares do estado; e atores sociais que colaboram com a execução do programa, a exemplo dos especialistas que conduzem as oficinas de formação política e temática.

A participação política no programa é caracterizada por um longo processo, que começa no âmbito municipal, com a realização de oficinas de formação política e temática, seguido da etapa regional, caracterizada pela reunião entre jovens, monitores e coordenadores das cidades de um determinado polo, sobretudo para a definição de propostas legislativas que podem compor as discussões na etapa estadual. Esta última etapa, por sua vez, é o momento em que os jovens podem votar e contribuir com a construção de políticas e projetos direcionados para a população mineira.

Nas perspectivas dos jovens interlocutores, o programa é visto como a oportunidade de acesso a uma estrutura educacional que não é ofertada em outros contextos. Além dessa questão educacional, relacionada principalmente ao funcionamento do processo político no município e no estado, as condições estruturais, como espaço físico, ar condicionado, alimentação, também são fatores relevantes para a participação; “a gente não ia ficar com fome”, foi a fala de Denise quando se referiu aos momentos em que participava das oficinas de formação na Câmara Municipal de Montes Claros.

Ainda que tendo visões semelhantes sobre o Parlamento Jovem, a exemplo das percepções sobre o valor da educação e a necessidade de que outros jovens tenham acesso a espaços como esse, os jovens interlocutores possuem noções distintas no que se refere ao seu papel no âmbito do programa. Para Wesley, participar significou estar na condição de aprendiz. Mas além da recepção dos conteúdos, o interlocutor considerava indispensáveis os momentos de debate nos quais podia expressar suas opiniões. Para ele, o Parlamento Jovem pode colaborar com a mudança de vida dos participantes, que passam a ter uma maior compreensão da política e conseqüentemente maior participação cidadã. Assim, Wesley considera que a disponibilidade dos coordenadores e monitores em ensinar e o interesse dos jovens em aprender é capaz de produzir uma relação através da qual os cidadãos se tornam mais conscientes e capazes de colaborar com a comunidade.

Em outra perspectiva, o Parlamento Jovem é visualizado como mais um espaço para a participação política e a possibilidade de representar um determinado grupo de pessoas. Para Denise, a carga educacional ofertada pelo programa tinha sua importância, não obstante, a interlocutora entende que sua participação estava mais atrelada a uma forma de representar sua “classe”, que muitas vezes não tinha acesso a espaços como esse.

Durante nossa conversa, Denise ressaltou suas dificuldades enquanto uma pessoa que morava na periferia, que tinha pouco acesso à internet e que tinha dificuldades relacionadas à mobilidade urbana para chegar à Câmara Municipal. Ela também ressaltou que sentia falta de pessoas iguais a ela participando do Parlamento Jovem, o que para ela não era decorrente de um simples desinteresse, mas de questões sociais e estruturais que dificultavam essa participação.

Na percepção dos coordenadores, os jovens são muitas vezes encarados como alunos, tendo em vista principalmente as oficinas que são realizadas no intuito de fornecer uma formação relacionada ao processo político e ao tema da respectiva edição do Parlamento Jovem. Os jovens que participam do programa também são representados como sujeitos que tem maior “interesse” por questões políticas; assim, o Parlamento Jovem é visto como um mecanismo de contribuição com a formação dessas pessoas que, no olhar dos coordenadores, já estão dispostas a colaborar com a vida em comunidade.

Tendo como base os planos documentais, espera-se dos jovens o envolvimento com a agenda política do município e do estado, possibilitado por meio dos aprendizados acerca do funcionamento dos Poderes e do valor da participação social na política. A partir das falas dos coordenadores, percebe-se que as expectativas giram em torno da efetiva formação cidadã dos

jovens a fim de que possam compreender suas possibilidades de atuação nos espaços públicos. Nessa direção, a inserção de jovens que participaram do programa em espaços tradicionais da política ou em espaços mais abertos, tais como os grêmios estudantis e Diretório Central dos Estudantes, é vista como resultado de um processo de formação cidadã capaz de gerar autonomia e aptidão para a liderança nos participantes.

O Parlamento Jovem revela-se como um espaço educativo que objetiva realizar uma maior aproximação entre os cidadãos e o Poder Legislativo. As representações sociais da juventude em nossa sociedade são diversas, e quando se pensa na relação entre juventude e política, a questão do “desinteresse” ganha relevância, principalmente a partir dos discursos midiáticos e do senso comum que ressaltam a juventude como uma fase de desrespeito às regras e de não preocupação com os problemas sociais. Contudo, as representações sobre as juventudes ganham novos contornos no âmbito do Parlamento Jovem de Minas, em que os jovens são representados na ótica do interesse por compreender e por participar da política.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5/6, p.25-36, 1997.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Notas taquigráficas da sessão final do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: ALMG, 2004. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento\\_jovem/2004/docs/pj2004\\_notas.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2004/docs/pj2004_notas.pdf). Acesso em: 30 mai. 2020.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Regulamento Geral do Parlamento Jovem de Minas 2020**. Belo Horizonte: ALMG, 2020. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento\\_jovem/2020/index.html](https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/2020/index.html). Acesso em: 31 maio. 2020.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Resolução nº 5.116 de 10 de julho de 1992**. Cria a Escola do Legislativo no âmbito da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, ALMG, 1992. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=RAL&num=5116&comp=&ano=1992>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Resolução nº 5.212, de 09 de maio de 2003**. Cria a Comissão de Participação Popular, mediante alteração nos arts. 101, 102, 288 e 289 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: ALMG, 2003. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes\\_assembleia/cartilhas\\_manuais/arquivos/comisao\\_participacao\\_popular.html](https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/cartilhas_manuais/arquivos/comisao_participacao_popular.html). Acesso em: 22 abr. 2020.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **FAMECOS**, Porto Alegre, v.13, n. 20, p. 34-40, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/4829> Acesso em: 28 jul. 2021.

ANASTASIA, Fátima. Mudanças Institucionais e Renovação na Assembleia. **Revista do Legislativo**. nº.24, p.29-34, 1998. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1208>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, Luiz Fernandes de. Educando para a cidadania: a experiência da Escola do Legislativo. **Educação & Sociedade**, n. 59, p. 367-385, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FHqKK7TdDRR7zN8QkKc3Y9s/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2020.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. p. 155-177, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/658>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa - Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 38, p. 223-237, 1996. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/?lang=pt>. Acesso em 27 maio. 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em 28 jul. 2021.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, p. 59-73, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Compreender**. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997, p.693-713.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre y WACQUANT, Loic. **Respuestas: por una Antropología reflexiva**. México: Grijalbo, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v.39, n.1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 01 ago. 2021

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/nLMbYqkTGwGdc9JRMbs7BfH/?lang=pt>. Acesso em 07 jul. 2020.

CASTRO, Ruth Schmitz de.; DUARTE, Patrícia de Souza.; KELLES, Eugênia Ferreira. A quem cabe a formação política dos cidadãos? In: MEDEIROS, Regina de Paula, MARQUES, Maria Elizabeth (Org.). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012, p.17-29.



- CASTRO, Ruth Schmitz de.; FREITAS, Fernanda Machado. **Educação em rede: o exemplo do Parlamento Jovem de Minas**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017.
- COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.
- COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. *In: Educação política: reflexões e práticas democráticas. Cadernos Adenauer XI (2010) nº3*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p.13-19, 2010.
- COSSON, Rildo. Letramento Político: trilhas abertas em um campo minado. **E-legis**, Brasília, v. 4, n.7, p. 49-58, 2011. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/90>. Acesso em 13 maio. 2020.
- COSSON, Rildo. **Letramento político**: a perspectiva do legislativo no estudo do Programa Estágio-Visita da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- EISENSTADT, Shmuel N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ENSINANDO a pluralidade. **Revista do legislativo**: Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v.1, n. 1, p. 48-49, 1992. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/870?locale=en>. Acesso em: 27 maio. 2020.
- FARIA, José Hipólito de M. A Escola do Legislativo e seus cadernos. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-7, 1994. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/857>. Acesso em: 30 maio. 2020.
- FARIA, Maria Auxiliadora de. **Diálogo com o tempo**: 170 anos do Legislativo Mineiro. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.
- FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribos**: Antropología de la juventud. Barcelona: Ariel, 1998.
- FELIPPE, Wanderley Chieppe. O Parlamento Jovem na Extensão da PUC Minas: comunicação e criatividade Transformadoras. *In: MEDEIROS, Regina de Paula, MARQUES, Maria Elizabeth (orgs.)*. Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de Pesquisa para Internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20 – 29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em 05 ago. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GROPPO, Luís A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, v. 13, n. 25. p.9-22, 2004. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **DESIDADES**, Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, p.9-17, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/9574>. Acesso em: 07 jan. 2021.

GUARESCHI; Pedrinho A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p.153-181.

GUAXUPÉ. **Resolução nº 783, de 24 de junho de 2014**. Cria no Âmbito da Câmara Municipal de Guaxupé a Escola do Legislativo e dá outras providências. Câmara Municipal de Guaxupé, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/g/guaxupe/resolucao/2014/79/783/resolucao-n-783-2014-cria-no-ambito-da-camara-municipal-de-guaxupe-a-escola-do-legislativo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 07 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Montes Claros: Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Guaxupé: Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/guaxupe/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2020.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: Representações Sociais transculturais da Aids. *In*: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p.239-261.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas CIAIQ2015**, v. 2, p. 243-147, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 16 set. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O (velho e bom) caderno de campo. **Sexta-Feira**, São Paulo, n. 1, p. 8-11, 1997.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. *In*: FORACCHI, Marialice M. (org). **Karl Mannheim: Sociologia**, São Paulo, Ática, p. 67-95, 1982.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2. p.289-300, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936>. Acesso em 30 jul. 2021.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAS GERAIS. **Resolução nº4.234, de 22 de novembro de 2019**. Dispõe sobre as matrizes curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2019. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4234-19-r%20-%20Public.%2023-11-19.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p.73-92.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MONTES CLAROS. **Lei nº 3880, de 17 de dezembro de 2007**. Cria a Câmara – Escola no âmbito da Câmara Municipal de Montes Claros e dá outras providências. Montes Claros: Câmara Municipal, 2007. Disponível em: [http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica\\_legais/leis\\_pdf/leis-2007/dez-07/lei-3880-07.pdf](http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/leis-2007/dez-07/lei-3880-07.pdf). Acesso em: 01 jul. 2020.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

OPAS Brasil, Folha Informativa. **Epidemiological Update** - Coronavirus disease (COVID-19) Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documents/epidemiological-update-coronavirus-disease-covid-19-23-june-2020>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude — alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 5/6, p.15-24, 1997.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**. Brasília, v. 2, n. 3, p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621>. Acesso em: 21 abr. 2021

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, nº 20, p. 60-70, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqghYyw4mmn5m8pw/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo,

2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2021.